

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 57 - Série VII - N.º 696
30 de Abril de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP

Pág. 1/Semana



1.º de Maio MANIFESTAÇÃO

Como sempre, fazer do 1.º de Maio uma grande afirmação de unidade e determinação do movimento operário e popular, da sua firme vontade de defender a liberdade e a democracia.



25 de Abril UNIDADE

As manifestações que em todo o País comemoraram o 13.º aniversário do 25 de Abril constituíram importante passo para o fortalecimento da unidade dos democratas

Págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Em Foco

ELEIÇÕES ANTECIPADAS

A dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições gerais antecipadas para 19 de Julho anunciada pelo Presidente da República é, no entender do PCP, uma decisão politicamente incorrecta e institucionalmente desnecessária; manter o governo Cavaco Silva em funções de gestão é, no entender do PCP, uma decisão que provoca legítimas preocu-

pações uma vez que pela sua actuação anterior demonstrou não oferecer quaisquer garantias de assegurar a democraticidade e isenção do processo eleitoral; o PCP está certo de que as próximas eleições confirmarão a derrota sofrida pela direita na Assembleia da República e reafirmarão o apoio popular e eleitoral maioritário às forças democráticas.

Pág. 3/Semana

Confirmar e aprofundar a derrota da direita

O povo português vive momentos de transcendente importância política para os seus destinos imediatos.

Há cinco dias centenas de milhares de portugueses viveram, numa magnífica jornada unitária e democrática de massas, as celebrações nacionais do 25 de Abril — o Dia da Liberdade.

Amanhã, numa outra jornada nacional que se prevê grandiosa, os trabalhadores celebrarão o 1.º de Maio afirmando nas ruas a sua firme determinação de classe e a extraordinária capacidade e força da sua intervenção política na vida do País.

E entre uma e outra acaba de produzir-se um acontecimento de enormes repercussões na situação nacional: a crise política aberta pela demissão do Governo minoritário Cavaco Silva/PSD em resultado da aprovação da moção de censura por larga maioria dos deputados da AR vai agora, por decisão do Presidente da República, resolver-se através da dissolução daquele órgão de soberania e com recurso a eleições legislativas antecipadas.

O Presidente da República optou por uma solução surpreendente, embora já anunciada com estranha precisão nos órgãos de comunicação social da direita.

É evidente que a decisão presidencial se enquadra em competências que lhe são conferidas pela nossa Lei Fundamental que ninguém discute.

É no carácter da decisão tomada que reside a surpresa e a estranheza pela opção do Presidente.

Contrariando a solução preconizada pelos partidos da maioria parlamentar que votaram a moção de censura — os mesmos que numa conjuntura política nacional invulgar e de problemática repetição no futuro o fizeram eleger «Presidente de todos os portugueses» e os mesmos que clara e unanimemente agora se pronunciaram por uma solução de crise no quadro parlamentar actual — Mário Soares optou praticamente pela estranha tese da «ilegitimidade» política de uma tal solução-tese que foi expandida pela primeira vez por Cavaco Silva e depois perflhada por todos os círculos sociais e políticos da direita restauracionista apoiantes do Governo — os mesmos que jogaram e perderam há pouco mais de um ano a cartada de Freitas do Amaral nas eleições presidenciais.

Mário Soares optou por decretar a dissolução da Assembleia da República, por convocar eleições antecipadas para 19 de Julho e, o que é

particularmente grave, por manter o actual Governo demitido como governo de gestão.

Como justamente salientou Carlos Brito na AR são decisões «que acabam por punir a Assembleia da República por esta ter feito uso das suas competências constitucionais para condenar e interromper uma política errada que não serve os interesses do País».

De maneira surpreendente Mário Soares, que ainda recentemente se pronunciara contra o «custo» das eleições antecipadas e contra as «perturbações» causadas à vida nacional por sucessivas eleições — em circunstâncias, aliás, em que representaram a forma menos custosa e politicamente mais ajustada — acabou afinal por optar pela fórmula mais «cara» e desestabilizadora, e por uma «resolução politicamente incorrecta e institucionalmente desnecessária» — como é dito na Nota de anteontem do Secretariado do CC do PCP.

O Presidente da República em vez de «dissolver» o Governo demitido optou estranhamente por dissolver o próprio Parlamento que demitiu o Governo!

Claro que não era fácil o estabelecimento em bases minimamente aceitáveis e duradouras de um acordo, para o qual o PCP sempre se mostrou disponível, entre os partidos que convergiram na votação da moção de censura, designadamente entre o PS e o PRD, para uma solução alternativa no quadro da AR agora dissolvida sem recurso a eleições antecipadas.

Mas tal acordo era possível e viável.

Precisamente, uma das funções políticas do PR — que Mário Soares exalta com frequência — é promover «consensos» para atacar e resolver os cruciantes problemas do povo e do País. Nada foi feito para isso, não foi visivelmente essa a preocupação do Presidente da República.

Como se diz na Nota do Secretariado do CC do PCP «A decisão é tanto mais de lamentar quanto é certo que o PR nem sequer tomou a iniciativa de encarregar um dirigente do partido mais votado dos que aprovaram a moção de censura de fazer diligências necessárias — que tudo indica seriam bem sucedidas — para a formação de um novo governo com apoio parlamentar maioritário».

São agora irrelevantes as discrepâncias sobre o oportunidade ou a não oportunidade da apresentação da moção de censura que levou à queda do Governo.

O Governo minoritário Cavaco Silva/PSD era um governo condenado pela sua política, pela

sua arrogância no Poder, pelos objectivos que visava. A sua queda era inevitável. Era um governo para atirar abaixo não quando quisesse mas quando fosse mais favorável às forças democráticas e aos interesses do País.

E exactamente porque não foi o momento escolhido pelos governantes foi possível convergir na votação e na vitória da moção de censura e foi possível derrotar o Governo.

E agora imperioso, depois da deplorável decisão do Presidente da República, confirmar nas eleições a derrota da direita na moção de censura, criar bases eleitorais e políticas para a viabilização, após as eleições de Julho, de uma alternativa democrática a estes 18 meses de desastrosa política de direita do Governo demitido.

Apesar das preocupações suscitadas pela decisão do PR de manter o Governo Cavaco/PSD em regime de gestão, preocupações que as garantias de fiscalização que Mário Soares publicamente deu não são suficientes para dissipar, a vitória eleitoral está ao alcance do povo e das forças democráticas.

A confiança de que o povo português confirmará a derrota sofrida pela direita na AR reafirmará o seu apoio maioritário às forças democráticas e terá consciência do carácter imperioso do reforço do PCP para que uma alternativa democrática seja possível — é lícita e pode ser concretizada nas eleições de 19 de Julho.

Disse ainda o PR na sua Comunicação de ontem ao País que «permaneceu surdo às pressões» que foram exercidas sobre ele nos dois sentidos. É, porém, forçoso verificar que houve uma sintonia entre a decisão do Presidente da República e o coro da direita revanchista, dos «parceiros sociais» agrupados no CPCS e dos círculos monopolistas da CEE para eleições antecipadas.

É verdade que «ouviu» todas as instituições e personalidades com peso institucional e político a que era constitucionalmente obrigado, mas não ouviu, permaneceu de facto «surdo», não só à opinião de partidos que dispunham de larga maioria na AR, como também a uma componente de decisivo «peso» político na situação nacional e na solução das grandes questões centrais da hora presente — as massas populares.

No fragor da crise política o PR ficou «surdo», por exemplo, ao apelo das muitas centenas de milhares de portugueses que no dia 25 de Abril celebraram por todo o País o Dia da Liberdade.

As grandes manifestações populares de 25 de Abril constituíram uma poderosa jornada de

Resumo

22

Quarta-feira

Durante cinco horas o Conselho de Estado reúne para apreciar a situação política. ■ Os trabalhadores das Apostas Mútuas da Santa Casa da



Misericórdia de Lisboa confirmam a greve para o fim-de-semana, levando à anulação, pela primeira vez, dos concursos do Totobola e do Totoloto e ao adiamento da extracção da lotaria.

■ A CNA acusa o Governo de autorizar importações «desnecessárias» de fruta e produtos hortícolas. ■ A gerência da Grundig (Braga) manifesta-se disposta a negociar aumentos salariais de 15% após uma acção de luta dos trabalhadores. ■ Termina uma greve de três dias dos trabalhadores da informática da Segurança Social que teve uma adesão de 70-75%. ■ A convocação de eleições significaria que a AR votou «não uma moção de censura ao Governo, mas a sua auto-dissolução» — afirma o PRD em comunicado. ■ Uma delegação da CGTP-IN entrega à Associação 25 de Abril um contributo para a sede desta em Lisboa. ■ A Novosti apresenta aos jornalistas em Lisboa o documentário «Advertência», sobre o acidente de 26 de Abril de 1986 em Tchernobyl. ■ 14 padres católicos sul-coreanos iniciam uma greve de fome de duração indefinida contra a decisão do ditador Chun Doo Wan de nomear um sucessor e recusar eleições presidenciais directas. ■ O porta-voz do presidente argentino afirma que a situação no Exército é agora «absolutamente normal». ■ O FC Porto vence o Dínamo de Kiev por 2-1 e passa à final da Taça dos Campeões Europeus de Futebol.

23

Quinta-feira

A greve na CP, de duas horas e meia por turno, está a provocar por dia mais de 30 mil contos de prejuízos e a anulação de 200 composições. ■ PCP, PS, PRD e MDP/CDE voltam a afirmar na AR que há condições para formar um governo no actual quadro parlamentar. ■ Um grupo de sindicalistas da Nicarágua é recebido na AR por deputados do PCP, PS e PRD e dá uma conferência de imprensa na CGTP-IN. ■ Rupert Murdoch lamenta, em entrevista à «Worldnet», que o Governo português ainda não se tenha decidido sobre a política da televisão comercial. ■ Recomeçam em Genebra as negociações entre a URSS e os EUA sobre os euro-mísseis. ■ O governo francês anuncia que vai privatizar a Companhia Geral de Construções Telefónicas, o Crédito Comercial de França, a Companhia Geral de Electricidade e o grupo de comunicações Havas. ■ Realizam-se «eleições» na Indonésia; em Timor-Leste os votos expressos são mais 2 mil que os eleitores recenseados.

24

Sexta-feira

A AR aprova a concessão de um subsídio de desemprego (70% do salário mínimo, por 15 meses) aos jovens que procuram o primeiro emprego. ■ Mais de meia centena de personalidades do distrito de Braga entregam ao Presidente da República um documento manifestando-se favoráveis à superação da crise através de soluções que o actual quadro parlamentar possibilita. ■ Representantes



das CM de Lisboa, Amadora, Loures, Cascais, Sintra, Oeiras e VF de Xira afirmam após uma reunião que discordam do Plano de Acessos à capital elaborado pelo Governo. ■ Cavaco Silva e alguns ainda membros do Governo inauguram o novo Hospital do Restelo S. Francisco Xavier, a unidade mais cara do País; muitos serviços ainda não funcionam, há protestos quanto ao recrutamento de pessoal e à remuneração dos elementos da comissão instaladora. ■ M. Thatcher admite na Câmara dos Comuns a hipótese de realização de eleições antecipadas na Grã-Bretanha. ■ A greve de zelo na Ibéria e na Aviaco provoca atrasos nos voos destas companhias aéreas espanholas.

25

Sábado

O povo português comemora com inúmeras iniciativas o 13.º aniversário da Revolução de Abril. ■ Chega a Lisboa o secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar. ■ Começam as manobras militares «Solid Shield 87», que envolvem 50 mil efectivos dos EUA e Honduras, na fronteira com a Nicarágua. ■ No final dos trabalhos do Conselho Nacional Palestino é concretizado o processo de reunificação da OLP. ■ A coligação de centro-direita, no governo na Islândia, perde a maioria absoluta nas eleições gerais. ■ Morrem quatro pessoas devido a um ataque de comandos sul-africanos contra Livingstone, na Zâmbia. ■ Reclusos da prisão de Puerto de Santa Maria (Cádiz) amotinam-se, fazem 17 reféns e exigem que os jornalistas sejam autorizados a verificar as condições do estabelecimento prisional.

26

Domingo

Com um investimento de 6500 milhões de contos Portugal passaria dos actuais 40% para 80% do nível médio da CEE em infraestruturas de base — revela um relatório divulgado em Bru-

xelas. ■ Onze por cento dos trabalhadores agrícolas do distrito de Évora sofrem todos os anos acidentes de trabalho — denunciam os participantes num debate sobre prevenção de acidentes na agricultura. ■ Os padres católicos da cidade sul-coreana de Kwangju decidem não celebrar missas dominicais em sinal de solidariedade com os padres em greve da fome por eleições presidenciais directas. ■ No dia do aniversário do acidente na central de Tchernobyl dirigentes do PCUS alertam para a necessidade de dar mais atenção à segurança; nos EUA uma organização privada afirma terem ocorrido mais de 3 mil acidentes em 1986 em centrais nucleares norte-americanas. ■ Dilson Funaro, ministro brasileiro das Finanças responsável pelo Plano Cruzado, revela que pediu a demissão.

27

Segunda-feira

Os partidos democráticos voltam a manifestar ao PR, durante uma série de audiências em Belém, a sua intenção de que seja encontrada uma alternativa ao Governo no actual quadro parlamentar. ■ O iéne japonês e o ouro fino são cotados pelo Banco de Portugal ao mais alto preço desde o pós-guerra. ■ A CP está a pôr em circulação «tudo o que tem rodas e ainda anda, sem qualquer preocupação quanto à segurança» — denuncia a Federação dos ferroviários. ■ Reiniciam-se as demolições de casas clandestinas na Ria Formosa (Faro), com forte aparato policial. ■ Os ministros dos Estrangeiros e da Agricultura da CEE discutem em Bruxelas e no Luxemburgo o novo sistema de financiamento e a campanha agrícola de 1988/89. ■ Com uma concentração frente à sede da CIA terminam três dias de manifestações de protesto nos EUA contra a política da Administração Reagan na África Austral e na América Central. ■ O governo egípcio decide encerrar todos os escritórios da OLP no país na sequência de uma decisão do Conselho Nacional Palestino sobre as relações com o Cairo. ■ 79 freiras de Kwangju declaram-se em greve de fome por eleições presidenciais livres e directas. ■ O dr. Segal (RDA) afirma ao «Notícias de Moscovo» possuir vários dados que confirmam a origem artificial do vírus da SIDA.

28

Terça-feira

O Presidente da República anuncia na RTP a dissolução da AR e a marcação de eleições para 19 de Julho. ■ Federação da Função Pública marca semana de luta no sector da saúde. ■ Cai um prédio na Rua de Campolide em Lisboa. ■ 20 mil contos é a importância que o Ministério do Trabalho mete no bolso dos patrões, ao permitir que uma portaria de extensão só produza efeito a partir de Fevereiro, em vez de Outubro do ano findo, no comércio retalhista de Setúbal. ■ Fazendo um ferido grave, a polícia espanhola reprime violentamente uma greve de trabalhadores da indústria naval em Cadiz.

consciencialização colectiva do povo acerca das questões cruciais do momento presente.

No último sábado, em unidade e numa impressionante convergência democrática, portugueses de todas as condições sociais e das mais diversas áreas políticas do pensamento democrático reclamaram em massa a solução democrática da crise na base do quadro parlamentar existente, a imediata exoneração do Governo demitido, a formação de outro governo saído da vontade soberana do povo.

Finalizou o PR a sua Comunicação citando a legenda da Revolução de Abril que «o povo é quem mais ordena». Não foi, entretanto, essa a «ordem» que escutou e respeitou na sua decisão de 2.ª feira. Não foi essa a sua opção.

A voz do povo português, do povo de Abril, do «povo que mais ordena», vai amanhã de novo fazer-se ouvir pela boca e pela acção da sua componente mais vasta, combativa e dinâmica — a classe operária.

As celebrações do 1.º de Maio — Dia Internacional dos Trabalhadores, grande jornada popular que o 25 de Abril tornou mais autêntica e vasta — não deixarão de reflectir poderosamente a carga política dos últimos acontecimentos e os anseios populares mais sentidos do povo português na hora actual.

As eleições antecipadas de 19 de Julho colocam desde já a todos os trabalhadores e a todos os portugueses democratas e progressistas a necessidade de uma rápida e clara tomada de consciência dos problemas e das tarefas centrais do momento presente.

O Governo demitido Cavaco Silva/PSD, representante do grande capital e das forças mais retrógradas do nosso leque social, vai a estas eleições sob o peso de uma grande derrota.

É indispensável que o 1.º de Maio confirme amanhã por todo o País, a terminante derrota da direita na moção de censura, que exprima ao nível das massas e de maneira concludente a determinação dos trabalhadores e a importância do seu voto e da sua força política para derrotar a direita nas eleições de 19 de Julho.

No próprio momento em que as forças mais extremas da direita revanchista, empenhadas na ressurreição da defunta «AD», pela boca do CDS, se propõem destruir a natureza democrática da Constituição da República e as conquistas fundamentais de Abril, é de importância decisiva a resposta dos trabalhadores e a afirmação da vontade popular de defender o regime democrático, continuar Abril, aprofundar a derrota da direita.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º —
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 —
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 —
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B — 1100 Lisboa. Tel.
77 69 38/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heská
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Nota do PCP sobre a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas

1. A decisão do Presidente da República de dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas para 19 de Julho não assenta em razões constitucionais, institucionais ou políticas que possam considerar-se como válidas. A Comissão Política confirma a apreciação emitida pelo Secretariado do Comité Central: a decisão do Presidente da República foi institucionalmente desnecessária e politicamente incorrecta.

2. Não pode deixar de notar-se que o Presidente da República, contra a opinião da totalidade dos partidos democráticos que dispunham de larga maioria na Assembleia da República, satisfaz inteiramente as quatro inadmissíveis posições e imposições do Primeiro-Ministro demitido: a recusa a formar novo governo, a negação da legitimidade da formação de um novo governo na base da maioria democrática existente na Assembleia da República, a dissolução da Assembleia da República convocando eleições antecipadas e a permanência do governo demitido como governo de gestão para conduzir o processo eleitoral.

O governo minoritário de direita (bem como as forças reacçãoárias e o grande patronato que o apoiam) que sofreu pesada derrota política com a aprovação da moção de censura na Assembleia da República e a sua consequente demissão, recebeu assim um precioso apoio no momento em que se concretizava a possibilidade política e institucional de uma alternativa democrática.

3. A Comissão Política do CC do PCP insiste em afirmar que existiam condições para a formação de um

novo governo no quadro da Assembleia da República. Todos os partidos democráticos que aprovaram a moção de censura e que no conjunto dispunham de 140 deputados no total de 250 da Assembleia da República, tinham feito declarações explícitas relativas à viabilização de um governo de forma a garantir-lhe maior estabilidade que a do governo minoritário PSD de Cavaco Silva que contava apenas com o apoio de 88 deputados. Uma vez que o Presidente da República não tomou a iniciativa de convidar um dirigente dos partidos que aprovaram a moção de censura para fazer as diligências necessárias para a saída da crise, não é lícito afirmar que nenhuma proposta concreta foi feita para a formação de um novo governo.

4. O PCP sublinhou em tempo devido que, se o Presidente da República se inclinasse para a realização de eleições antecipadas, seria indispensável em tal caso um governo de gestão sério e isento que assegurasse a democraticidade do processo e do acto eleitorais.

A manutenção como governo de gestão até às eleições de um Primeiro-Ministro e de um governo que deram sobre as provas de total desrespeito pela legalidade democrática, da mais escandalosa manipulação da comunicação social e do uso partidário e eleitoralista dos recursos e fundos do Estado, compromete efectivamente a democraticidade do processo e do acto eleitorais e é susceptível de prejudicar a opção consciente e a manifestação livre da vontade dos portugueses.

Será necessária uma firme e dura batalha, o empenhamento confiante na luta de todos os democratas e patriotas,

para impedir que o governo deforme a expressão consciente e livre da vontade popular, para assegurar o carácter democrático das eleições.

5. A Comissão Política convoca uma reunião plenária do Comité Central para o dia 4 de Maio a fim de traçar a orientação e tomar as medidas necessárias para a campanha eleitoral.

6. Para já, a Comissão Política proclama que o PCP irá para a batalha eleitoral com confiança em que as eleições confirmarão a grande derrota sofrida pelo Governo PSD de Cavaco Silva com a aprovação da moção de censura e a sua consequente demissão, a existência de uma larga maioria democrática favorável à formação de um governo democrático e a consciência de que o reforço do apoio ao PCP e do número dos seus deputados será não só importante mas indispensável e decisivo para que a convergência democrática e uma alternativa democrática se possam concretizar.

7. A Comissão Política apela a todos os militantes, aos trabalhadores, a todos os democratas para que participem em massa nas manifestações e outras comemorações do 1.º de Maio, para que o 1.º de Maio constitua uma poderosa afirmação da vontade do povo português de prosseguir e continuar Abril.

29 de Abril de 1987

A Comissão Política
do Comité Central do PCP

Nacional

Conferência de imprensa da CGTP-IN

Todos ao 1.º de Maio!

Apanhado

Para a grande maioria dos portugueses os prazeres são raros. Falamos dos prazeres vulgares — uma boa gargalhada, por exemplo. Não estamos aqui a falar de bifés bem regados, que isso passou à história. Nem a da quentura de uma casa — já a casa é rara, quanto mais o dinheiro para pagar a energia. Nem sequer pensamos nos prazeres que as férias dão, pois que, se é da maioria dos portugueses que nos ocupamos, as férias não são com eles, quanto mais as boas e descansadas férias que são do domínio dos sonhos por enquanto não concretizados.

Mesmo os prazeres vulgares — uma boa gargalhada, por exemplo — vão rareando. Mas a gente não desiste deles e, quando sucedem, perdoem-nos se a gargalhada sobe alto de mais para as boas maneiras e para os brandos costumes.

Mas sucedem. Como as vitórias no futebol. Ou no hóquei em patins. E então é ouvir os portugueses aplaudir. Ou soltar o riso a bandeiras despregadas. É bom rir e contar as gargalhadas por milhões. Foi o que sucedeu no sábado passado a quem, no País, se sentava a essa hora, frente ao aparelho de televisão.

Raro era o facto de assistir a um programa português. Raro ainda o prazer de verificar que ele tinha qualidade e que falava às pessoas sobre questões que às pessoas interessavam.

Rara, por cima de tudo, a oportunidade de apanhar um ministro cavaquista fora das almofadadas entrevistas em que eles se não descaem, em que vêm para fazer a sua propaganda e com os jornalistas, obrigadinhos graças a deus, a darem as deixas todas para os ampararem nos gaguejos e nas quedas, nos atropelos e nos tropeções. O ministro lá foi. De Deus Pinheiro se chamava. Apesar de derrubado como todo o Governo, das tripas coração fez e mostrou sorriso. Todo firmezas e certezas. A dar à câmara a imagem do ganhador, o perfil do sério, a cor e o tom do estadista humano e etc.

Ninguém esperava que, às perguntas electrónicas do computador, amenizadas e trocadas por miúdos por Joaquim Letria, o ministro acabasse, a falas tantas, por reagir pior que um apanhado daqueles que foram multados por excesso de velocidade pedestre. Mas o certo é que foi. E o retrato acabou por ser de corpo inteiro. Com a gente a rir.

Quis o homem mostrar-se como qualquer um de nós — percebem, como **toda a gente**. Que isso de ser ministro — de Cavaco, entenda-se — não é caso para que nos sintamos distantes dele. Que ele, «como qualquer pessoa», **também** faz karaté e joga ténis! Como quem diz: não julguem que sou por aí algum marginal que gosta da bola. Como quem diz: não pensem que sou tão anormal que, por divertimento, seja obrigado a ver as «Palavras Cruzadas».

Como quem diz: não vão agora imaginar que, como um qualquer lunático, goste de beber um copo na tasca ou de jogar à bisca na colectividade, ou de levar para o campo um farnelzito e petiscar com a família. Não senhor.

Faz karaté e joga ténis. Como **qualquer pessoa**. Como **qualquer pessoa** tem o dinheiro para a raqueta e para o *court* — entre dois uísques, aposto. Como **qualquer pessoa**, a abordagem que prefere é o karaté. Para contactar com os outros.

Só que a gente — pelo menos os milhões que viam e ouviam — não nos sentimos assim **qualquer pessoa** destas. Penteadinho e auto-elogioso, Deus Pinheiro foi bem apanhado. A rara gargalhada soltou-se pelo País fora. Sublinhando que o Governo a que pertence foi bem derrubado. E que, a continuar no poleiro, é não só o ridículo que continua. É também o restrito círculo de **quaisquer pessoas**, distantes do País e contra ele, que perduram no poder.

Apelando para a participação massiva dos trabalhadores e democratas, nas comemorações que, amanhã, decorrem em todo o País, a propósito da passagem de mais um 1.º de Maio, a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN deu, ontem, uma conferência de imprensa onde, para além deste apelo, de uma actualidade sem precedentes, face à situação política que se verifica, foi focado e denunciado o agravamento da situação das camadas trabalhadoras portuguesas.

A acreditar na propaganda governamental, tudo é um mar de rosas, as dificuldades atenuam-se, os jovens e desempregados encontram ocupação — como é bom viver e morar em Portugal, principalmente devido ao excesso de casas, às rendas estáveis, aos altos salários e aos preços baixos.

Diz o governo Cavaco Silva, demitido mas em funções até às eleições, que maravilha, mas que bom, ai que alegria, ai que alegria, o que nós temos feito pelos trabalhadores e pelo povo português em geral.

Terão? Há muitos que dizem que não — muitos mesmo. É ver nos mercados, supermercados, mercearias e outros estabelecimentos afins, onde às pessoas se queixam (as que não têm ordenados de 100, 200 e mais contos) de que com o mesmo dinheiro cada vez (cada semana) compram menos. Até a vaca dos pobres (o frango) nos últimos tempos tem voado por alto na tabela dos preços.

Esta situação não passa despercebida à Intersindical Nacional, poderá ser que a outros organismos passe. Por isso, na Conferência de Imprensa de ontem se falou da situação em que se encontram, hoje, os trabalhadores e o País e que se pode resumir a estes pontos:

- agravamento dos problemas estruturais da economia e incapacidade de relançamento do aparelho produtivo, apesar da favorável conjuntura internacional;

- degradação extrema da situação social e laboral, inclusive com o retrocesso a formas ultrapassadas de superexploração capitalista, como são o caso dos salários em atraso, do trabalho infantil e do tráfico clandestino de mão-de-obra, chagas sociais que ficarão indelevelmente gravadas na história da direita no poder em Portugal;

- limitação generalizada dos direitos e liberdades democráticas;

- maior dependência de Portugal em relação às multinacionais, ao imperialismo, aos centros de decisão externos.

Como foi chamado à atenção, que nestas coisas é

melhor se a luta de hoje (de todos os dias) para isso criar condições.

Mais que provado está que a direita no poder não resolve os problemas nacionais, antes os agrava, como foi referido no encontro com os jornalistas, por outro lado, criaram-se com a derrota do Governo Cavaco Silva condições objectivas para reiniciar uma política virada para o emprego, o desenvolvimento, a democracia, em resumo, uma vida melhor, lema proposto pelo CGTP-IN para as comemorações do 1.º de Maio deste ano, e acrescentamos nós, uma oportunidade que não pode ser perdida.

Como foi posteriormente afirmado, as forças e responsáveis políticos da área democrática que não colham a lição de tal experiência não poderão deixar de ser responsabilizados perante os trabalhadores e o País por medidas ou pretensas soluções institucio-

nais que favoreçam a manutenção da direita no poder.

Batendo-se por uma verdadeira política de emprego, pela redução do horário de trabalho para um máximo de 40 horas semanais, por uma política económica orientada para o combate ao desemprego e a satisfação das necessidades básicas do povo português, por uma política de rendimentos justos que altere a distribuição da riqueza nacional a favor dos trabalhadores e ainda pelo aprofundamento da democracia e da independência nacional, a CGTP-IN considera serem estes problemas e esta política as questões centrais e prioritárias que no momento em que se comemora o 101.º Aniversário do 1.º de Maio se colocam aos trabalhadores e ao País, para além de questões partidárias e jogos de poder.

Vamos reforçar Maio para que Julho seja diferente.

Emprego
Desenvolvimento
Democracia
para uma Vida
Melhor!

Desfile

Martim Moniz
Alameda
14h

Na Alameda:
Manhã Infantil
Música Popular
Bares e Bazares
durante todo o dia

MAIO

USL-USS-CGTP

O PCP e a decisão do Presidente da República

• Primeiras declarações

No próprio dia 28, terça-feira passada, o PCP tomou posição quanto às decisões do Presidente da República no sentido de dissolver a Assembleia da República, convocar eleições antecipadas para 19 de Julho e manter em gestão o demitido Governo de Cavaco Silva.

Na noite de 28 foi divulgada a nota do Secretariado do CC do PCP que publicamos; na sessão parlamentar do mesmo dia, o presidente do grupo parlamentar comunista, Carlos Brito, pronunciou na Assembleia da República a declaração política que igualmente transcrevemos.

A Comissão Política do CC do PCP, na reunião de amanhã, dia 29, analisará aprofundadamente a decisão tomada pelo Presidente da República.

Entretanto, num primeiro comentário, o Secretariado do CC do PCP considera a dissolução da Assembleia da República e a marcação de eleições uma decisão politicamente incorrecta e institucionalmente desnecessária, uma vez que havia a possibilidade de uma solução alternativa com a formação de um governo na base do actual quadro parlamentar.

Tal possibilidade resulta da posição claramente assumida nesse sentido pelos partidos democráticos que votaram a moção de censura e provocaram a queda do Governo PSD/Cavaco Silva.

A decisão é tanto mais de lamentar quanto é certo que o Presidente da República nem sequer tomou a iniciativa de encarregar um dirigente do partido mais votado dos que aprovaram a moção de censura de fazer as diligências necessárias — e que tudo indicava seriam bem sucedidas — para a formação de um novo governo com apoio parlamentar maioritário.

O PCP entende que, além do mais, a convocação de eleições mantendo em funções de gestão o Governo demitido é uma decisão que provoca legítimas preocupações, uma vez que pela sua actuação anterior — designadamente com a manipulação da comunicação social e a utilização eleitoralista dos dinheiros e recursos públicos — o Governo Cavaco Silva não oferece quaisquer garantias de assegurar a isenção e democraticidade do processo eleitoral.

Uma vez convocadas eleições, o PCP manifesta a sua confiança em que o povo português, pelo seu voto, confirmará a derrota sofrida pela direita na AR e reafirmará o seu apoio maioritário às forças democráticas.

Pela sua parte, o PCP travará a batalha eleitoral com a certeza de que os resultados traduzirão o reconhecimento da acção construtiva e empenho inequívoco do Partido Comunista Português em favor de uma alternativa democrática, bem como da sua indispensável contribuição para que essa alternativa se concretize após as eleições.

Senhor presidente, senhores deputados:

Já ninguém tem dúvidas sobre o sentido das decisões que o sr. Presidente da República vai tomar em relação à presente crise governamental. Não restam dúvidas também que esta será a derradeira ou uma das derradeiras reuniões plenárias da presente legislatura.

Permita-se-nos, pois, que aproveitemos esta ocasião para nos pronunciarmos sobre o mais previsível desenvolvimento da crise e sobre o próprio funcionamento da Assembleia da República com a actual composição.

Começemos pela crise. Começemos por duas observações.

A primeira, para referir o dom espantoso que alguns jornalistas, especialmente dos órgãos de informação afectos ao Governo, revelaram para adivinhar o pensamento do senhor Presidente da República. Bruxos! — Já alguns lhe chamaram. Na verdade, não se limitaram a adivinhar o sentido geral das elocubrações presidenciais, adivinharam até o momento das decisões e a data das eleições antecipadas. Extraordinário! É com toda a ciência, que seguramente não provém da bola de cristal, que têm estado a «trabalhar» a opinião pública! Novos estilos que não favorecem a democracia!

A segunda, para referir as exigências feitas pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva logo que se apercebeu que o seu Governo ia ser demitido pela aprovação da moção de censura. Eram quatro, lembremos: 1.ª — Não formar um novo governo com base no seu partido; 2.ª — Não aceitar a formação de um novo governo com base noutros partidos; 3.ª — Exigir a realização de eleições gerais antecipadas imediatamente; 4.ª — Reivindicar que o seu Governo demitido ficasse como governo de gestão.

Neste momento já é possível comparar as exigências feitas com as previsíveis decisões que muito brevemente serão tomadas. A verificar-se tal como se prevê

bem se pode dizer que o figurino adoptado nem se parece com a prática dos regimes parlamentares puros, nem com os regimes semi-presidencialistas. Dir-se-ia que estamos em Inglaterra onde é o primeiro-ministro que decide sobre a dissolução das Câmaras e a convocação de eleições gerais e a Rainha de Inglaterra se limita a subscrever tais decisões.

Há que reconhecer que é uma evolução particularmente preocupante e que por certo vai marcar profundamente a próxima campanha eleitoral.

Com efeito, as competências constitucionais do Presidente da República, tudo o que indica, serão exercidas tendo apenas em conta as exigências do partido do Governo que tem apenas 88 deputados, ignorando a vontade maioritária da Assembleia da República reiteradamente expressa. Como justamente tem sido sublinhado prepararam-se decisões que acabam por punir a Assembleia da República por esta ter feito uso das suas competências constitucionais por condenar e interromper uma política errada que não serve os interesses do País. Isto é inadmissível e deve encontrar uma resposta clara por parte do eleitorado!

Neste momento importa reafirmar que nada justifica a realização de eleições antecipadas pois existem no actual quadro parlamentar possibilidades reais para se formar um governo disposto de apoio largamente maioritário. Não se conhece nenhum argumento com mínima credibilidade democrática para justificar que não se tenha ao menos tentado explorar esta possibilidade uma vez que até surgiu quem se dispusesse fazê-lo.

As condições em que tudo isto aconteceu não poderá deixar de ser outro tema importante da futura campanha eleitoral.

Mas o que é verdadeiramente assombroso é a decisão de convocar eleições mantendo em gestão o Governo demitido que já deu abundantes provas de desrespeito pela legalidade democrática e de abuso do poder na utilização em benefício dos seus objectivos partidários, da comunicação social, dos bens e dos meios do Estado.

A propósito da comunicação social diga-se num parêntesis que não há dia sem que um ministro ou um secretário de Estado não apareça na sempre solícita RTP a apresentar ou a justificar a sua medidazinha demagógica.

Uma tal gestão é absolutamente inadmissível para mais em período eleitoral e a persistir tem que ser vista como podendo adulterar o resultado das eleições.

A luta por condições que garantam uma gestão isenta e rigorosa neste período, faz parte da grande batalha eleitoral que a nosso ver as forças democráticas devem travar num espírito de convergência em torno de grandes objectivos nacionais com a plena confiança de que está ao seu alcance derrotar a direita e de que há em Portugal uma maioria que quer viver em democracia e de acordo com os ideais de Abril.

O PCP interveio na presente crise com espírito construtivo, disponibilidade para encontrar soluções e grande serenidade.

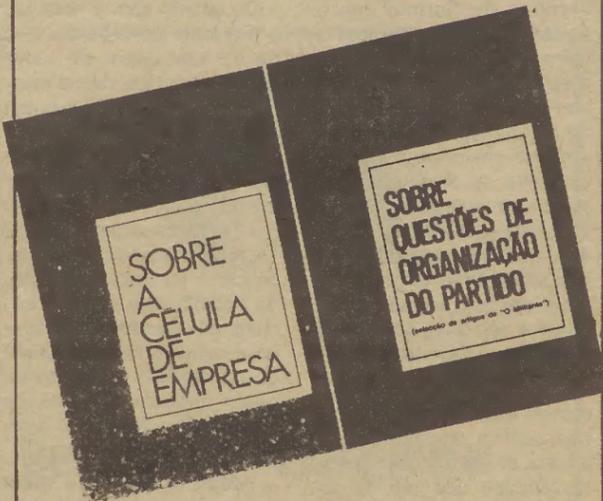
Fizemos tudo para viabilizar a formação de um governo no presente quadro parlamentar porque entendemos que é a solução que mais convém ao País e ao regime democrático. É exactamente com o mesmo espírito que iremos travar a batalha elei-

toral com plena confiança no veredicto do nosso povo.

Levamos do trabalho da Assembleia da República que vai ser dissolvida o sentimento de uma experiência importante. Foi sem dúvida uma das mais notáveis legislaturas do período posterior ao 25 de Abril. Julgamos justo enaltecer a forma correcta e firme como a Assembleia da República, num clima de grande incompreensão que se mantém até ao fim, soube assumir as suas competências tanto legislativas como fiscalizadoras. Esta Assembleia cai porque aprovou uma moção de censura ao Governo. Ficará na História!

Nós os deputados comunistas temos consciência de ter dado um contributo importante para o bom funcionamento da Assembleia da República e para as respostas mais positivas dadas por este órgão de soberania aos problemas do nosso povo e do nosso país. Por isso no termo antecipado da legislatura podemos dizer com pleno à-vontade: honramos o mandato dos portugueses que nos elegeram!

Duas publicações que interessam a todos os membros do Partido



A sua leitura e discussão poderão servir os membros do Partido a compreender melhor o que é a organização, o que é uma organização de base, o que é o acção do Partido. A sua leitura e discussão poderão servir à criação de muitas novas células, ao fortalecimento das células de empresa existentes, à construção de mais bastiões do Partido como são as grandes e fortes células que existem em algumas zonas industriais.

Para esta compilação foram escolhidas, entre os artigos publicados em «O Militante», aqueles que pareceram formar um conjunto coerente sobre as questões orgânicas básicas que mais preocupam qualquer organismo do Partido, qualquer dos seus militantes.

Preço 100\$00
Cerca de 200 páginas

Preço 40\$00

Assembleia da República

Dissolução

Maioria discorda

Concretizadas as previsões veiculadas por vários órgãos de comunicação social no decorrer da última semana dando como certo o anúncio do Presidente da República para ontem, quarta-feira (dia de fecho da nossa edição), da dissolução da Assembleia da República e convocação de eleições para 19 de Julho próximo, fica definitivamente gorada a expectativa e vencidas a opinião e a vontade de quantos desejavam como solução para a crise a constituição de um Governo saído do actual quadro parlamentar.

Nesse sentido se pronunciaram nos últimos dias destacados dirigentes da maioria democrática parlamentar (PS, PRD e PCP) em diversas intervenções marcadas quer pela completa disponibilidade para dar corpo a uma tal solução quer por fortes críticas à monumental campanha de manipulação e pressões levada a cabo com cobertura da imprensa cavaquista pelas forças de direita.

Considerada uma das mais despudoradas operações de pressão e chantagem sobre as instituições, a acção dos partidos de direita e dos representantes do grande capital no decorrer da presente situação política — recorde-se que as associações patronais e designadamente a CIP e o seu presidente, Ferraz da Costa, vieram a público exigir eleições e ameaçar com a instabilidade económica caso fosse outra a saída — é interpretada com efeito como visando condicionar o próprio regime democrático, tendo suscitado o repúdio unânime de todas as bancadas à excepção do PSD e do CDS.

«Quando o poder económico do grande capital aparece publicamente a querer dar ordens ao poder político decorrente do voto popular, a questão que se põe — afirmaria a propósito João Amaral, faz hoje oito dias — é a de saber o que pode significar para o próprio regime democrático a cedência a um ultimato antidemocrático feito por quem nunca quis o 25 de Abril e põe como reclamação central a completa descaracterização e subversão da Constituição da República e das suas regras políticas, económicas e sociais».

Desdobrando-se em declarações, membros do Governo e do partido que o apoia, «analistas» políticos e representantes patronais procuraram na verdade escamotear que o Governo minoritário de Cavaco Silva caiu pela vontade maioritária da Assembleia da República num gesto que significou indiscutivelmente a condenação da sua política enquanto que em simultâneo procuraram fazer crer que nenhum passo poderia ter sido dado para formar novo Governo.

Coube a João Amaral desmontar esta tese na declaração política que proferiu da tribuna da Assembleia quando lembrou que não há governos de geração espontânea. «Os governos não se sentem — afirmou —, formam-se de acordo com as regras constitucionais vigentes, através do conjunto dos passos necessários, entre eles e como primeiro passo, com a indignação de um primeiro-ministro que realize e

concretize as diligências subsequentes».

Ora foi exactamente esta diligência — cuja responsabilidade cabe exclusivamente ao Presidente da República — que ficou por dar, pese embora as declarações de altos dirigentes do PS manifestando disponibilidade para assumir as «suas responsabilidades».

«Se o Presidente da República indigitar um primeiro-ministro do Partido Socialista — declarou Ferraz de Abreu no Parlamento há precisamente uma semana — imediatamente o PS desencadeará as conversações e o diálogo para constituir um governo com expressão maioritária nesta Câmara».

Esta opinião contra a dissolução da Assembleia da República foi de resto defendida claramente pelos restantes partidos democráticos com assento parlamentar. José Carlos de Vasconcelos, em nome do PRD, sustentou

a necessidade de tentar uma solução no actual parlamento, solução essa que em sua opinião «é desejável e é possível», tendo em conta aliás «as posições assumidas por uma maioria parlamentar clara». Apenas no caso de «tal solução não se concretizar, ou se concretizar em moldes que o Presidente da República entenda serem politicamente inaceitáveis e constituírem fundamento bastante para a rejeitar», só depois, defendeu o deputado renovador, é que Mário Soares deverá marcar eleições.

«Impõe-se que o Chefe de Estado torne possível uma solução alternativa de Governo no actual quadro parlamentar insistiu ainda José Carlos de Vasconcelos que para o efeito fundamentou a sua afirmação no facto do Governo ter caído por força de uma moção de censura da iniciativa da própria Assembleia da República.

«Seria em nosso juízo incorrecto e injustificável, que o Presidente da República marcasse eleições sem permitir tal solução, advogou ainda o orador para concluir que a não ser assim, «verificar-se-ia uma inversão da lógica e da coerência políticas, ou mesmo uma violação do espírito constitucional e da sua prática, tal como o actual Chefe de Estado múltiplas

vezes a defendeu».

Explicitando a posição do PCP, João Amaral abordou por seu turno a solução para a crise lembrando que a ideia da dissolução «é contrária à vontade repetidamente expressa pela maioria da Assembleia da República». Em seu entender, a vontade expressa por esta maioria que votou contra o Governo de Cavaco vai no sentido não só «da formação de um Governo novo no quadro parlamentar da actual legislatura como da disponibilidade para os passos necessários» que a viabilizem, pelo que, salientou a «ninguém é legítimo interpretar de maneira diferente a vontade dos partidos que aqui constituem a maioria».

Viciar as eleições

A despudorada campanha de manipulação e intoxicação a que temos assistido, foi ainda objecto da intervenção do deputado comunista que alertou para os perigos que advêm da manutenção do actual governo em funções de gestão. Chamando a atenção para a política de permanente comité eleitoral do Executivo de Cavaco Silva destinada a acumular fundos para viciar as eleições, João Amaral pôs o acento/tónico nos escândalos que têm ocorrido neste período em que o Governo deveria ser de mera gestão, demonstrando com vários exemplos como este não se coíbe de se socorrer dos sacos azuis, das inaugurações e primeiras pedras», da admissão massiva de funcionários ou de chegar mesmo à via da provocação como aconteceu com a aprovação e publicação pelo ministro Cadilhe de um Programa (PCDEP) para vigorar, imagine-se até 1994.

Como recentemente sublinhava José Magalhães, a propósito da campanha dos que pretendiam fazer crer não existir outra alternativa senão o recurso a eleições, a «Constituição da República admite uma multiplicidade de soluções».

Aprovados importantes diplomas

Uma carregada agenda abrangendo as mais diversas matérias e onde não faltaram naturalmente os mais recentes desenvolvimentos da actual crise política ocupou terça-feira a derradeira reunião da actual legislatura.

Numa importante declaração política (ver em Semana), Carlos Brito explicitou a posição do PCP sobre o mais previsível desfecho da crise, detendo-se designadamente na campanha de pressões e chantagem desenvolvida nos últimos dias com a cobertura da imprensa cavaquista pelas forças de direita nas exigências de Cavaco e nos perigos que decorrem da sua permanência à frente de um governo de gestão e ainda sobre as competências constitucionais do Presidente da República.

Entre os diplomas apreciados e aprovados no decorrer dos trabalhos esteve um projecto de lei do PCP definindo a implementação de medidas urgentes sobre o ensino aprendizagem do português, o qual permite designadamente por termo ao despacho governamental que estabelece a perda de ano aos alunos que chumbem a Português.

Foram igualmente aprovados três projectos de lei da iniciativa do PRD, do PS e do PCP definindo normas e várias matérias respeitantes à intervenção e participação da Assembleia da República no tocante às relações com a CEE.

Para além de apreciar o Relatório sobre Camarate, os deputados procederam ainda à votação final global de diplomas relativos à Segurança Interna, ao Serviço Militar, à alienação de quotas e acções do Estado em Empresas Públicas de Comunicação Social, ao Regime Eleitoral para o Parlamento Europeu e ainda sobre a responsabilidade criminal de titulares de cargos políticos.

Sessão solene

A evocação do 25 de Abril e do seu significado e importância históricos em todas as áreas da nossa vida colectiva estiveram presentes na sessão solene com que a Assembleia da República assinalou a passagem do 13.º aniversário da data libertadora, cerimónia no decorrer da qual, como não podia deixar de ser, a actual crise política acabou por ocupar também a atenção de todos os intervenientes.

De uma forma ou outra, todos os oradores se referiram com efeito à situação presente, quer para criticar o Governo (caso do PS) ou para defender a existência de uma solução no quadro parlamentar (casos do MDP, PCP e PRD), quer para ensaiar um namoro a uma futura coligação com o partido por enquanto mais votado (caso do CDS), quer ainda para dizer que o momento não era oportuno para falar da crise como tratou de afirmar pela voz do seu líder parlamentar o PSD.

Mas se a linha divisória entre os discursos partidários se definiu claramente pela abordagem que cada um fez do momento político presente não deixa de ser significativo, por outro lado, que a alusão directa aos protagonistas iniciais do movimento emancipador que conduziu à queda do fascismo — os capitães de Abril, muitos deles presentes nas galerias — tenha sido literalmente «esquecida» pelo PSD e pelo CDS.

O Presidente da Assembleia da República, da tribuna coberta de cravos vermelhos, fez a defesa deste órgão de soberania dos «ataques» provenientes daqueles que «sem responsabilidades directas na condução do processo político» pretendem encobrir com a crítica as «suas próprias frustrações ou os seus insucessos», lamentando ainda que fenómenos de «intolerância e de sectarismo» possam manifestar-se a coberto da liberdade.

O Presidente da República, por seu turno, esclareceu o significado da sua presença na sessão solene como

uma forma de «prestar uma homenagem sentida e grata aos homens generosos que com coragem e risco tornaram possível o 25 de Abril», nada adiantando todavia quanto ao desfecho da crise governativa.

Intervindo em nome da bancada comunista, Jerónimo de Sousa exprimiu pela sua parte a «gratidão aos militares de Abril» concluindo que «Abril valeu e vale a pena». Antes, porém, deteve-se em três aspectos actuais do nosso processo democrático que considerou preocupantes: o primeiro, tem a ver com a situação dos próprios capitães de Abril que considerou «sistematicamente discriminados» enquanto alguns que «estiveram abertamente contra ele são acarinhados, aplaudidos, promovidos»; o segundo, prende-se com o que apelidou da «escandalosa exibição de sãna ao 25 de Abril» por parte dos grandes interesses económicos e das organizações patronais que já se permitem «dar ordens ao poder político como se não existisse Constituição»; por último, o deputado comunista referiu como sinal preocupante dos tempos que correm a «ligeireza» com que alguns «comentaristas, analistas, constitucionalistas têm advogado a dissolução da Assembleia da República e a cegueira e surdez que revelam em relação à vontade repetidamente expressa manifestada e cada vez mais clarificada da maioria das forças aqui representadas no sentido de que seja encontrada uma solução governativa estável no quadro desta Assembleia».

Hermínio Martinho, por sua vez, pôs a tónica da sua intervenção na importância da instituição parlamentar socorrendo-se para o efeito de declarações de Mário Soares por ocasião do primeiro aniversário da sua investidura.

«V. Ex.» salientava que — disse, dirigindo-se ao Presidente da República — «o Povo português quando vota, vota com seriedade e vota para fazer escolhas válidas por quatro anos. Uma das coisas que sempre censurei na nossa vida política passada foi que nenhuma Assembleia pudesse ter chegado ao fim da legislatura». E noutro passo da mesma entrevista continuava V. Ex.: «Faço uma leitura da Constituição que privilegia o Parlamento como centro dos grandes debates públicos e centro vital da democracia. É no Parlamento que se derrubam e formam governos».

Num discurso onde se tornou evidente a fuga a qualquer alusão ao momento actual, mas onde não faltaram severas críticas ao Executivo do PSD, José Apolinário, em nome da bancada socialista sublinhou a dado passo da sua intervenção que «tivesse um Governo que dispõdo de condições financeiras favoráveis foi incapaz de dar resposta aos anseios dos jovens», pelo que, em sua opinião «é possível fazer mais e melhor».

Jovens desempregados já têm subsídio

• Óscar Lopes homenageado

Os jovens candidatos ao primeiro emprego vão finalmente poder dispor de um subsídio social. A votação ocorreu na passada sexta-feira, tendo o diploma recebido os votos favoráveis do PS, PRD, PCP, MDP e Maria Santos de «Os Verdes». O PSD votou contra e o CDS absteve-se.

De acordo com a nova lei, o montante do subsídio será de 70 por cento do valor mais elevado do salário mínimo nacional, pago por um período de 70 meses. Beneficiam deste subsídio social todos os jovens à procura do primeiro emprego com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, estabelecendo a lei como condição, no entanto, que estejam inscritos nos Centros de Emprego e nunca tenham trabalhado ou, tendo-o feito, não tenham atingido a média de 180 dias no último ano anterior à data do desemprego.

Todos os jovens a quem seja concedido o subsídio beneficiam ainda nos termos da presente lei de prioridade nos acessos a cursos de formação profissional.

Com o espectro da dissolução a pairar sobre os trabalhos, o Plenário aprovou ainda na passada semana por maioria (votos contra

apenas do CDS) projectos de lei apresentados por todos os grupos parlamentares sobre o «Dia Nacional do Estudante», fixado para 24 de Março.

Os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos foram também apreciados pelos deputados na sequência da apresentação de dois projectos da autoria do PRD e do PS que receberam na generalidade a aprovação unânime da Câmara.

A partir de agora os bombeiros contam com o seu Estatuto Social, documento aprovado também na passada semana pela totalidade dos deputados presentes os quais, de seguida, não dispensaram prolongados aplausos ao numeroso grupo de «soldados da paz» presentes nas galerias.

Subscrito por deputados de todos os partidos com assento parlamentar, o Plenário aprovou por unanimidade um voto de louvor a Óscar Lopes, por motivo da sua última aula na Faculdade de Letras do Porto.

José Manuel Mendes, definindo a figura do homenageado, salientou que o seu percurso «humano, ético e político» constituem um «relevo fundamental da cultura e da democracia portuguesa».

PCP

Novo Centro do PCP em Portalegre

Inauguração no dia 9

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, desloca-se a Portalegre no próximo dia 9 para participar na jornada festiva de inauguração do novo Centro de Trabalho da Distrital. O programa incluirá uma visita às instalações do Partido, na Rua do Comércio, às 12 horas e, depois, a partir das 13 horas, almoço-convívio no Centro Popular dos Traba-

lhadores do Bairro de São Cristóvão «Atalaião».

Fronteira

Do concelho de Fronteira, distrito de Portalegre, chegaram à nossa redacção notícias sobre a inauguração de um novo Centro de Trabalho

do PCP, o primeiro a abrir na sede do concelho de Fronteira. A camarada Leonor Xavier, suplente do Comité Central, participou na jornada de inauguração. Ainda no concelho de Fronteira teve lugar há dias a 1.ª Assembleia da Organização de Freguesia de Cabeço de Vide. No decorrer dos trabalhos foi eleita a nova Comissão de Freguesia do PCP.

3.ª Assembleia Concelhia em Coruche no dia 16

Está a decorrer a actividade preparatória da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Coruche, no distrito de Santarém. Marcada para o próximo dia 16 de Maio, com a participação de 250 delegados e outros tantos convidados, a Assembleia dos comunistas de Coruche apreciará um documento com as principais orientações de trabalho no plano político e partidário. As propostas do PCP para o desenvolvimento do concelho serão outra componente dessa resolução.

A 3.ª Assembleia decorrerá no pavilhão de Santo António entre as 14.30 e as 19 horas, sob o lema «reforçar o Partido, desenvolver o concelho». Numa próxima edição contámos dar um breve apontamento sobre as iniciativas promovidas em todas as freguesias do concelho para a preparação da Assembleia.

Festa do Cravo Vermelho

A tradicional Festa do Cravo Vermelho, já na sua 5.ª

edição, realiza-se este ano no fim-de-semana de 6 e 7 de Junho, por iniciativa da Comissão Local da Volta do Vale, do PCP, no concelho de Coruche. Brevemente divulgaremos o programa da Festa, deixando já hoje uma referência ao seu concurso de pesca, que decorrerá no dia 6 de Junho na barragem do Sabachão, de acordo com este plano: 7 h – concentração no local e sorteio dos pesqueiros; 7.15 h – saída para os pesqueiros; 8 h – início da prova; 12 h – final do concurso.



«Do velho se faz novo» como diz o nosso povo e como está a suceder em Rio Maior na velha casa adquirida pelo Partido que ainda este ano será um novo Centro de Trabalho, espaço aberto para o reforço da democracia e das liberdades. As obras começaram a 30 de Março e avançam em bom ritmo, decorrendo uma campanha de recolha de fundos com conta aberta na Caixa Geral de Depósitos de Rio Maior (n.º 6346430). Se puder dê uma ajuda, amigo leitor.

Porto Célula da Sepsa reúne 4.ª Assembleia

Os trabalhadores comunistas da maior empresa electromecânica do distrito do Porto, a Sepsa, vão reunir-se no próximo sábado, dia 2, na sua 4.ª Assembleia de Célula, que decorrerá no Centro de Trabalho da Boavista, a partir das 9 horas. Entre os convidados estará a camarada Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do Partido.

«Virada para as indústrias cimenteiras, petroquímica, si-

derúrgica e construção de máquinas para a produção de energia térmica e hidráulica, a Sepsa debate-se hoje com graves problemas de subaproveitamento da sua capacidade de produção», salienta o projecto de resolução política em debate na célula nesta fase preparatória da Assembleia.

Para além dos problemas da empresa e dos seus trabalhadores (em 8 anos o seu número reduziu em 30 por cento) o documento da Assembleia aponta direcções e perspectivas para a actividade dos comunistas. No decurso dos trabalhos será eleito o novo secretariado da célula. Após a Assembleia haverá um almoço-convívio.

Jornal da Comissão Regional de Pescas

Saiu recentemente mais um número do jornal da Comissão Regional de Pescas do Porto, do PCP. A ofensiva do Governo de Cavaco Silva contra a pesca artesanal e o arrasto costeiro (o pretexto «oficial» é a defesa dos re-

ursos), as alternativas possíveis para o sector com o fim de manter os postos de trabalho (15 mil em todo o País), a necessidade de renovar a frota e modernizar a acção profissional sem a destruição dos recursos marinhos, são temas em foco no jornal, que lembra assim algumas das mais importantes conclusões aprovadas no Encontro Nacional da Pesca Artesanal promovido pelo PCP em Matosinhos.

Outras questões em relevo nesta publicação bimensal: os importantes resultados alcançados após três meses de luta no novo contrato colectivo dos trabalhadores de arrasto, a integração na segurança social dos pescadores reformados, depois de tantos anos de luta, os naufrágios em Angeiras e no Douro, as deficientes condições de trabalho e o assoreamento das barras, a reivindicação de um posto médico para Aguda, o inquérito ao serviço de lotas e vendas da Póvoa do Varzim e as câmaras frigoríficas de Vila Chã, que não funcionam.

Moita: novo CT Domingo festivo em Alhos Vedros

Para a organização de Alhos Vedros e para todos os comunistas do concelho da Moita, o último domingo assinalou um novo passo para o reforço do Partido e a dinamização da actividade com a inauguração, em clima de festa, de um novo Centro de Trabalho na freguesia de Alhos Vedros.

O programa incluiu um almoço de confraternização na colectividade «A Velhinha» e, naturalmente, uma pormenorizada visita às novas instalações. O camarada Carlos Ramildes, membro suplente da Comissão Política do CC, participou na jornada de inauguração deste CT concelhio.

Festa Terra de Abril na cidade de Évora

Anunciada pela Comissão Concelhia de Évora como «uma festa diferente», vai realizar-se no próximo dia 23 de Maio nas piscinas municipais daquela cidade alentejana a Festa Terra de Abril. Do seu diversificado programa faz parte um comício com a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, cerca das 17.30 horas.

Mercado da Reforma Agrária, serviços de bar e

restaurante, espaços culturais (livro, disco, artesanato, exposições), colóquios sobre «Évora, património mundial» e «O livro, o escritor e a sociedade» e os espetáculos com a música popular portuguesa (Sérgio Godinho actuará a partir das 20.30 h), com destaque para os cantares tradicionais do Alentejo – são desde já pontos salientes desta Festa promovida pela Comissão Concelhia de Évora.

Delegação do PSUA no Minho

Entre os passados dias 21 e 27 esteve de visita ao Minho uma delegação da organização distrital de Erfurt do PSUA (RDA). Realizada a convite da DORM do PCP, esta visita permitiu aos camaradas da RDA um contacto com a realidade económica, social e política da região minhota, resultando «um importante contributo para um maior e melhor conhecimento da realidade e das experiências dos comunistas e povos das duas regiões e países, bem como para a consolidação das já fortes relações de amizade e solidariedade internacionalista que unem os comunistas do Minho com os comunistas de Erfurt», salienta um comunicado da SIP/DORM, divulgado em Braga no passado dia 27.

A delegação dos comunistas de Erfurt era constituída por Kurt Brauner, secretário da Comissão Distrital do PSUA, Ulrich Fliege, Peter Heiter e Monika Leetz.

Durante a visita, os camaradas de Erfurt tiveram encontros com representantes das organizações locais e membros de células de empresa do PCP em Braga, Guimarães, Ribã D'Ave e Viana do Castelo e ainda com eleitos comunistas nas

autarquias e responsáveis pelo trabalho camponês.

A delegação da RDA foi recebida nas Câmaras Municipais de Braga e de Viana do Castelo pelos seus presidentes e por vereadores e ainda nas Juntas de Freguesia de Polvoreira (Guimarães) e Darque (Viana). O programa da visita incluiu também deslocações aos Estaleiros Navais de Viana, a uma empresa têxtil de Guimarães, a explorações agrícolas e à Adega Cooperativa de Barcelos. Um contacto com a realidade comunitária dos baldios na zona do Gerês e uma visita à Agro-87, Feira Internacional de Agricultura em Braga, onde foi recebida pela administração do Parque Municipal de Exposições, foram outros momentos da permanência da delegação de Erfurt, que participou ainda numa sessão pública de amizade em Braga, onde se registaram intervenções dos camaradas Kurt Brauner e António Lopes, membro suplente da Comissão Política do Partido.

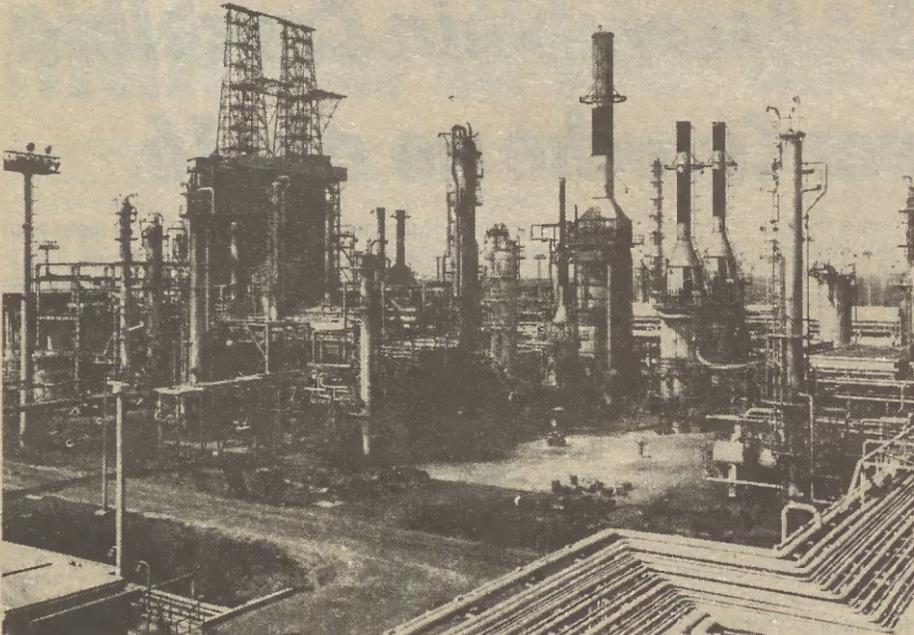
A delegação deslocou-se ainda ao Porto onde foi recebida pela DORM do PCP e pelo Comité Local. Na cidade Invicta os camaradas da RDA assistiram às comemorações do 25 de Abril.



Lembrar Catarina

O povo alentejano e em geral todos os antifascistas portugueses não esquecem o exemplo de Catarina Eufémia. Na passagem de mais um aniversário da sua morte, a Comissão Distrital de Beja do PCP leva a efeito no próximo dia 17 (domingo) em Baleizão, a partir das 15 horas, uma jornada evocativa em que participará o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Trabalhadores



Petróleo: elevadas receitas para um Governo de clientelas

CT da Petrogal pergunta Para onde vão 195 milhões

Os impostos arrecadados pelo Governo sobre as vendas de petróleo e fuel-óleo ultrapassaram os 195 milhões de contos no ano passado.

A CCT (comissão central de trabalhadores) da Petrogal, empresa pública sobre a qual recaiu a maior parte daquela cobrança, pergunta «como foi utilizado, ou para onde se pretende encaminhar este dinheiro».

A pergunta justifica-se não só relativamente a essa avultada quantia, mas também quanto aos «consideráveis meios financeiros resultantes de conhecidos factores externos — baixa do dólar e do custo do petróleo — que rondaram os 300 milhões de contos em 1986».

Nem a empresa, nem os trabalhadores — sublinha a CCT — beneficiaram com esses avultados milhões.

Numa altura em que este Governo paga aos seus amigos «honorários» escandalosamente elevados, por exemplo no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), sobeja razão assiste aos trabalhadores da Petrogal para fazerem publicamente estas perguntas.

A CCT sublinha também o facto de os preços terem subido cerca de dois por cento em Janeiro e de ter subido ainda a taxa de inflação, que o Governo prometera reduzir para 8 por cento e que já atingiu os 10,9 por cento, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística.

Os trabalhadores da Petrogal reclamam medidas capazes de dinamizar a empresa e os sectores produtivos, «para o desenvolvimento da economia do País, para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo».

Grundig cede em Braga

Depois de se declararem em greve, na semana passa-

da, os trabalhadores da Grundig, de Braga, conseguiram aumentos salariais de 15 por cento, facto que consideram «altamente positivo», já que a disposição anterior da gerência não adiantaria mais do que os 7/8 por cento previstos (sem êxito, aliás) pelo grande patronato, o Governo Cavaco e a UGT.

Recorde-se que a percentagem na Grundig é muito superior à preconizada pela associação patronal do material eléctrico (Animee).

Num plenário efectuado no passado dia 21, véspera da greve prevista, os trabalhadores da Grundig exigiram uma **tabela justa para todo o sector** e, numa concentração junto à sede da gerência, protestaram contra a atitude do patronato perante a contratação colectiva.

Não aos despedimentos no Entrepasto

Deputados dos vários grupos parlamentares visitaram segunda-feira o Entrepasto Industrial, propriedade da Finantécnica, que está a negociar com o Governo o despedimento de cerca de 300 trabalhadores e a alienação de património enquanto boicota a viabilização da empresa.

No seguimento da luta que têm vindo a travar, os órgãos representativos dos trabalhadores mostraram mais uma vez que a defesa dos postos de trabalho e a normalização da actividade do Entrepasto é a única forma de garantir a defesa dos direitos sociais e económicos de quem ali trabalha e de contribuir para a necessária recuperação económica da região de Setúbal.

A Finantécnica tem uma sólida situação financeira e tem interesses também em Moçambique (onde nasceu), em Espanha e na América do Sul.

No Entrepasto Industrial trabalham 560 pessoas, que produzem frigoríficos e arcas congeladoras, reboques, carroçarias e componentes para automóveis, cozinhas industriais e diversos outros produtos metálicos.

Desde Fevereiro de 1986 que os salários não têm sido pagos a tempo e horas; actualmente a dívida é de dois meses.

A viabilização é possível e necessária

Na secção de metalomecânica, denunciam entretanto as organizações representativas dos trabalhadores, têm-se verificado casos de desvios de produções, falta de resposta a pedidos de enco-

menda, entrega de fabrico de produtos tradicionais do Entrepasto a empresas estranhas ao próprio grupo de empresas da Finantécnica.

Os trabalhadores do Entrepasto Industrial e as suas organizações representativas têm manifestado preocupação e a intenção de contribuir para a viabilização da empresa.

No dia 2 de Fevereiro realizou-se no Governo Civil de Setúbal uma reunião que analisou a situação do Entrepasto. Participaram a CT e a comissão intersindical, as administrações do Entrepasto e da Finantécnica, a governadora civil e representantes da Câmara Municipal e do PROSET (Projecto de desenvolvimento da península de Setúbal). Foi acordada a elaboração de uma carta de intenções para conseguir de departamentos governamentais (nomeadamente o Ministério do Plano) «apoios financeiros e técnicos a um processo de viabilização» que

reduzisse o mais possível as consequências de natureza social.

Um crime!

Mas a administração tem-se escusado a elaborar com os órgãos representativos dos trabalhadores esse documento e tem mesmo vindo a agravar a situação, nomeadamente no sector frio. As estruturas representativas dos trabalhadores denunciam ainda o facto de que «desde o início deste ano, por decisão da Finantécnica, passaram a ser fabricados em empresas estranhas ao próprio grupo», «bancos, forras interiores e carroçarias» para automóveis ligeiros e pesados que «sempre foram fabricados no Entrepasto Industrial».

Além disso, tal orientação da Finantécnica provocou a «falta de resposta, desde o fim do ano passado, a concursos para fornecimento de material para as Forças Armadas já fabricado anteriormente na empresa (cozinhas de campanha rodadas e atrelados de diversas capacidades)».

Agora a administração da Finantécnica apresenta como única solução o despedimento de 287 trabalhadores (mais de metade do pessoal que hoje emprega) e a alienação de património, o que os trabalhadores contestam e consideram como «uma acção de carácter verdadeiramente criminoso».

Formação no comércio

Onze cursos de formação profissional tiveram o seu início no primeiro semestre deste ano, com a participação de 222 pessoas, em sete localidades. A iniciativa pertence ao Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul (CES/SUL).

Os cursos abrangem as áreas da Informática, Contabilidade e Secretariado.

Na quarta-feira da semana passada, o CES/SUL referia que as sete localidades

abrangidas pelos onze cursos de formação profissional são Almada, Barreiro, Estremoz, Évora, Portimão, Beja e Montemor-o-Novo.

Quatro dessas acções de formação destinam-se aos jovens dos 18 aos 25 anos, desempregados, à procura do primeiro emprego ou com trabalho precário.

As restantes acções (3) destinam-se a sócios e familiares, bem como a trabalha-

dores filiados noutros sindicatos do movimento unitário.

O programa dos cursos apresentado pelo CES/SUL foi aprovado pelo Fundo Social Europeu e aguardam-se subsídios do IIEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

Com a participação de 674 trabalhadores, o CES/SUL já levou a cabo, desde 1985, 32 acções de formação profissional.

Êxito na Viação

A adesão completa à greve (31 de Março, 1 e 2 de Abril) na Direcção-Geral de Viação proporcionou finalmente, depois de quatro anos de espera, a assinatura do Despacho do Governo que permite o pagamento de um subsídio mensal aos técnicos daquela Direcção-Geral afectos ao serviço de inspecção e exames.

Ao anunciar a suspensão da nova greve prevista para o passado dia 27, a comissão executiva do conselho nacional da Federação da Função Pública (FNSTFP),



que representa a maioria daqueles trabalhadores, salienta o papel da luta em unidade e da atitude responsável dos sindicatos, que esperam

a publicação daquele Despacho «até o final do corrente mês, para que possa produzir efeitos a partir do próximo dia 1 de Maio».

F. ENGELS

A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado

edições *Avante!*

BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO

Trabalhadores

Debates no sector público

No próximo dia 14 reúnem-se em Lisboa os activistas das empresas do sector empresarial do Estado. O tema da reunião-geral, decidida no passado dia 8, é «o SEE como motor do desenvolvimento e do emprego». Está prevista a participação de centenas de activistas de todo o País. Ainda sem data marcada, era entretanto anunciado um «debate nacional» sobre o sector da indústria naval, cujos delegados sindicais se reuniram no passado dia 15 em Lisboa. Estas iniciativas, coordenadas pelo movimento sindical unitário, abrangem os principais ramos da actividade económica nacional.

Uma das principais preocupações dos trabalhadores e dos seus representantes nas empresas é naturalmente o emprego. Recorde-se que em dois anos e meio (entre 1.1.84 e 30.6.86) foram despedidos, na **Setenave**, na **Siderurgia** e na **Mompur**, 1419 trabalhadores, enquanto que, no mesmo período, eram **alugados** pelas mesmas empresas 877.

A **Lisnave**, que também é uma empresa pertencente ao SEE, embora com maioria de capital privado, alugou naquele mesmo período 600 trabalhadores, que atingiam 13,3 por cento do seu volume de emprego.

No primeiro semestre do ano passado, os contratos a prazo na metalomecânica representavam sensivelmente 9 por cento do emprego global neste subsector, onde 64,3 por cento das admissões nos dois anos e meio já referidos foram feitas sob o regime do emprego precário.

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP), que divulgou recentemente estes números, protesta contra a generalização do emprego precário, chegando a aparecer anúncios na Imprensa pedindo trabalhadores a admitir não só naquelas condições, mas «colectados», isto é, com a obrigação de serem eles a

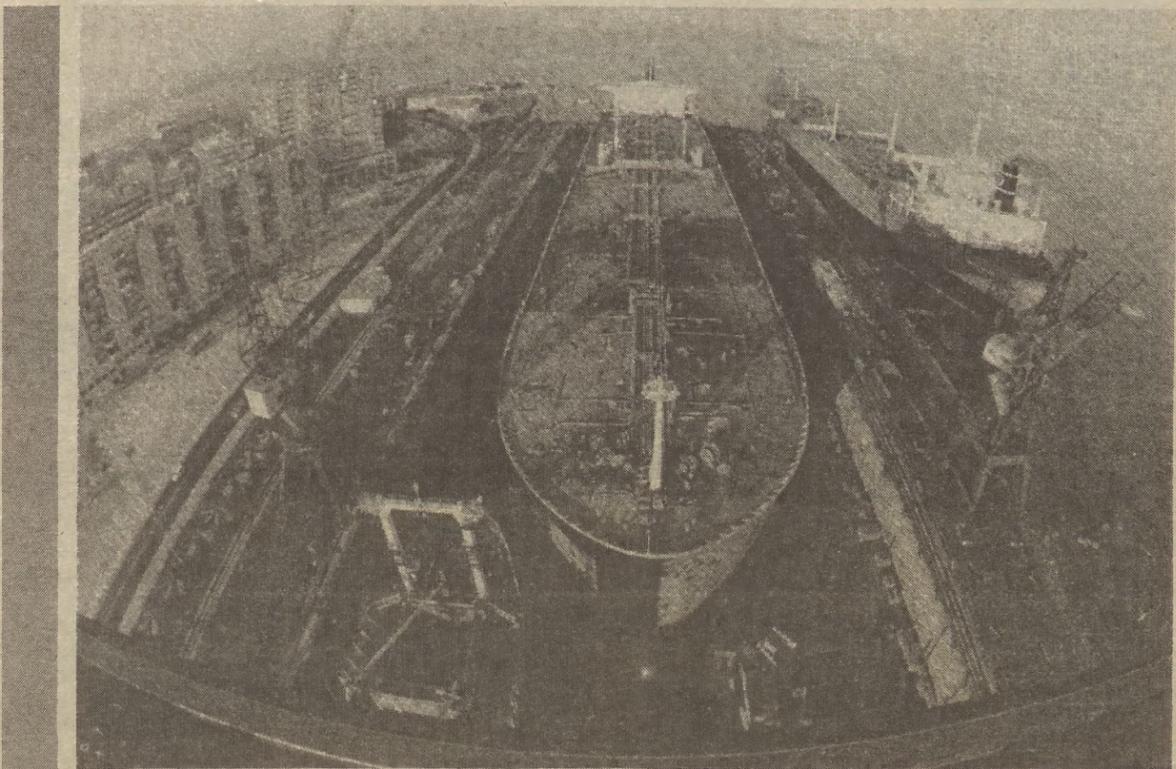
efectuar os descontos legais que, por lei, cabem às entidades empregadoras.

Orientações da CEE

A FSMMMP, que coordenará o **debate nacional** sobre a indústria de construção e reparação naval, afirma que, naquela iniciativa dos delegados sindicais, serão apresentadas soluções para uma situação que tende a agravar-se, sobretudo no que respeita ao emprego, «se Portugal continuar a aceitar as orientações que a CEE pretende impor à indústria naval».

Sublinha a FSMMMP que «a 6.ª directiva (daquelas Comunidades), relativa aos «auxílios» da CEE à construção naval na Europa dos Doze, trará para Portugal mais despedimentos e ainda um menor aproveitamento das potencialidades do sector».

A destruição de postos de trabalho continua a aumentar, ao mesmo tempo que crescem os despedimentos. Em pouco mais de um ano, só no distrito de Setúbal, foram destruídos cerca de mil postos de trabalho e mais de 50 por cento dos trabalhadores foram atingidos pelos salários em atraso.



A defesa da Lisnave não é incompatível com a prática dos direitos e garantias defendidos pelos trabalhadores

Contrato social na Lisnave

Assinado pela primeira vez em Janeiro do ano passado, o contrato social para a recuperação da Lisnave foi revisto recentemente para vigorar durante doze meses. Administração e trabalhadores, através das ORTs, concordaram em assegurar «a salvaguarda dos postos de trabalho». Os representantes do pessoal da Lisnave sublinham que o contrato agora revisto «obriga à administração a respeitar todos os instrumentos de regulamentação colectiva em vigor na empresa».

Quanto aos salários em atraso e segundo o contrato, a direcção da Lisnave compromete-se a:

- Pagar, até ao final de Maio de 1987, dez por cento da dívida da empresa para com cada um dos trabalhadores, em três prestações de quantitativo não inferior a dez mil escudos;
- Reservar, para pagamento de remunerações em atraso (das verbas que ficarem disponíveis para salários e outras remunerações em cada mês, a partir de Julho de 1987, inclusive) um quantitativo não inferior a dez por cento daquele valor, o qual será repartido de forma proporcional, não podendo, no entanto, nenhum trabalhador receber menos de dez mil escudos;
- Dar «resolução integral» à dívida durante o ano de 1987, negociando para isso com os representantes dos trabalhadores que subscreveram o presente contrato social.

O contrato social para recuperação da Lisnave consta de uma introdução e oito capítulos que, além do «conteúdo e vigência», incluem refeitórios, higiene e segurança no trabalho, balanço social, remunerações, salários em atraso, melhoria das condições de vida, acompanhamento e fiscalização do contrato.

Na melhoria das condições de vida inclui-se o pagamento das quantias atrasadas nas pensões de reforma e respectivos complementos.

Numa alínea respeitante à formação profissional, refere-se que esta será promovida no quadro do IIEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) e do Fundo Social Europeu. Serão promovidas «acções de formação destinadas quer aos trabalhadores no activo, quer a terceiros — nomeadamente filhos dos trabalhadores e (ou) de reformados ou pensionistas da Lisnave».

LUTAS E TAREFAS

Panificação: Não aceitar a divisão do contrato

As zonas norte e sul do País são abrangidas por dois contratos distintos para o sector da panificação. Acusada pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares e de Hidratos de Carbono do Norte de «não querer negociar com dignidade», a Associação dos Industriais de Panificação do Centro pretende alterar essa situação, cindindo em dois o contrato da zona norte. Na prática, isso significa a impossibilidade de «intervenção eficaz dos sindicatos regionais e das delegações dos sindicatos pluridistritais» na revisão do contrato, que pretendem «justa e equilibrada». Segundo o Sindicato do Norte, o patronato procura «consagrar a revisão fracassada da legislação laboral» tentada pelo Governo, aumentando designadamente o horário semanal para cinquenta horas e institucionalizando o trabalho ao domingo. Os trabalhadores lutarão contra essa tentativa, acrescenta o Sindicato, pela

«unidade do seu contrato» e a «reposição do seu poder de compra».

Prevenção de acidentes na agricultura

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora organizou recentemente debates sobre prevenção de acidentes no trabalho. Com a participação de «vários técnicos formados na matéria», nos dias 21, 22 e 23 do corrente, a iniciativa do STADE incidiu sobre os acidentes em culturas onde são utilizados produtos químicos; a prevenção nas áreas de produção e maquinaria; e doenças na área da pecuária e tratamento de animais. Segundo o Sindicato, em cada cem trabalhadores onze sofreram acidentes, no distrito, durante o ano passado. Os governos e o patronato não se preocupam com a questão.

O STADE divulgava entretanto a nova tabela salarial, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro findo. Os novos salários, que

variam entre 22700 e 34000 escudos, foram negociados com a Associação de Agricultores do Distrito de Évora e são extensivos aos distritos de Portalegre, Setúbal e Faro. O aumento médio é de 16,8 por cento.

Contra a abertura de supermercados no 25 de Abril e 1.º de Maio

A «voraz ilegalidade» dos empresários dos supermercados **Modelo** e **Expresso** que, «desrespeitando a lei e as convenções colectivas de trabalho», pretendem abrir os estabelecimentos no 25 de Abril e no 1.º de Maio, é condenada pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEP-CES) que «denuncia publicamente mais este atentado», responsabilizando «as instituições públicas encarregadas de zelar pelo cumprimento das leis, designadamente a Inspeção-Geral do Trabalho, caso se

venham a concretizar os desígnios das administrações daquelas cadeias de supermercados».

Ministro esquece dívida de 5 milhões

O ministro do Trabalho e Segurança Social inaugurou recentemente em Aveiro a sede de um Centro Regional. Tratando de assuntos da sua área, Mira Amaral teve considerações sobre subsídio de desemprego para os jovens, cuja atribuição considerou «socialmente injusta» e «perniciosa». A União dos Sindicatos de Aveiro, ao referir-se àquela inauguração e às palavras do ministro, recorda que o patronato do distrito deve à Segurança Social cinco milhões de contos — dívida que o ministro não considerou «injusta» nem «perniciosa», limitando-se a ignorá-la. O estabelecimento inaugurado pelo ministro destina-se à Segurança Social, cujos responsáveis não entram nestas «minúcias» legais de mais ou menos cinco milhões de contos.

Trabalhadores

Greve nas Apostas

Fuga às responsabilidades

Fugir às responsabilidades e virar a opinião pública contra os trabalhadores que defendem as suas reivindicações foi a posição mais clara da parte do Governo perante a greve da semana passada no Departamento de Apostas Mútuas (Totobola, Totoloto e Lotaria Nacional) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Recorde-se que, na passada quinta-feira, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, logo a seguir à intervenção televisiva de um representante da Mesa da Santa Casa (a greve recomeçará nesse dia de manhã) vinha esclarecer publicamente que **os problemas não estavam resolvidos**, e classificava de «mentira» as afirmações em contrário produzidas na RTP.

A forte adesão à greve provocou, pela primeira vez, a anulação dos concursos promovidos pelo Departamento de Apostas Mútuas, previstos para o passado fim-de-semana. A extracção da Lotaria também foi adiada devido à greve.

Recorde-se que os trabalhadores já tinham recorrido à paralisação anteriormente. Da parte do Governo tudo continuou na mesma. Por isso foi decidido iniciar nova greve para satisfação de reivindicações bem conhecidas da Secretaria de Estado da Segurança Social que depende do Ministério do Trabalho.

De resto, os trabalhadores das Apostas Mútuas tinham dado um prazo àquela Secretaria de Estado para satisfazer as suas reivindicações

ou avançar nesse sentido, até 16 de Abril. O período de greve acabou mesmo por ser prolongado até às 18 horas do dia 25 (inicialmente a greve devia terminar às 8 horas desse dia) em sinal de protesto por o secretário de Estado só ter marcado uma reunião na véspera da greve.

Os problemas arrastam-se há 2, 3 e 4 anos

A Federação representativa do sector (FNSTFP) re-



corda que «há cerca de um ano foi entregue ao então secretário de Estado da Segurança Social (Pinto Sancho) uma exposição» que «caracterizava as questões que mais preocupavam os cerca de três mil trabalhadores» da Santa Casa.

No essencial, essas questões são as mesmas. Há 450

tarefeiros. As reformas bonificadas da Função Pública não são aplicadas na Santa Casa. O estatuto da carreira profissional não foi corrigido. Os descontos por acumulação de funções são feitos incorrectamente. Estes e outros problemas estão por resolver há 2, 3 e 4 anos, salienta a Federação da Função Pública (FNSTFP).

O provedor da Santa Casa nunca deu andamento às reivindicações dos trabalhadores, quanto a essas matérias; remeteu-as para a Secretaria de Estado da Segurança Social. Mas tudo continuou sem solução.

O recurso à greve era inevitável, desde que aquele departamento do Governo Cavaco deu provas suficientes de não entender outra linguagem.

Comprova isso mesmo,

das remunerações é depositada na Caixa de Aposentações; há casos (Lotaria e Informática) onde não se efectua qualquer depósito em nenhum dos dois sistemas, ficando o dinheiro retido na Santa Casa: o mesmo trabalhador, a mesma instituição, e dois critérios que em nada beneficiam os trabalhadores».

Tarefeiros há mais de 4 anos

Os tarefeiros são na Santa Casa 450, aproximadamente. Alguns estão nessa situação há mais de quatro anos. Há secções onde formam a quase totalidade do pessoal. Mas estabilidade de emprego não têm. Não têm protecção social. Não dispõem de protecção na doença, na maternidade, na velhice.

Destaca a FNSTFP que, embora os tarefeiros recebam «formação profissional regularmente», a Santa Casa, que é a «segunda maior instituição da Segurança Social em todo o País», é a primeira a não cumprir a Constituição, quando se trata de protecção social.

A FNSTFP adianta que «o Estado, o Governo, a Mesa da Santa Casa comportam-se como os piores patrões no País».

A greve no Departamento de Apostas Mútuas e, principalmente, o impedimento dos sorteios, só pode ter surpreendido aqueles que de antemão concordam com as palavras do Governo sejam elas quais forem: aqueles que sempre viram nas reivindicações dos trabalhadores projectos a reprimir, aspirações a sufocar.

aliás, o facto de os trabalhadores da Informática da Segurança Social terem que recorrer por sua vez à greve para obterem um subsídio previsto e autorizado, mas não pago, por falta de regulamentação, há mais de um ano.

«Não estamos na presença de questões novas — realimenta a FNSTFP —, de questões desconhecidas dos responsáveis» governamentais.

Acrescenta a Federação: «Desde 1985 que os trabalhadores aguardam a aplicação de um decreto-lei que modifique o sistema de carreiras na Função Pública; recentemente, o ministro do Trabalho entregou aos sindicatos um projecto de portaria que não engloba os trabalhadores da Santa Casa, criando assim uma dualidade de critérios que prejudica seriamente os trabalhadores, nomeadamente quanto à antiguidade».

Esclarece ainda a Federação:

«Quando às reformas bonificadas, o ministro das Finanças escreveu aos trabalhadores da Santa Casa convidando-os a aderir ao sistema; cerca de 100 trabalhadores responderam afirmativamente; mas a Caixa Geral de Aposentações está a comunicar aos interessados o indeferimento dos pedidos, contrariando assim a indicação do ministro».

Os motivos da greve são abundantes. Esclarece ainda a FNSTFP:

«Quando aos descontos pelo trabalho complementar realizado nas operações dos concursos, esses descontos estão a ser entregues no Centro Nacional de Pensões, enquanto que a base

DIALAP

Despedir é remédio santo

— entende a administração

A Administração da DIALAP pretende acabar com 129 postos de trabalho e retirar direitos e regalias aos trabalhadores. Num processo pouco claro, os que trabalham na maior (e praticamente única) empresa de lapidação de diamantes do país recusam-se a pagar por prejuízos por que não são responsáveis. Os gestores recusam-se a dar informações e a debater a situação com os trabalhadores. Está convocada uma reunião com o IPE e estão alertados os órgãos de soberania.

Levantam-se muitas dúvidas quanto ao processo de «redução drástica dos custos de estrutura» em curso na DIALAP — Sociedade de Lapidação de Diamantes, SA. O relatório de 1986 apresentado pelo Conselho de Administração em Fevereiro começa por dar um quadro geral optimista: «o exercício em revista — afirma-se no documento — caracterizou-se pela consolidação do mercado de lapidação já iniciada em 1985, podendo considerar-se ultrapassada

a grave crise que persistentemente se mantinha desde o início da década». No entanto, mais adiante verifica-se que a empresa teve um prejuízo de 33 mil contos. A «melhoria da situação financeira» é acompanhada por uma situação económica «que, ao contrário, pode considerar-se menos favorável».

As causas apontadas são a depreciação acentuada da moeda dos Estados Unidos e o desenvolvimento e consolidação da indústria de lapidação de diamantes em países



Podem ficar sem emprego 129 pessoas até Junho. Os trabalhadores manifestam-se dispostos a analisar todas as possibilidades para a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho. A administração recusa o diálogo e sonega informações

dó Extremo Oriente. A solução também não é muito convincente e menos ainda se pode considerar justa: a Administração propõe-se encerrar o refatório, acabar com a secção de limpeza e jardins, desvincular da empresa o pessoal da sua cooperativa, efectuar uma «reorganização progressiva da produção em salas estruturadas em moldes adequados aos novos condicionamentos» e, como não podia deixar de ser, o despedimento, até Junho, de 129 trabalhadores dos 432 que a DIALAP hoje emprega.

Informações «só amanhã»

No dia 26 de Março a CT solicitou por escrito à administração informações sobre o plano geral de actividades e orçamento para 1987, sobre a organização da produção e as suas implicações, sobre a previsão, o volume e a administração de vendas e serviços prestados para 1987, sobre a gestão do pessoal, o montante da massa salarial, os mínimos de produtividade e o grau de absentismo previsto, sobre a situação contabilística da empresa, sobre o projecto de reconversão da actividade produtiva, a situação no que toca ao refatório e outros aspectos da vida da empresa com interesse para os trabalhadores e para o esclarecimento da situação actual na DIALAP.

Passado o prazo legal de 10 dias, a resposta dada pela Administração a este conjunto de questões foi muito parcial: «não estão ainda, neste momento, elaborados os documentos», «não se justifica» a oediência de informação... Quanto ao critério que levou à escolha dos trabalhadores a rescindir o contrato por mútuo acordo a administração entendeu pura e simplesmente não o clarificar.

Esta forma de administração coloca-se, mais uma vez — comenta a CT — «na sua tradição de não querer discutir com os trabalhadores através da CT os problemas que a todos atigem e a todos dizem respeito».

A posição dos trabalhadores

Os trabalhadores da DIALAP têm acompanhado com preocupação a evolução dos acontecimentos, chamando a atenção para o facto de os responsáveis pretenderem que sejam eles a pagar uma

factura por que não são responsáveis. Aliás, é o próprio Conselho de Administração que afirma, no Relatório atrás citado, que «mais uma vez o nosso pessoal foi mecedor também do nosso reconhecimento».

Numa conferência de imprensa dada na passada quinta-feira à porta da DIALAP pela Comissão de Trabalhadores recentemente eleita foi denunciado o processo de descapitalização em curso.

A falta de investimentos para a aquisição de matéria-prima leva à falta de trabalho. Entretanto — revelaram — a DIALAP tem vindo a comprar muitos títulos «FIP» e há indícios de que estará a negociar a aquisição de empresas no estrangeiro em conjunto com o grupo inglês representante da De Beers (O IPE detém 85% do capital da DIALAP; o restante é controlado por firmas inglesas, entre as quais a De Beers; a Diamond Corporation (Proprietary), Ltd., tem 10% aproximadamente).

Na Assembleia Geral de Trabalhadores realizada no dia 10 deste mês foi aprovada por unanimidade e aclamação um «voto de desconfiança à Administração da DIALAP pela forma leviana, chocante e desumana com que conduziu o processo de tentativa de despedimento dos seus 129 trabalhadores».

Uma proposta também aprovada nessa reunião reafirma a disposição dos trabalhadores de viabilizar a empresa e manter os postos de trabalho, repudia a tentativa dos gestores de encerrar o refatório e impor um subsídio de almoço de 200\$000.

No passado dia 20 os trabalhadores trouxeram de casa o farnel e almoçaram junto ao portão principal da empresa. Foi decidido manter este procedimento «enquanto a Administração se recusa a negociar com a CT e os sindicatos a atribuição de um subsídio de refeição digno desse nome».

No entanto admite-se naquela proposta que possa «subsistir a ideia de que a viabilização só será possível com a redução de efectivos». Nesse caso, defende-se que, além dos trabalhadores a quem já foi proposta a rescisão de contrato por mútuo acordo, «outros trabalhadores possam abandonar a empresa dentro das condições a acordar entre a Administração e a CT». A proposta aponta novos valores para as indemnizações a conceder a quem rescinda o contrato.

A luta irá continuar. Para já, foi solicitada uma reunião com o presidente do IPE, Engenheiro Sousa Gomes. O Presidente da República, o Presidente da AR, os grupos parlamentares e o Governo foram informados das posições da Comissão de Trabalhadores e alertados para a situação na DIALAP. Os trabalhadores mantêm-se unidos e dispostos a defenderem por todos os meios legais os seus direitos e os interesses nacionais.



Greves anunciadas no sector da saúde

Numa nota à imprensa datada de anteontem, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública anuncia uma série de greves no sector da saúde. Estarão em greve, entre os próximos dias 5 e 8, os técnicos de diagnóstico e terapêutica (5, 6 e 7); os técnicos sanitários (dia 5); e o pessoal auxiliar das Administrações Regionais de Saúde (postos médicos), apoio geral dos hospitais, motoristas e operários do Ministério da Saúde (dia 8). O motivo principal da luta é a definição das carreiras profissionais e a «instabilidade provocada pelo desenvolvimento e manutenção de serviços em regime de instalação», afirma aquela organização sindical

Despedimentos na UTIC Nova tentativa no Porto

Após um processo de rescisões de contratos em que só da UTIC/Porto saíram 134 trabalhadores, o conselho de gerência ameaça agora dispensar mais 60, que vão ser alvo de um pretenso despedimento colectivo.

O processo de rescisões, em que a empresa gastou cerca de 250 mil contos, que se dirigiu e dirige em exclusivo a trabalhadores permanentes a laborar a cem por

cento, segundo tudo leva a supor, tem por objectivo extinguir o maior número possível de postos de trabalho, preenchendo outros em seu lugar com mão-de-obra contratada a prazo.

Em Vila Nova de Gaia e no Porto, a UTIC possui uma importante fábrica de carroçarias, uma oficina de assistência a autocarros, duas concessionárias da Renault e lojas de vendas de peças

para automóveis que, no seu conjunto, já empregaram 1100 trabalhadores. Actualmente empregam apenas 619.

A insegurança que de ano para ano afecta a empresa, a eliminação de postos de trabalho, a falta de pagamento integral e atempado dos salários, a incerteza quanto ao futuro empurraram muitos trabalhadores para a rescisão dos contratos de tra-

balho. Apesar das tentativas em contrário da parte da gerência, as ORT's (Organizações Representativas dos Trabalhadores) souberam construir a unidade, chamando à luta pelos seus direitos os trabalhadores da empresa que conseguiram aumentos salariais e que, com a luta também, vão garantir o direito ao trabalho e impedir mais despedimentos.

Agir mais no comércio — preconiza a Federação

A FEPES (Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços), que efectuou recentemente o seu terceiro Congresso, vai conhecer mais e melhor os problemas específicos de alguns subsectores e «grupos profissionais ligados às novas tecnologias». Na primeira reunião do seu conselho nacional, eleito naquele Congresso, a FEPES defendeu a necessidade da «implementação imediata de acções a nível nacional» e de «desenvolver todos os esforços na luta em defesa do SEE» (sector empresarial do Estado). O CN da FEPES elegeu vários elementos da sua direcção.

José Luis Judas, membro da comissão executiva do conselho nacional da CGTP-

-IN, foi eleito presidente da mesa do conselho nacional da FEPES. Para outros lu-

gares do mesmo órgão foram eleitos Emídio Martins, José Nogueira e António Lima.

O coordenador do novo secretariado eleito pelo conselho nacional da Federação é Manuel Guerreiro. Este órgão de coordenação tem 12 elementos efectivos e 5 suplentes.

Conforme as decisões e recomendações do terceiro Congresso, o CN da FEPES vai «promover um amplo debate sobre o tema das

40 horas e do descanso semanal, em particular, com os trabalhadores, dirigentes e activistas sindicais do comércio grossista e retalhista».

As iniciativas e acções em defesa do consumidor merecerão todo o apoio e contarão com a participação da FEPES.

O mesmo acontecerá com a luta contra o desemprego e contra todas as formas de emprego precário, sublinha a FEPES.

Nem uma única proposta

Na véspera da greve na Santa Casa, o Governo continuava a não apresentar uma única proposta. Depois de numerosas reuniões sem resultado com o provedor, o mesmo sucedeu com o primeiro-ministro e com o Governo, sobretudo com o secretário de Estado da Segurança Social. No passado dia 21, véspera do início da greve, uma reunião entre os sindicatos e este último membro do Governo foi totalmente inconclusiva. No entanto, sabia-se e o secretário de Estado sabia que, a não haver resultados, se iria para a greve. No entanto, a posição do Governo no dia 21 era a seguinte, conforme a transmitiu aos sindicatos o secretário de Estado da Segurança Social:

- Não tem garantias de que a situação possa ser desbloqueada a contento dos trabalhadores;
- Não sabe quando pode apresentar propostas;
- Não há clarificação quanto à natureza do vínculo laboral;
- O secretário de Estado do Orçamento defende que os trabalhadores não têm vínculo à Função Pública;
- As carreiras vão ser reestruturadas. (Não precisou a data);
- A questão dos tarefeiros depende do futuro estatuto, que ainda não tem anteprojeto.

Na véspera de uma greve, o Governo não apresenta uma única proposta de solução. Defende que os trabalhadores deveriam ser sensíveis aos prejuízos que a luta iria causar. Em troca, apenas garante que não tem certezas quanto aos prazos e às soluções.

Que entenderá o Governo Cavaco por direitos dos trabalhadores?

Terra

Governo demitido prossegue ofensiva

Em conferência de imprensa realizada no passado dia 20, os secretários das UCP's/Cooperativas Agrícolas e os Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, manifestam o seu regozijo pela «aprovação da moção de censura na Assembleia da República e consequente queda do Governo PSD com o Primeiro-Ministro Cavaco Silva».

Salientando o grande contributo da luta dos trabalhadores da Reforma Agrária para

aquele facto, os organismos representativos da Reforma Agrária alertam a opinião pública para o facto de a queda do Governo e a consequente limitação dos seus poderes e actos de gestão corrente implicar a imediata suspensão do processo de entrega de terras e acções de destruição da Reforma Agrária.

Aqueles organismos denunciam a intenção do Governo de, não obstante a sua situação institucional, pretender prosseguir a acção criminosa e destruidora contra a Reforma Agrária. Assim, o Governo tem vindo a notificar diversas

UCP's/Cooperativas com novos processos de usurpação de terras prosseguindo as irregularidades, ao mesmo tempo avança um conjunto de legislação procurando arranjar cobertura para as suas malfeteiras que os próprios tribunais têm condenado.

Está neste grupo a Portaria 232/87 de 27 de Março «com a qual o Governo pretende "legalizar" a expulsão de agricultores de terras da Reforma Agrária que lhes foram entregues por governos anteriores quando precisaram de os utilizar contra as UCP's/Cooperativas» e a nova legislação da

Segurança Social para os trabalhadores agrícolas por conta de outrém.

Neste quadro, e ao mesmo tempo que manifestam a sua disponibilidade para cooperar com um futuro governo democrático que respeitando as UCP's/Cooperativas, reponha a legalidade democrática, os trabalhadores da Reforma Agrária afirmam, desde já, «a sua oposição total e a continuação da luta contra o Governo PSD/Cavaco Silva ou qualquer outro governo que persista numa política insensata de destruição das UCP's/Cooperativas».

Agricultores de Ribeira de Frades

Realizou-se recentemente em Ribeira de Frades, Coimbra, e por iniciativa do MARN-Beiras (Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte) um encontro de agricultores destinado a analisar os principais problemas do sector. Estiveram presentes dois representantes do MARN que pertencem simultaneamente à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e um representante da Junta de Freguesia.

Tema em destaque nesta

reunião foi o emparcelamento. Os agricultores manifestaram-se contra o emparcelamento injusto em S. Martinho do Bispo e criticaram a forma como foi eleita a comissão de avaliação para o projecto de emparcelamento no perímetro de Ribeira de Frades levado a cabo pelos Serviços Regionais da Agricultura. De facto, e ao que parece, participaram nessa eleição indivíduos que nem sequer eram proprietários na freguesia.

Em relação a esta questão os agricultores decidiram pedir uma audiência ao Director Regional da Agricultura para solicitar a impugnação das referidas eleições.

Por outro lado foi vivamente repudiada a actuação dos Serviços da Hidráulica do Mondego no tocante à construção da ponte sobre aquele rio. Os agricultores cederam terrenos para a sua construção para, mais tarde, a ponte ser destruída e subs-

tituída por um barco que fazia o transporte entre as duas margens, barco esse que recentemente foi retirado.

E foram igualmente os Serviços Hidráulicos que estiveram na berlinda devido à sua incapacidade em resolver o problema da falta de água para a rega dos produtores de milho, situação que se repete todos os anos sem solução, apesar dos protestos dos agricultores e da própria junta de freguesia.

PCP

10 de Maio Assembleias Concelhias no Montijo e em Cascais

É já no próximo dia 10 que se realizará a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia

Festa da Amizade

Jornada no sábado

Não necessita de apresentações para o povo do concelho de Almada. Chama-se Festa da Amizade e já tem data marcada para a edição deste ano: 5, 6 e 7 de Junho, no Laranjeiro, em Almada.

Tendo como lema «por Abril, pelo pão, pela paz», a Festa da Amizade/87, iniciativa da Comissão Concelhia de Almada do PCP, arranca já no próximo dia 2 de Maio, sábado, com a primeira jornada de trabalho no terreno.

Espectáculos, debates, exposições, desporto, café-concerto, monte alentejano, artesanato, serviços de bar e restaurante são desde já certas numa festa que se pretende renovada, «mais bonita e com surpresas», como promete a Concelhia local do Partido.

do Montijo, do Partido Comunista Português. A actividade preparatória desta Assembleia prossegue em todo o concelho através de múltiplas reuniões, num esforço de dinamização e melhoramento da actividade e do funcionamento do colectivo partidário neste concelho do distrito de Setúbal.

A preparação da 4.ª Assembleia foi um dos temas abordados na recente iniciativa realizada no salão da Junta de Freguesia do Montijo: um debate sobre o livro «O Partido com Paredes de Vidro», do camarada Álvaro

Cunhal. Luísa Araújo, suplente do Secretariado do CC, participou nesta sessão que reuniu mais de 40 pessoas.

Recorde-se, entretanto, que também para 10 de Maio está anunciada a realização de outra Assembleia de âmbito concelhio: a 4.ª da organização de Cascais, que decorrerá na Sociedade 1.º de Maio, em Tires, sob o lema «na ligação às massas a força do PCP». Recorremos os objectivos principais desta Assembleia extraordinária dos comunistas de Cascais:

- Provocar uma ampla discussão em toda a organização do Partido no concelho acerca do que é, e como se faz, e a importância que tem, a ligação às massas.

- Através da discussão colectiva, abrir perspectivas e ajudar os organismos do Partido a organizar e dirigir os trabalhadores e as populações na luta pela resolução dos seus problemas específicos.

- Definir objectivos concretos a curto e a médio prazo para a organização do Partido no concelho.

Juventude

Encontro JCP-JRD

Na continuação de anteriores encontros, realizou-se no passado dia 23 uma reunião entre delegações da Juventude Comunista Portuguesa e da Juventude Renovadora Democrática. Em discussão esteve a actual situação política e as comemorações do 13.º aniversário do 25 de Abril.

Sobre a situação política, ambas as delegações concordaram que «a constituição

de um governo alternativo, no quadro da actual composição da AR é a solução que melhor serve os anseios da juventude portuguesa».

A JCP e a JRD manifestam a sua disposição de «prosseguir e aprofundar os contactos entre as organizações juvenis, visando contribuir para a definição de uma política que efectivamente tenha em conta e resolva os problemas da juventude».

Nacional



Praça da Liberdade

O dono e a voz do dono

Convocado para os próximos dias 9 e 10, vai realizar-se no Pavilhão da EXPONOR, em Matosinhos, o 3.º Congresso da CIP. O conclave do grande patronato, divulgado recentemente no Porto pelo chefe reconduzido na Direcção da CIP, terá como tema central a «reprivatização da economia». O anúncio foi feito a par da «exigência de eleições antecipadas, a muito curto prazo». E da declaração, do desejo, que das mesmas saia uma «maioria de revisão constitucional» que «acabe com a irreversibilidade das nacionalizações e faça de 1988 o ano da privatização da economia portuguesa».

A gula do grande capital, sequioso de deitar de novo a mão às «empresas rentáveis ou susceptíveis de ser rentabilizadas» do sector público, recorre ainda ao artifício, hipócrita e cínico, de reclamar tal reprivatização em nome da «correção estrutural do défice externo e do desemprego». Mas, o que se torna claro, é que o grande capital julga chegado o momento de desferir um ataque final ao regime constitucional que dá corpo ao Portugal de Abril. E, pressuroso, anuncia mesmo que pretende «liderar a discussão da revisão da parte económica da Constituição». O recado está dado...

No mesmo fim-de-semana, Cavaco Silva estará no Porto, presidindo a um comício do PSD, por decisão do Presidente da República, eleitoral.

Será, certamente, na EXPONOR e no Palácio de Cristal, o mesmo concerto a várias vozes.

Aos grandes capitalistas não lhes bastam já os 400 milhões de contos de crédito «mal parado» para a banca nacionalizada, mas «bem parado» nos seus negócios e nas suas aplicações fictícias de capitais. Nem os milhões devidos à Previdência ou subtraídos ao fisco. Nem os milhões retidos de salários por pagar. Nem os milhões alcançados, de forma improdutivo, em 17 meses de um governo que orquestrou, com uma política financeira e fiscal à feição, o regabofe da Bolsa e abriu os cofres do Orçamento a toda a sorte de isenções, incentivos e privilégios, invocando sempre o sagrado nome de uma economia com menos Estado...

Agora, criadas que foram, ou estão sendo, as reservas necessárias para poderem aproveitar as oportunidades de negócios e investimento, agora, que sempre estará disponível o concurso dos seus congéneres estrangeiros, é o momento, para os grandes capitalistas, de reclamar a «privatização já!» (leia-se o «Expresso» de 14 de Março) ou a «privatização enquanto é tempo» (leia-se o «Semanário» de 21 de Março). Reclamam o leilão do sector público e, com ele também, a cabeça do Portugal de Abril.

Será assim na EXPONOR, cujas instalações vão ser na mesma data — por coincidência ou talvez não — inauguradas pelo Dr. Mário Soares.

No Palácio de Cristal, Cavaco Silva exhibirá a sua folha de serviços ao grande capital, devidamente disfarçada de «interesse nacional», invocando, sabe-se lá, o nome dos pobres ou dos trabalhadores com salários em atraso, a quem prometeu resolver a situação um mês após estar no Governo.

Aos trabalhadores, aos democratas, a todos quantos mantêm vivo o compromisso de defender e prosseguir o Portugal de Abril, cabe fazer-lhes frente. É a hora de agir, esclarecer e lutar, sempre.

JNL

Um jornal para o Porto

Saiu na passada semana um novo jornal na cidade do Porto, o «Praça da Liberdade». «Praça da Liberdade», sublinha o Editorial, «jornal do Porto para o Porto, nasceu para dar voz ao povo da cidade, aos seus problemas, à sua acção, à luta pela melhoria das suas condições de vida, pelo desenvolvimento e progresso da cidade». Questões actuais como o abastecimento de gás de cidade ao Grande Porto, os Terrenos do Monte Aventino, a Portaria n.º 130/87, com a qual o

Governo pretende mais uma vez impor aumentos brutais das tarifas de energia eléctrica, a visita a Miragaia do presidente da Assembleia Municipal e vereadores da CMP onde observaram as condições de habitação, entrevistas com os vereadores responsáveis pelo Pelouro da Limpeza e Serviços Gerais e o Pelouro dos Equipamentos Desportivos, Recreativos e Culturais dos Bairros Camarários, são alguns dos temas analisados no primeiro número daquele novo men-

sário. Considerando-se um «espaço aberto a todos quantos queiram contribuir para um melhor conhecimento da cidade» o «Praça da Liberdade» refere mais adiante que existe «para que não se calem os problemas reais dos portuenses e também para que não se cale o trabalho árduo de quem nas autarquias, nas organizações populares, nas lutas locais, se dedica por inteiro à sua cidade e à melhoria das condições de vida das populações».

Internacional

União Interparlamentar reúne na Nicarágua

Iniciou-se na passada segunda-feira, dia 27, em Manágua, uma Conferência da União Interparlamentar em que participam 900 representantes de 86 países e organizações internacionais. A realização desta reunião na Nicarágua constitui um importante acontecimento político a nível internacional, não apenas pelos temas em debate mas também pela significativa escolha daquele país num momento em que os Estados Unidos insistem no bloqueio económico e no isolamento do governo sandinista.

Enquanto a administração Reagan persiste com a sua política agressiva contra a Nicarágua, expressa na decisão de prorrogar o boicote económico àquele país e na realização das maiores manobras militares de sempre na América Central (iniciadas no sábado sob o nome de código «Solid Shield-87»),

parlamentares de todo o mundo encontram-se na Nicarágua onde, como afirmou o presidente da Assembleia Nacional, **poderão assistir directamente ao processo de abertura democrática em curso, ver com os seus próprios olhos o efeito das transformações sócio-económicas concretizadas em benefício do povo nos sete anos passados após a revolução e avaliar objectivamente os êxitos que o poder revolucionário alcançou, não obstante a agressão imperialista imposta ao povo nicaraguense.**

Uma realidade que não deixará de ser tida em conta quando a União Interparlamentar fizer a análise da actual conjuntura sócio-económica e da política internacional, constante da ordem de trabalhos.

Em debate está ainda a questão da convocação de uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente e o exame do cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança ONU sobre a regularização da situação naquela parte do mundo, bem como medidas para o fim da guerra Irão-Iraque. Temas e problemas em que a responsabilidade do imperialismo norte-americano não pode ser escamoteada, tal como sucede na situação de tensão que se vive na América Central.

◀ Nicarágua um país que resiste à ofensiva de mercenários a soldo dos EUA



Crise económica em Moçambique

O Partido Frelimo e o governo de Moçambique anunciaram recentemente um programa de recuperação económica que visa fazer face às grandes dificuldades que o país enfrenta, em consequência de calamidades naturais, da recessão económica mundial, da baixa produtividade do trabalho e da actividade criminosa da Renamo.

De acordo com declarações oficiais, Moçambique carece actualmente dos meios necessários para a aquisição de equipamentos, combustíveis, adubos e artigos de primeira necessidade, para além de se debater com os problemas resultantes da dívida externa de 4500 milhões de dólares.

Esta situação, particularmente agravada pelos constantes ataques da Renamo que conta com o apoio da África do Sul, tem levado a que milhares de moçambicanos procurem refúgio nos países vizinhos; segundo revelou recentemente o Alto Comissário das Nações Unidas para os Assuntos dos Refugiados, metade dos 450 mil refugiados existentes hoje na África Austral são moçambicanos.

O problema dos refugiados, afirmou aquele representante da ONU, provocado pelo terrorismo e agravado pela seca, adquiriu tal envergadura que os países da Linha da Frente já não podem, sem auxílio internacional urgente, alojar e alimentar as centenas de milhares de pessoas nesta situação.

Mas o auxílio internacional, necessário, não pode transformar-se num obstáculo ao desenvolvimento do continente africano, como salientou a semana passada o secretário-geral da OUA, Ide Oumarou, na Etiópia, durante uma conferência ministerial.

Acusando as potências industrializadas de má vontade em contribuir eficazmente para a concretização dos planos de desenvolvimento do continente, nomeadamente do programa das Nações Unidas para o ressurgimento económico dos países africanos, Ide Oumarou salientou que o caminho para o desenvolvimento do continente africano passa pelo alcance da auto-suficiência e por um aproveitamento mais pleno e racional dos seus grandes recursos naturais, e não pelo auxílio externo, entendido como uma forma de manutenção da dependência ao estrangeiro e do reforço do neo-colonialismo.

Repressão no Paraguai

Numa tentativa de melhorar a sua degradada imagem política, o ditador Stroessner decidiu abolir o estado de sítio em Assunção, por considerar que a capital do Paraguai é já uma cidade «bastante democrática», mas a medida não representou qualquer melhoria no que respeita aos mais elementares direitos dos cidadãos. Em meados do mês, decorrida apenas uma semana sobre a revogação parcial do estado de sítio que vigora no país há mais de quarenta anos, sete dirigentes políticos da oposição paraguaia foram detidos quando participavam numa reunião nos arredores da capital, e encarcerados na prisão central de Assunção.

Como afirmou a propósito o presidente do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), que defende a união de todas as forças de oposição ao regime de Stroessner, a detenção dos dirigentes políticos reduz a zero o significado da abolição do estado de emergência do país, pelo que a revogação da referida lei não alterou em nada a oposição ao regime ditatorial.

Escândalo na Venezuela

O deputado venezuelano Leonardo Ortega revelou há dias que os bancos estrangeiros retiraram o ano passado mais de 30 mil milhões de «bolívares» da Venezuela, o que constitui uma autêntica delapidação da economia nacional.

Solicitando ao Congresso uma investigação sobre a actividade ilícita dos bancos estrangeiros no país, o deputado chamou a atenção para o facto de por vezes serem depositadas nos bancos somas incontáveis e inexplicavelmente grandes, que se suspeita serem provenientes de lucros do tráfico ilícito de droga, em verdadeira expansão na Venezuela. Ainda segundo Ortega, a maior transferência de verbas para o estrangeiro, durante o ano passado, foi efectuada pelo «Bank of América» e ascendeu a 25 mil milhões de «bolívares».

Saudação ao PC da Dinamarca

Por ocasião do 28.º Congresso do Partido Comunista da Dinamarca, que decorreu a 18 e 19 de Abril em Copenhague, o CC do PCP enviou ao Comité Central do PCD a saudação que aqui reproduzimos.

Queridos Camaradas:

Em nome dos comunistas portugueses, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o 28.º Congresso do Partido Comunista da Dinamarca e, por seu intermédio, todos os comunistas e o povo trabalhador da Dinamarca.

Seguimos com atenção as grandes lutas operárias e populares de 1985 que assumiram a forma de greves e manifestações contra a política do governo de direita e em defesa dos direitos dos trabalhadores. Somos solidários com a luta do Partido Comunista da Dinamarca pela defesa dos direitos sociais alcançados pelo povo trabalhador após árduos combates, pela defesa da paz e contra o alinhamento da Dinamarca com a política do imperialismo norte-americano, contra a integração da Dinamarca na CEE e por medidas democráticas e antimonopolistas que evitem que os trabalha-

dores paguem o preço da crise e abram a perspectiva do socialismo.

O 28.º Congresso do PCD tem lugar num momento de grandes batalhas em defesa da paz e contra a política belicista e hegemónica dos imperialistas norte-americanos e dos círculos mais reaccionários da NATO.

O imperialismo tenta travar a luta de libertação dos trabalhadores e dos povos pressionando, ameaçando e agredindo povos e países, desencadeando uma frenética corrida às armas nucleares que põe em perigo a paz mundial. A defesa da paz mundial, ameaçada pela política belicista do imperialismo, é para o PCP a tarefa central dos povos em todo o mundo.

Em contraste com esta política, a URSS e os outros países socialistas apresentam propostas realistas tendentes ao desarmamento nuclear que o PCP valoriza altamente e dos quais destaca, o termo dos ensaios nuclea-

res, a liquidação das armas nucleares até ao fim do século, a renúncia à utilização do espaço cósmico para fins militares.

As realizações dos países socialistas, a sua política de paz, são, sem dúvida, uma afirmação da superioridade do socialismo sobre o capitalismo e uma enorme contribuição para a defesa da paz no mundo. Para o PCP é tarefa de todas as forças revolucionárias derrotar a política belicista do imperialismo. Para esse efeito torna-se necessário antes de mais encontrar os meios e as vias para reforçar a unidade e a coesão do movimento comunista e operário internacional e ainda reforçar a solidariedade e a cooperação entre todas as grandes forças do progresso social, nomeadamente entre os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, os países progressistas e o movimento de libertação nacional.

Inserido na luta mais geral dos trabalhadores e povos de todo o mundo, em Portugal o PCP luta pela defesa do regime democrático saído da revolução de Abril e das conquistas revolucionárias consagradas na Constituição

da República Portuguesa. A queda do governo de direita PSD/Cavaco Silva, no passado dia 28 de Março, após grandes lutas populares e pela acção conjunta dos partidos democráticos que dispõem de uma folgada maioria na Assembleia da República, abre novas perspectivas para a condução da luta por uma alternativa democrática. Para atingir este objectivo o PCP luta pelo reforço do Partido, do movimento popular de massas e pela convergência democrática dos partidos democráticos.

Reiterando os nossos votos para que os trabalhos do 28.º Congresso decorram com pleno êxito, assim como a ulterior aplicação das suas decisões, manifestamo-vos a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCD.

Viva o 28.º Congresso do Partido Comunista da Dinamarca!

Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Dinamarca!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Internacional

Luta e repressão na Coreia do Sul

Em Janeiro deste ano, Pak Zong Chol, jovem estudante da Universidade de Seul, foi torturado até à morte pela polícia sul-coreana. Um assassinato que se pode arvorar em símbolo possível da violência do confronto entre o regime ditatorial na Coreia do Sul, imposto pelos Estados Unidos no fim da 2.ª Guerra Mundial, e a clara afirmação da vontade popular de paz e liberdade.

A verdade é que desde a criação, artificial, da Coreia do Sul, em 15 de Agosto de 1948, e que levou à brutal divisão de um povo e de um país por um paralelo — o paralelo 38 — a luta popular, e a repressão, têm vindo a ser componentes indissociáveis da realidade política quotidiana do país.

Já em 1946 (a ocupação militar do território pelos Estados Unidos data de 1945) quatro mil coreanos foram mortos na repressão do protesto popular. Nos levantamentos de 1960 foram assassinados 200 estudantes. A sangrenta repressão da revolta estudantil de Maio de 1960 ainda está na memória de todos e marcou claramente a realidade sul-coreana.

Em 1982, o regime vê-se na ne-

cessidade de ensaiar uma manobra de «liberalização». É levantado o estado de sítio em vigor há mais de 30 anos. Mais tarde virão a ser encetadas negociações para uma emenda constitucional e uma alteração do sistema de eleições presidenciais, actualmente indirectas.

Mas voltemos a Janeiro. O assassinato do jovem Pak Zong Chol, testemunha, simultaneamente, do ascenso do movimento popular e de uma ainda maior agudização da repressão. Sucedem-se as grandes manifestações. Contra o assassinato de Pak. Em memória das vítimas de 1960. Pela democracia e a liberdade. Contra a presença militar norte-americana no país.

É um processo ininterrupto, em que se insere, como uma exigência

fulcral — eleições directas para a presidência da República em 1988. Nesse sentido se desenvolve por todo o país uma gigantesca mobilização popular visando recolher dez milhões de assinaturas — um quarto da população total da Coreia do Sul. Dezenas de milhares de pessoas têm descido às ruas de Seul, Tegu, Pusan, Kwangju. Em Abril de 86, na cidade de Kwangju, centro dos levantamentos populares de 1980, realizou-se a maior manifestação de massas desde que o ditador Chun Doo Hwan assumiu o poder há seis anos.

A 13 de Abril, o ditador Chun anunciou o fim das negociações para uma emenda constitucional e a decisão de manter o actual sistema de eleições presidenciais indirectas. As razões de tal decisão estão à vista. Em Seul receia-se que a expressão do voto popular possa lançar pela borda qualquer possível ditador, com este ou aquele nome.

E há razões para esse temor.

Kim Il Sung, presidente da República Popular Democrática da Coreia, afirma em recente entrevista ao director da Prensa Latina, que «não é de modo algum casual que, apesar da cruel repressão e as perseguições, a luta anti-ianqui e anti-governamental da população sul-co-

reana seja uma luta diária. Isto é o resultado inevitável de mais de quatro décadas de domínio colonial norte-americano na Coreia do Sul. Pela sua própria experiência prática, a população sul-coreana chegou à conclusão de que os imperialistas ianquis não são de forma alguma os «benfeitores» nem os seus «salvadores», mas governantes e saqueadores colonialistas, responsáveis por todos os infortúnios da nação. A população sul-coreana também concluiu que a dependência de forças externas e a divisão nacional que são objectivo das autoridades sul-coreanas manipuladas pelo imperialismo ianqui, são precisamente o caminho da traição à pátria e que

só a independência, a democracia e a reunificação constituem o verdadeiro caminho do patriotismo».

A continuidade da luta popular é um dado objectivo. Milhares de manifestantes defrontaram há dias, em Seul, violenta carga policial, quando prestavam homenagem às vítimas de 1960. Em Kwangju, catorze padres entraram em greve de fome contra a decisão do ditador Chun Doo Hwan, de escolher o seu sucessor, de acordo com os termos da Constituição em vigor. Cinco mil estudantes estão nas prisões de Seul. Mais algumas centenas se lhes somam agora. Mas nada indica que a luta popular contra a ditadura irá parar.



A polícia na Universidade de Seul



Prisões de manifestantes



Pela libertação dos estudantes presos



Jovens estudantes sul-coreanos enfrentam a polícia, apesar da brutalidade da repressão

Internacional

«Milagre económico» para quem?

A Coreia do Sul é frequentemente apresentada como um caso de «milagre económico». Naturalmente graças às «receitas» do capitalismo e à tutela — directa — dos Estados Unidos...

Os dados apresentados para abonar tais afirmações são sem dúvida significativos: em vinte anos o produto nacional multiplicou-se por cinco (quatro no Japão), e a média de crescimento anual que oscila entre os 9 e os 10 por cento. O rendimento *per capita* passou, entre 1965 e 1985, de 120 dólares para 2050.

Se nos ficarmos por estas referências, haveria que dar vivas às ditaduras e em particular ao domínio neocolonial norte-americano. Mas o quadro altera-se quando nos perguntamos a quem servem estes resultados económicos, como são atingidos tais índices, que proble-

cento, percentagem bem inferior aos 7,5 por cento previstos.

Para este incremento (decrecente) da economia, contribuíram apenas os fabricantes de veículos motorizados e de artigos electrónicos, enquanto todos os outros sectores registavam quebras acentuadas. Ou seja — apenas obtiveram lucros os grandes grupos económico-financeiros, ligados ao grande capital norte-americano e japonês.

Deste pequeno punhado de dados se conclui desde já da enorme dependência do desenvolvimento da economia sul-coreana, de como os seus índices e a política prosseguida apenas favorecem o grande capital, e em particular o capital ligado a norte-americanos e japoneses.

Um indício desta dependência — no caso especificamente em relação ao Japão. Segundo o departamento do Comércio e Indústria sul-corea-

paga são sem dúvida os trabalhadores sul-coreanos, pela super-exploração vivida, é o povo sul-coreano, pela falta de liberdade imposta.

A «receita» seguida na Coreia do Sul é vulgar: drástica política de austeridade, cortes orçamentais nos gastos sociais, congelamento e diminuição dos salários reais da maioria da população.

Basta referirmos um facto: é conhecida a falta de direitos e a intensa exploração a que é sujeito operariado japonês.

Pois as multinacionais japonesas implantam os seus capitais na Coreia do Sul para utilizar em aras dos seus lucros a barata mão-de-obra sul-coreana...

Enquanto o governo de Seul vem a alargar mais ainda, nos últimos anos, as regalias aos investimentos directos estrangeiros, para os operários e camponeses, a realidade é cada vez mais difícil. São os baixos salários, as longas jornadas de trabalho, péssimas condições de trabalho e vida, desemprego crescen-

te, assistência social precária, inexistência de direitos sindicais.

É assim que, de par das manifestações estudantis, se fortalece a componente operária da luta. As greves — duramente reprimidas — vêm aumentando, enquanto simultaneamente um número crescente de operários se junta aos estudantes nas manifestações de rua.

Índices seguros de que se fortalecem as bases da luta antiditatorial, e se generaliza a consciência anti-imperialista e antifascista. ■



A repressão é das respostas mais comuns do capitalismo na Coreia do Sul (foto de arquivo)

mas simultaneamente se levantam, mesmo numa óptica estritamente capitalista.

A economia sul-coreana é construída com um objectivo central — a exportação. E o salto nas exportações foi muito acentuado. Em 1962 as exportações sul-coreanas cifravam-se em 60 milhões de dólares. Em 1983, vinte anos depois, aproximavam-se dos 3,5 mil milhões de dólares. Em 1984, as exportações contribuíram em 41,5 por cento para o Produto Nacional Bruto. Entretanto, já em 1985 (e a tendência é para o agravamento) a brusca contracção das exportações (erguem-se mais e mais as barreiras proteccionistas dos países capitalistas industrializados) levou a um crescimento económico de 5 por

no, o défice comercial em relação a Tóquio, em Janeiro deste ano, e em relação a igual período do ano passado, registou um aumento de 68,3 por cento.

Um outro facto. Em 1985 a dívida externa da Coreia do Sul subia aos 45 mil milhões de dólares — o que significa que se trata do país mais endividado da Ásia e o quarto do mundo, depois do Brasil, México e Argentina (e excluindo o caso dos Estados Unidos). Muito embora o serviço da dívida não tenha atingido os níveis intoleráveis generalizados no mundo subdesenvolvido.

Mas o dado mais importante a contrapor aos números arvorados do «êxito» económico é a forma como tais números são obtidos, quem paga a factura. E quem a



O «Milagre económico» tem destes choques populares (foto de arquivo)



Também há salários em atraso

Segundo números publicados pelo próprio Ministério do Trabalho de Seul, até 25 de Outubro do ano passado havia salários em atraso em 93 empresas, atingindo 10 600 operários. Os salários em atraso têm vindo a arrastar-se entre 2 e 6 meses. Uma situação particularmente dramática, que bem conhecemos no nosso país. E que mais graves proporções assume ao somar-se à superexploração, ausência de direitos sindicais, baixos salários, deficiente e precária assistência social. ■

Paiol nuclear

Actualmente a capacidade explosiva do armamento nuclear norte-americano instalado na Coreia do Sul é da ordem das 13 mil kilotoneladas, o que corresponde a uma potência 1000 vezes superior à da bomba atómica lançada sobre Hiroshima, em 1945.

Numerosas armas nucleares foram introduzidas pelos Estados Unidos em todo o território da Coreia do Sul. E também nas ilhas próximas do Japão, Guam, Hawaii e Filipinas.

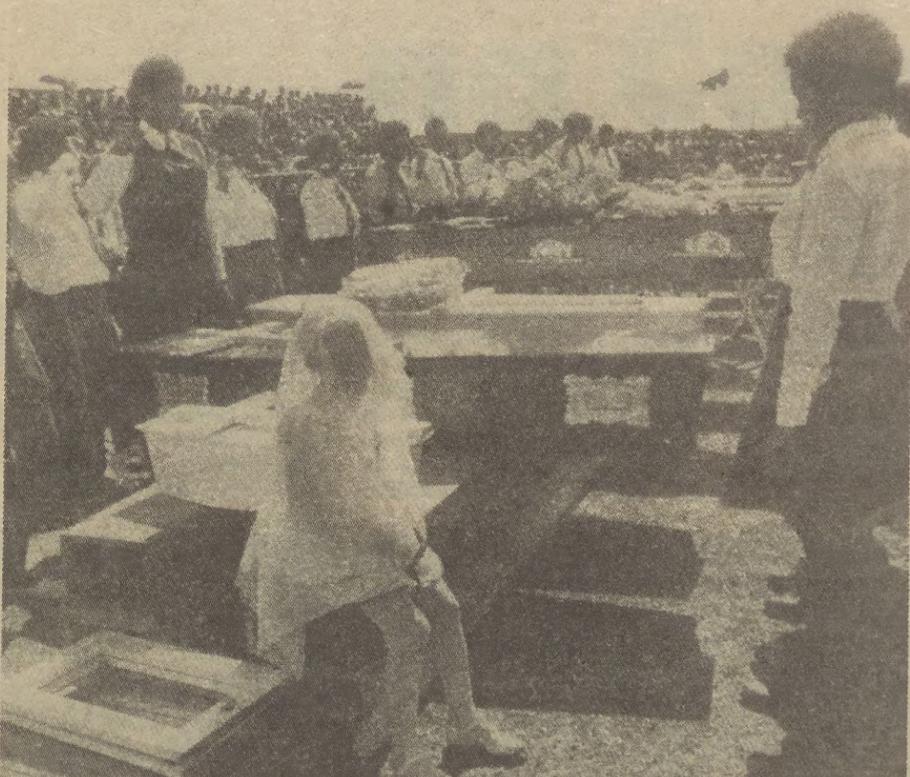
As bases militares norte-americanas em território do Japão e Okinawa estão convertidas em centros

de ataque e abastecimento e num verdadeiro arsenal de armas nucleares. Porta-aviões nucleares norte-americanos entram frequentemente nas bases de Sasebo, Yokosuka e Misawa.

Centenas de armas nucleares estão instaladas em Guam. A VII Frota, a principal força militar norte-americana para a Ásia e Pacífico, conta com 6500 armas nucleares.

As manobras militares «Team Spirit» são realizadas no Sul da Coreia, vários meses seguidos em cada ano, utilizando um arsenal que conta com sofisticado armamento convencional, armas nucleares e de neutrões. ■

África do Sul ataca a Zâmbia



Cap, África do Sul. Nove caixões, incluindo um pequeno caixão branco. Um bebé asfiziado pelos gases. Os nove, vítimas da repressão quotidiana com que sobrevive o regime de Botha. Um exemplo entre muitos outros. Este testemunho fotográfico refere-se à África do Sul. Agora foi na Zâmbia. E amanhã?

A África do Sul efectuou no passado sábado mais um criminoso ataque contra a Zâmbia, de que resultaram quatro mortos e diversos prejuízos materiais, pretensamente dirigido contra alvos do Congresso Nacional Africano (ANC). A agressão, considerada na Zâmbia como «um acto deliberado» contra aquele país, surge na sequência das ameaças de represálias recentemente anunciadas pelo presidente racista Botha contra os países vizinhos que permitem a presença de militantes do ANC nos seus territórios. Ninguém duvida no entanto que este ataque, para além do seu intuito intimidatório e provocatório aos países da Linha da Frente, se destina igualmente a apaziguar os protestos dos sectores mais radicais sul-africanos que se opõem a qualquer mudança de regime, em vésperas das eleições para brancos.

Marcadas para o próximo dia 6 de Maio, as eleições sul-africanas (em que os negros não têm qualquer participação apesar de representarem cerca de 70 por cento da população) estão a ser antecedidas por um crescente aumento da repressão, revelador das dificuldades com que se debate o partido de Botha, condenado interna e internacionalmente pelas forças que exigem a liquidação do *apartheid* e criticado pelos mais fanáticos racistas pelas incipientes «reformas» introduzidas pelo regime.

É na tentativa de satisfazer estes últimos, que constituem parte substancial do seu eleitorado, que Botha vem deixando cair a máscara «reformista» que tanto se empenhou em exportar para a comunidade internacional. O ataque à Zâmbia; o despedimento de 16 000 trabalhadores da companhia governamental de transportes sul-africanos (SATS) que se encontravam em greve e o assassinato de sete grevistas durante uma manifestação em Joanesburgo; o aumento da repressão em Soweto onde dezenas de milhares de negros protestam contra despejos das respectivas habitações, são alguns exemplos recentes do endurecimento da política de Pretória.

Um endurecimento expresso igualmente nos discursos eleitorais, o que parece confirmar as revelações recentemente feitas pelo Partido Federal Progressista, segundo o qual pode estar iminente um «golpe de estado silencioso». De acordo com um relatório divulgado por aquele partido, a África do Sul está inteiramente sob o controlo dos serviços de segurança, que se infiltraram em todos os meios e exercem uma vigilância constante sobre a população. Tal situação, considera o Partido Federal Progressista, pode conduzir a que em qualquer momento ocorra um «golpe de estado silencioso», cujo plano, que já estará elaborado, prevê a transferência «cal-

ma» do poder para os serviços de segurança, nos bastidores dos quais funcionará já uma espécie de «gabinete sombra» que dirige a actividade dos órgãos legislativos e executivos.

As implicações de uma tal situação, a verificar-se, são por demais evidentes. O que, com o ataque à Zâmbia e previsíveis futuras agressões a outros países da Linha da Frente, coloca ainda com maior intensidade a necessidade de implementar sanções globais e obrigatórias contra a África do Sul, como a ONU vem defendendo.

Neste contexto, assume particular importância o embargo do fornecimento de armas ao regime do *apartheid* tornado obrigatório pelo Conselho de Segurança da ONU em 1977, mas que diversos países capitalistas continuam a desrespeitar. Segundo denunciou há dias em Bruxelas um dos deputados do Parlamento Europeu, a Itália, a França, a Alemanha Federal e a Grã-Bretanha têm violado o embargo, não obstante ele ser apoiado pela CEE.

Estes e outros apoios ao regime de Pretória, com particular relevo para o dos EUA, impedem na prática a solução dos problemas na África Austral, indissociáveis da necessidade da liquidação do *apartheid*, da independência da Namíbia e do fim das políticas de desestabilização levadas a cabo contra os países africanos, em especial os da Linha da Frente.

A profunda compreensão desta realidade chegou já aos próprios EUA, onde no passado fim-de-semana se realizaram as maiores manifestações de protesto de sempre contra a política da administração Reagan na América Central e na África Austral. Um aviso sério para o imperialismo norte-americano e para os racistas de Pretória de que os povos de todo o mundo estão apostados na luta pela liquidação do *apartheid*.

Benguela, um caminho para o desenvolvimento

À hora do fecho desta edição desconheciam-se ainda se se concretizava ou não a cimeira prevista para o final do mês, na Zâmbia, entre os chefes de Estado deste país, de Angola, Moçambique e Zaire para prosseguir as diligências em curso desde meados do ano passado para a reabilitação do caminho-de-ferro de Benguela, considerado de primordial importância para o desenvolvimento independente dos países em causa. A referida cimeira, decidida em meados deste mês numa outra realizada em Luanda — onde de resto foi anunciado que o caminho-de-ferro de Benguela (CFB) poderá ser reabilitado num prazo de dois anos por um valor estimado em 280 milhões de dólares — corria o sério risco de ser inviabilizada não só pelas dificuldades em encontrar financiamento para o projecto, mas sobretudo devido às contradições da política zaireense.

Como o «Avante!» já noticiou, o Zaire negociou com os EUA a reactivação da base militar de Kamina, no sul do país, o que é internacionalmente considerado como um reforço da presença militar norte-americana em África e um expediente para o abastecimento de armas à Unifã sem a colaboração da África do Sul.

Facilmente se compreende a contradição entre as cedências zaireenses aos planos de agressão a ingerência norte-americana e a participação conjunta num projecto de indiscutível interesse económico até agora impossibilitado pelos ataques e sabotagens dos bandos fantoches a mando dos EUA e de Pretória.

Estas dificuldades não significam no entanto a impossibilidade de se chegar a um acordo em relação ao CFB (de que a Sociedade Geral da Bélgica controla 90 por cento das acções e o Estado

Angolano os restantes dez por cento), pois existe uma unidade de interesses específicos para que a linha férrea de Benguela possa funcionar. Sublinhou-o o presidente do MPLA-PT e da República Popular de Angola, Eduardo dos Santos, ao deixar claro que «o que estamos a propor não é uma união, uma unidade contranatural, pois sabemos que os nossos países têm opções diferentes; o que estamos a propor é uma unidade em torno dos interesses específicos dos nossos países para que a linha férrea de Benguela possa funcionar, servindo a África independente, servindo a luta pela libertação total do nosso continente».

Fazendo notar que «esses interesses ditam naturalmente que haja uma unidade de acção» entre os países em causa, o presidente Eduardo dos Santos garantiu que, por seu lado, «Angola está pron-

ta a dar de forma honrosa, corajosa, militante, sem trair os seus princípios, sem violar a sua Constituição, os passos necessários para que possa haver paz, estabilidade ao longo da linha férrea e contribuir para a resolução dos problemas das nossas populações».

O dirigente angolano não deixou de recordar que a CFB não funciona regularmente porque é sistematicamente atacado pelos inimigos do povo angolano e que o seu fraco funcionamento causa prejuízos aos povos angolano, zambiano e zaireense, pelo que os ataques contra essa via internacional significam ataques aos países que se servem e se deveriam servir dela para resolver os seus problemas de desenvolvimento.

Uma batalha em curso

A questão que se coloca, contudo, é que o imperialismo norte-americano está apostado em impedir a resolução desses mesmos problemas, em particular em Angola, pois a sua manutenção e agravamento fazem parte da estratégia para impedir a consolidação da revolução e independência, fomentando simultaneamente os ataques armados que forçam ao sistemático desvio de verbas para a área da defesa. É nesta medida que a partici-

pação do Zaire, sendo necessária e do próprio interesse zaireense, se torna contraditória com a política oficial de cedência ao imperialismo, traduzida na prática pela autorização de utilização do território nacional para o desenvolvimento de uma política que alimenta as forças que sabotam o que se pretende reabilitar.

Por outro lado a consciência angolana, corajosamente reafirmada por Eduardo dos Santos das «grandes responsabilidades diante dos povos da Namíbia e da África do Sul que ainda estão oprimidos», sustentando que a conjugação dos esforços na reabilitação do CFB fortalecerá as economias dos países envolvidos e torná-los-á «mais capazes de apoiar também a luta daqueles povos», não será facilmente aceite pela Casa Branca.

O apoio da comunidade internacional ao projecto de Benguela revestir-se-á da máxima importância, não só pelo seu significado em termos de desenvolvimento económico mas também como travão da ingerência dos EUA em África. A prontidão com que a CEE desmentiu um possível financiamento dos planos do caminho-de-ferro de Benguela não augura nada de bom, mas há que evitar conclusões precipitadas. A batalha diplomática está em curso e os dirigentes africanos sabem travá-la muito melhor do que alguns pensam ou gostariam.



XI Congresso (Extraordinário)
2 de Fevereiro de 1986
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

XI Congresso (Extraordinário) do PCP

Reúnem-se na presente edição as intervenções e documentos relativos aos trabalhos do XI Congresso (Extraordinário) do PCP, realizado na Amadora, em 2 de Fevereiro de 1986.

Convocado em 28 de Janeiro pelo Comité Central do PCP para definir a atitude do Partido na 2.ª volta das eleições presidenciais, o XI Congresso (Extraordinário) do PCP constituiu, em condições de uma grande complexidade política, uma nova demonstração da profunda identificação dos comunistas com os superiores interesses da defesa da liberdade e do regime democrático.

Internacional

Afeganistão

As tarefas de hoje da Revolução de Abril



O passado coexiste ainda com a realidade de hoje, na difícil construção de uma nova sociedade

27 de Abril de 1987. Militares afegãos dirigidos pelo Partido Democrático Popular do Afeganistão (PDPA), e apoiados pela população, tomam o poder e instauram um regime revolucionário no país. Estão abertos os caminhos do progresso. Caminhos entretanto bem difíceis, num país marcado pelo mais profundo atraso, albergando uma multiplicidade de etnias, ainda com uma organização tribal de sociedade. Caminhos marcados profundamente por uma guerra quotidiana que continua a ser alimentada pelos Estados Unidos, com armas, dólares e instrutores.

Oito anos depois, a grande batalha é pela «reconciliação nacional». Ou seja, pela mais ampla unidade, para que seja possível concretizar, em paz, as perspectivas abertas em Abril de 1987.

A reconciliação — ao abrir portas a todos os sectores da sociedade afegã que não prossigam de armas na mão — contra o poder revolucionário — representará um recuo? Ou uma adequação à realidade objectiva nacional?

A prática concreta do imperialismo, que aposta inclusivamente na continuação da guerra, dá-nos a medida bem palpável de como o processo em curso desagrada à reacção internacional. Mas, mais do que tudo, os resultados concretos da política de reconciliação, testemunham das possibilidades, das vias que estão a ser abertas ou consolidadas.

«Ainda não alcançámos uma viragem radical na situação que se formou», afirma Najib, secretário-geral do PDPA, em balanço do processo de reconciliação, ao discursar na primeira conferência nacional dos empresários privados de Kabul. «Consideramos por isso, que o Partido e o governo devem intensificar os seus esforços» neste processo «complicado e contraditório».

Nem por isso faltam resultados bem palpáveis. 40 mil refugiados regressaram até agora ao país. 21 mil rebeldes largaram as armas que empunhavam contra a revolução, e inseriram-se na vida pacífica. Prosseguem conversações com 1100 grupos armados. O governo amnistiou 5500 pessoas e passou a controlar mais 949 aldeias. A política de reconciliação

«A vontade de reconciliação nacional — afirmou Najib no plenário do CC do Partido Democrático do Povo Afegão, em Janeiro de 87 — decorre da própria natureza sociopolítica e económica do PDPA e do governo da República Democrática do Afeganistão. Muito já foi feito nestes últimos anos e conseguimos alcançar o essencial. Evitámos a ruína económica e a queda do nível de vida do povo. O sector público desenvolve-se a ritmos rápidos e tem vindo a criar, todos os anos, 40 000 postos de trabalho em sectores novos. Não se trata apenas de um elemento caracterizando os aumentos de produção, é também um factor político que mostra de forma clara a preocupação que a sociedade manifesta pelos trabalhadores. Nos últimos cinco anos, quase 90 mil milhões de afghanis foram investidos na economia nacional. Uma verba que ultrapassa tudo o que foi investido em programas de Estado no período anterior à Revolução de Abril. Nestes últimos cinco anos, um quarto dos investimentos públicos foi consagrado ao desenvolvimento dos serviços sociais. Neste quinquenato, as somas atribuídas ao ensino, à assistência médica e às actividades culturais atingiu os 31% do total de investimentos».

está a ser concretizada na prática do dia-a-dia por 1300 comissões extraordinárias locais, onde trabalham mais de 17 mil activistas.

Assim a seco, para quem como nós está longe de uma tão diversa realidade, estes números não dirão muito. Mas falamos da envergadura dos problemas e do amplo movimento popular organizado para a concretização da política de reconciliação.

Por detrás deles está o grande esforço de reconquista da paz. O grande esforço de lançar as bases do futuro, num país em que uma guerra alimentada pelo imperialismo já fez milhares de mortos, feridos e mutilados, separou famílias, lançou milhares de pessoas para outros países.

Um país onde a guerra causou prejuízos económicos

directos da ordem dos mil milhões de dólares, enquanto o produto nacional bruto ainda se encontra abaixo do nível pré-revolucionário. E naturalmente os prejuízos indirectos são várias vezes maiores.

Entretanto, no plano económico já se registaram alguns avanços. O volume do produto nacional bruto cresceu de 5,2 por cento em relação ao ano anterior, o rendimento nacional subiu de 3,5 por cento. A produção agrícola cresceu de 1,6 por cento no ano passado. A produção industrial, 2,3 por cento.

Contando também com a ajuda económica da URSS ao sector estatal e ao sector particular da economia, conta-se atingir no próximo ano um rendimento estatal superior em 4,2 por cento ao do ano passado.

Acções confluentes pela Paz

Centenas de milhar de pessoas participaram nas Marchas da Páscoa, pela Paz, na RFA. São cristãos, comunistas, «verdes», sociais-democratas, sindicalistas. Quase uma centena de associações, partidos e diferentes grupos está integrada pelo Comité de coordenação do movimento pacifista da RFA. Por toda a parte se organizaram os mais diversos tipos de acções. Desde as marchas pela paz e o desarmamento, aos comícios, desfiles a cavalo, de tractor, ou de mota frente às múltiplas instalações militares no país, ou ainda cerimónias religiosas, festas culturais. De tudo um pouco, cobrindo mais de 300 cidades e localidades da RFA.

Como exigência central, nesta Páscoa de 1987 — que a opção zero quanto aos mísseis de médio alcance na Europa se torne uma realidade de facto.

E ainda que seja estabelecida uma zona livre de armas nucleares e químicas no centro da Europa (como é proposta dos governos da RDA e da Checoslováquia e do SPD da RFA). Contra a «guerra das estrelas» e a participação de empresas da RFA no projecto IDS (Iniciativa de Defesa Estratégica — «guerra das estrelas»). Contra a crescente militarização de algumas regiões do país, em particular as de Hesse e

de Bad Wurtemberg.

Apesar da diversidade de opções políticas presentes, a exigência fundamental é comum a «verdes», comunistas e sociais-democratas: as propostas soviéticas de paz, apresentadas por Gorbachov criam uma nova situação histórica, dão nova esperança a todos os que querem viver num mundo livre da ameaça nuclear. E impõe-se criar o impulso que as leve à prática concreta.

Cientistas norte-americanos contra IDS

A Associação dos físicos norte-americanos, a maior do país desta especialidade científica, divulgou estes dias um relatório em que se considera que a utilização de um sistema antimíssil com elementos de estacionamento espacial levará à contaminação radioactiva de vastas regiões do território dos EUA, em caso de golpes nucleares recíprocos.

O documento desmente frontalmente a afirmação oficial do carácter não nuclear da IDS, sublinhando os físicos norte-americanos que a criação de sistemas de armas no âmbito desse projecto levará à instalação de reactores nucleares em plataformas orbitais.

Também a Federação dos cientistas norte-americanos divulgou agora um documento em que se revela que os contratos ligados à IDS, assinados entre o Departamento de Defesa dos EUA e dife-

rentes monopólios do complexo militar-industrial, já totalizam os 14 mil milhões de dólares.

Afirma-se no mesmo documento que cerca de 50 por cento desta soma coube, significativamente, às empresas militares da Califórnia. As empresas de Los Angeles assinaram com o Pentágono 504 contratos no valor de 2600 milhões de dólares e as companhias de São Francisco, 234 contratos no valor de 1900 milhões de dólares. Às empresas militares californianas seguem-se as suas congéneres do Novo México (1300 milhões de dólares) e do Massachusetts (mil milhões de dólares).

Os cientistas norte-americanos concluem que com o projecto IDS apenas lucra um pequeno grupo de empresas do complexo militar industrial.

Genebra

Dia 23, novo período de negociações soviético-norte-americanas teve início em Genebra. Por proposta da União Soviética, o tema ful-

cral é neste momento a eliminação dos mísseis de médio alcance na Europa. O objectivo, também por parte da URSS (com reservas dos EUA), é um acordo já este ano.

Os grupos de trabalho sobre os outros dois temas principais da negociação bilateral — armas estratégicas e armas espaciais — retomam os trabalhos nos primeiros dias de Maio.

E assim, em múltiplas frentes, se desenvolvem acções confluentes para que o desarmamento seja possível. Em Genebra, trabalhando para tornar possível um acordo, um primeiro passo para o desarmamento de um enorme paiol — a Europa. Na RFA como em França, ou na Austrália, com amplos movimentos pela Paz. Nos Estados Unidos, também através de esclarecedoras tomadas de posição de quem está bem dentro destes problemas — os cientistas.

Acções bem necessárias, porque a batalha é difícil.

São imensos os lucros que vão encher os cofres de grandes empresas da Califórnia. Imensos os temores, de Paris a Londres e a Washington, de perder as armas para ditar leis a nível internacional. E imenso também o arsenal acumulado, que é urgente começar a restringir.

Para termos uma pálida ideia da envergadura da tarefa, bastará citar os números referidos por Richard Perle, secretário adjunto de Defesa dos Estados Unidos, que afirma que um acordo sobre mísseis de médio alcance na Europa, deixaria ainda de parte, no nosso continente, 4600 armas nucleares norte-americanas na Europa. A que há ainda que acrescentar que na sequência de um acordo sobre mísseis de curto alcance, ainda ficaria por negociar o destino de toda a espécie de armas nucleares de que estão munidas as forças aéreas e navais.

Uma grande tarefa a exigir a solidariedade e confluência de esforços crescentes.

Internacional

Argel, reunificação da OLP

«O restabelecimento e consolidação da unidade da OLP, assim como o fortalecimento da aliança entre a resistência palestina, o movimento nacional libanês e a Síria adquirem, em nossa opinião, uma importância fundamental na luta para impedir a concretização dos propósitos hegemónicos da aliança imperialista-sionista no Médio Oriente, e para a defesa da paz», afirma-se na intervenção de Domingos Lopes, membro suplente do CC, que representou o nosso Partido na importante reunião do Conselho Nacional Palestino agora realizada em Argel.

O passo decisivo para o restabelecimento da unidade da OLP foi mesmo dado.

Pela importância do que se passou, o «Avante!» entrevistou Domingos Lopes, para uma melhor compreensão da importância das decisões afirmadas na capital argelina.

No regresso de Argel, como valorizas as conclusões do Conselho Nacional Palestino?

As decisões do Conselho Nacional Palestino denominado «Firmeza dos Campos» foram, em nosso entender, altamente positivas.

O 18.º CNP «Firmeza dos Campos» permitiu, no essencial, pôr termo à divisão da OLP e criou condições para unir as principais organizações palestinas em torno da OLP em bases claramente anti-imperialistas e anti-sionistas.

Foi aprovada a proposta de convocar uma Conferência Internacional com a presença dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e com a presença da OLP, como único e legítimo representante do povo palestino.

Foram cancelados e revogados os Acordos de Amã.

Foram rejeitados os acordos de Camp David e a política de acordos separados.

Foi rejeitada qualquer solução para o conflito baseada na resolução 242 das Nações Unidas, que trata o problema palestino como uma questão de «refugiados».

Foi decidido que as re-

lações com o Egipto se pausariam pelas decisões das Cimeiras Árabes e pelas decisões do 16.º Conselho Nacional Palestino.

Foram feitos reajustamentos nos órgãos dirigentes da OLP que tornam mais colegial o seu funcionamento.

O PC Palestino passou a fazer parte do Comité Executivo da OLP.

Foi decidido que a luta armada prosseguiria exclusivamente dentro dos territórios ocupados pelos sionistas de Israel.

No documento final aprovado foi posta em relevo a importância estratégica da aliança entre a OLP e a Síria e o movimento nacional libanês.

Que reflexos pode vir a ter para o futuro a reunificação dos palestinos, a reconstrução de uma OLP unida?

Foram valorizados os esforços construtivos da URSS, Argélia e Líbia no sentido de pôr termo às divisões paralisantes da OLP, as quais favoreciam sem dúvida os sionistas de Israel e os imperialistas.

A reunificação da OLP é, em primeiro lugar, um elemento decisivo para a luta futura do povo mártir palestino. A OLP constitui a maior conquista do povo palestino. Ela representa todo o povo palestino e conseguiu a nível internacional obter esse reconhecimento. Para Israel e para os EUA e para a reacção árabe,

• Entrevista com Domingos Lopes

foi sempre um eixo da sua actividade acirrar rivalidades na OLP, levá-la à divisão e à paralisação a fim de liquidar a luta do povo palestino.

Temos para nós que a unidade da OLP pode ser um passo decisivo para restabelecer a aliança com a Síria e o movimento patriótico libanês e assim assegurar as melhores condições para prosseguir a luta do povo palestino pela criação do seu Estado independente em território da Palestina e para a retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados depois de 1967.

A unidade da OLP será também um factor positivo para fortalecer a unidade do movimento de libertação nacional e social dos povos árabes.

Que forças integram actualmente a OLP?

As organizações que estiveram presentes no CNP em Argel foram: a Fatah, dirigida por Yasser Arafat; a Frente Popular de Libertação da Palestina, dirigida por George Habach; a Frente Democrática de Libertação da Palestina, dirigida por Nayef Hawatmeth; o Partido Comunista Palestino; a Frente de Libertação da Palestina; a Frente de Libertação Árabe; a Frente de Luta Popular Palestina (esteve no diálogo anterior ao CNP), ausentou-se dizendo estar de acordo com as decisões do CNP.

Como foi possível o caminho até à unidade, quando parecia haver sérias discrepâncias quanto à política a adoptar, muito embora o objectivo central seja comum?

O caminho da divisão não trouxe quaisquer avanços à luta do povo palestino, antes pelo contrário. Cresceu a agressividade e a arrogância dos sionistas e do imperialismo; quem pensava que através da divisão podia obter

resultados positivos, enganou-se. Quer dentro da OLP, quer fora da OLP, começaram a multiplicar-se iniciativas no sentido de se restabelecer a unidade, passo absolutamente necessário para o povo palestino chegar à vitória.

A unidade da OLP é condição sine qua non para a vitória do povo palestino e um elemento importante para a unidade do mundo árabe.

Um dos elementos novos é a entrada dos comunistas palestinos para o Comité Executivo da OLP. Que novas possibilidades de luta, que papel poderão desempenhar aqui os nossos camaradas?

Com efeito, o PC palestino entrou de pleno direito para o Comité Executivo da OLP. Trata-se de um passo importante para os comunistas palestinos que assim vêem o seu papel na luta reconhecido de jure pelas outras organizações palestinas.

É conhecida a força do PC Palestino entre os trabalhadores dos territórios ocupados e por isso estamos certos que será mais um reforço para a luta da OLP.

Qual a posição assumida quer nas relações com o Egipto quer com a Jordânia?

A OLP assumiu uma posição firme para com o Egipto, não obstante as muitas pressões havidas.

A posição do CNP é clara e inequívoca: a OLP pautará as suas relações com o Egipto pelas decisões das Cimeiras Árabes e pelas decisões do 16.º CNP.

No que se refere à Jordânia, o CNP aprovou a revogação do Acordo de Amã, pelo que as veleidades do Rei Hussein II de falar em nome dos palestinos e fazer vergar a OLP a posições

conciliadoras, foram derrotadas.

Que papel podem desempenhar neste processo os países progressistas da zona, em particular a Síria?

A Síria é um país fundamental na busca de soluções para o conflito. Será um passo de uma enorme importância a reaproximação entre a OLP e a Síria.

Em que base reassumiu Arafat a chefia da OLP?

Arafat foi reeleito Presidente do Comité Executivo da OLP, cuja composição foi alargada a outras organizações. Foi criado um Secretariado Permanente para reforçar o trabalho democrático e colegial do Comité Executivo. Foram dados novos poderes ao Conselho Central do CNP, que supervisionará as actividades do Comité Executivo.

Que novas possibilidades se abrem — ou fortalecem — para a realização de uma Conferência internacional tendo em vista a solução do problema palestino?

São melhores as possibilidades com a OLP unida de se chegar a uma Conferência Internacional do que com a OLP paralisada por divisões.

O processo da unidade da OLP está em curso e ele repercutir-se-á positivamente em todo o mundo árabe, particularmente nos países que têm assumido uma posição mais firme no combate ao sionismo e ao imperialismo.

O primeiro passo era alcançar a unidade da OLP, que no fundamental, foi conseguido.

São necessários outros passos, os quais são apontados pela decisão do CNP, nomeadamente no que se refere à aliança com a Síria e o movimento patriótico libanês.

(...)
«Pelo grande número de democratas participantes nas estruturas do Congresso, cuja Comissão Nacional era composta por mais de 500 membros representantes de todos os distritos do país; pelo número de teses apresentadas (quase 200), muitas delas colectivas, versando os mais diversos e importantes problemas da vida e da luta do nosso povo, nomeadamente os problemas dos trabalhadores, da juventude, da mulher, da intelectualidade, das liberdades democráticas, da guerra colonial, sindicais, do ensino e da cultura, etc., etc., teses em cuja elaboração participaram milhares de pessoas; pelo número de democratas mobilizados para estudarem e debaterem esses problemas; pelo número de congressistas, que se contam por milhares, e ainda pelos muitos milhares de democratas que, apesar de todas as dificuldades criadas pelo fascismo, conseguiram deslocar-se a Aveiro para participarem nos actos públicos do Congresso, à última hora proibidos, pode dizer-se que o 3.º Congresso da Oposição Democrática representou uma grande manifestação e uma grande jornada de massas.»

(...)
«O 3.º Congresso da Oposição Democrática» — «Avante!», VI série, n.º 452, Abril de 1973)

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Ainda não secara nas mãos dos algozes salazaristas o sangue do militante operário Luis António Firmino, já a selvajaria fascista se manifestava em Lamego, no Lugar de Amoreiras, pelo braço criminoso da PSP.

O trabalhador rural Herculano Augusto foi a nova vítima.

Por condenar publicamente as guerras coloniais e os sacrifícios que acarretam para o povo trabalhador, este corajoso antifascista foi agredido pelo agente da polícia Adrega e finalmente levado para a esquadra. Dali sairia menos de meia hora depois, mas já sem vida. O seu corpo, cheio de equimoses e nódoas negras, era um grito de acusação contra as brutalidades policiais. No hospital, porém, no relatório da autópsia que lhe foi feito, o subdelegado de saúde preferiu declarar que a morte de Herculano Augusto tinha sido provocada por... uma congestão.»

(...)
«A PSP assassina um corajoso antifascista em Lamego» — «Avante!», VI série, n.º 390, Abril de 1968)

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«O Avante!» atinge o n.º 100 depois de quase 6 anos de publicação, que a repressão e o terror salazaristas apenas conseguiram tornar irregular durante escassos meses. São 100 números, com um total de muitas e muitas centenas de milhares de exemplares, de defesa constante e inflexível dos interesses das classes trabalhadoras, das liberdades e dos direitos do nosso povo, da independência da nossa pátria. São 100 números de combate implacável aos salazaristas, inimigos do povo e da nação. Ao atingir o n.º 100, pelos esforços e sacrifícios dos seus colaboradores, técnicos, distribuidores e amigos, Avante! saúda todos os democratas portugueses, homens e mulheres de todas as tendências políticas e crenças religiosas e, em particular, as vítimas do terror fascista, os presos, deportados, perseguidos e exilados políticos.



Argel: um congresso de reunificação

Em Foco

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 696

30 de Abril de 1987

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

O 25 de Abril
foi assim. Agora:



Todos ao

1.º de Maio



edições
Avante!

BOLETIM DE INFORMAÇÃO

Documentos dos
Partidos Comunistas
e Operários em artigos e
intervenções de grande
actualidade

Comemorações em todo o País

**Quando um homem sabe
que não está sozinho**

A maior parte das vezes estamos sozinhos. Mesmo com a família. E, de repente, damos conta que estamos cheios de amigos, que somos uma família enorme, que o nosso sentir é comum a milhares, dezenas de milhares, centenas de milhares de homens, mulheres e, por que não, crianças.

Esta sensação de força colectiva surge quando na comemoração de um facto histórico, de um ideal, encontramos no mesmo local os amigos, os vizinhos, os companheiros de trabalho, caras e pessoas conhecidas do dia-a-dia e afinal tão desconhecidas em questões que a todos dizem respeito.

É então altura de um homem respirar forte, ter confiança na vitória. Mais do que avisar, é preciso juntar toda a gente. E o futuro será diferente. Como não? Duvidaram os escravos que a escravatura seria abolida? Duvidaram os operários que a exploração se iria atenuar e que a jornada de oito horas seria conquistada? E os povos coloniais, puseram alguma vez em dúvida que a independência seria conquistada? E as mulheres, que não tinham direito a voto, pensaram que o sufrágio lhes estava negado para sempre?

Os exemplos aí estão a provar que a vitória é possível, sempre. Pode demorar mais tempo, mas acaba por surgir, como o sol depois de vários dias de nevoeiro.

É pois grande a alegria de quem participa numa manifestação comemorativa do 25 de Abril e vê que não está sozinho, que apesar das dificuldades estão ali milhares como nós, dispostos a ajudarem a marcha da História. E não só ali, mas noutros locais do País, homens, mulheres e crianças que acreditam no futuro.

De Lisboa não falamos, que isso vem referido com mais destaque noutro local. Mas falamos do Porto, de Coimbra, de Aveiro, de Bragança e Vila Real e de tantas outras terras deste Portugal onde o 25 de Abril continua a não ser esquecido, diremos mesmo, é recordado com mais intensidade.

Por todo o País os cravos renascem nesta época do ano — bem vermelhos, rubros do sangue que foi derramado para conquistar a liberdade, apesar dos esforços que fazem para lhes mudar a cor.

Por ordem de prioridades populacionais deveríamos falar do que se passou no Porto. Mas optamos por Chaves, concelho das terras transmontanas. Jantar comemorativo presidido pelo padre Fontes, homem indissolavelmente ligado a Vilar de Perdizes, com centena e meia de pessoas. E a caravana automóvel, com cerca de 60 carros, que foi recebida no Regimento de Infantaria de Chaves — a gratidão pelos militares que ajudaram a libertar Portugal. E o Festival de Folclore do Alto Tâmega, com cerca de 1500 pessoas.

O mais céptico poderá dizer: e foi isto a comemora-

ção do 25 de Abril? Foi isto e muito mais que o jornalista (que não esteve lá, sabe o que se passou pelo telefone, ou mesmo que lá tivesse ido) não conseguiria descrever.

O prazer de recordar essa sensação maravilhosa de ouvir na rádio os primeiros comunicados do Movimento das Forças Armadas, reencontrar os companheiros — alguns desconhecidos até àquela data — que connosco andaram de local para local, admirando os soldados, os tanques, os cravos que surgiam nas espingardas, a multidão que aparecia nos pontos quentes, manifestando a solidariedade e a alegria pelo que estava a ser feito, os beijos, os abraços que se davam — todos éramos irmãos. Recordar o 25 de Abril é tudo isto, e muito mais que o jornalista não

conseguir passar para o papel, apesar de há treze anos (e não acredita em superstições) participar nas manifestações à meia-noite do dia 24 e no desfile do dia 25.

Mas continuemos em Trás-os-Montes. Bragança, Mirandela, Santa Comba de Vilarça, Cachão, Vale Salgueiro, Alfândega da Fé, Vila Real, Montalegre, Mondim de

Basto e Régua foram algumas das localidades onde houve comemorações. E também noutras terras, mais pequenas, quanto mais não seja a família que recorda

que o filho não embarcou para o inferno da guerra colonial, que o familiar preso pela polícia política foi solto na ocasião.

E foram as alvoradas com



morteiros — 25, para acordar toda a gente e dizer que o 25 de Abril está vivo, recomenda-se e está para durar, por maiores que sejam os ataques de que é alvo.

E houve provas desportivas e caravanas, e torneios de futebol e bailes e almoços e jantares (que à mesa, e então com a comida transmontana, também é uma forma de conviver); e houve bandas de bombeiros, e ranchos folclóricos, com as raparigas a rodarem as saias e os namorados a espreitarem a ver se a sua amada era a que dançava melhor do rancho, e os miúdos a fazerem desenhos e a pintarem-nos, e a Assembleia Municipal da Régua a fazer uma sessão extraordinária na noite de 24 para assim comemorar outras das portas que Abril abriu (verso de Ary que o povo ganhou) — o poder local democrático. E os discursos dos representantes dos partidos — PS, PRD e PCP — recordando a importância da data, mas recordando

também a importância da luta que é preciso continuar a travar.

E depois passemos o Março e entremos em Braga-distrito, para sabermos que em todos os concelhos foi a mesma coisa: a população a comemorar a Revolução dos Cravos, com especial destaque para a sede distrital, onde foi notória a participação da juventude na Avenida Central, local onde decorreram as comemorações.

No Porto, já lá chegámos, enfim, que os do Porto costumam ser bairristas (não é defeito, é de muito amar a sua terra), festejou-se a Revolução e recordaram-se duas vezes de Abril — Zeca Afonso e Adriano Correia de Oliveira. Este último natural ali bem próximo do Porto, Avintes.

Duas vezes que começaram a cantar muito antes de Abril e que atingiram a liberdade plena naquele mês. Criações destes dois artistas foram interpretadas por Samuel e Manuel Freire. Isto na



noite de 24. Com a chuva, de vez em quando a cair, intensa. Mas que importa uma molha, quantas vezes se apanha por ir ao futebol, no regresso do emprego e Abril é só uma vez por ano.

E a Baixa portuense foi multidão no sábado à tarde, com cortejo alegórico, a criançada, os jovens e também os mais velhos, aqueles que nunca desesperaram que Abril acontecesse.

Passamos de fuga por Viana do Castelo, não porque tivessem fraquejado aqui as comemorações, mas há

que vir para baixo, falar de outras terras, onde afinal as coisas não foram diferentes. Aveiro onde na noite de 24 para 25 se cantou «Grândola, Vila Morena» e, no sábado, as comemorações populares juntaram muita gente.

Coimbra, onde Zeca Afonso, que ali estudou, foi especialmente recordado, bem como Joaquim Namorado e Paulo Quintela, o primeiro nosso camarada de Partido. E poderíamos, devemos, referir todas as grandes localidades do País. Que sei eu: Évora, Setúbal, Beja, Leiria, Marinha Grande, Faro, Porti-

mão, Portalegre, Santarém, Guarda, por toda a parte se fizeram sentir as comemorações. É uma espécie do dom da ubiquidade: uma pessoa está em Lisboa, mas sente que há outros, noutros sítios, com os mesmos ideais, fazendo naquele momento a mesma coisa — prolongar e renovar Abril.

E falemos agora do que se passou em Amareleja e Safara, esta última com nome a cheirar a árabe, terra seca do distrito de Beja. Foi a data escolhida para inaugurar o abastecimento de água

às duas povoações. Abril também é isto.

Abril foi também comemorado no estrangeiro, onde há portugueses — Angola, Moçambique, França, Alemanha, Brasil, Canadá, ou num simples barco perdido no meio do mar, onde dois marinheiros portugueses, naquela data, abriram uma garrafa de um vinho qualquer e brindaram à liberdade reconquistada pelos militares, que nesse dia se reuniram em almoços de confraternização, na Estufa Fria, em Lisboa, os oficiais, e na Oficina da Cultura de Almada, os sargentos.



Foi já com a frontaria renovada, respeitando e valorizando a sua traça original, que o Vitória viu passar o desfile do 25 de Abril na Av. da Liberdade. Mas as obras do velho edifício, considerado justamente elemento do património arquitectónico da capital, vão continuar no interior e para fazer face aos seus pesados encargos prossegue uma campanha de recolha de fundos que aponta no mínimo para 30 mil contos. Na informação de 24 de Abril a meta da campanha já registava 24,72 por cento, ou seja qualquer coisa como 7 416 640\$50. Várias organizações apresentam já uma boa percentagem das respectivas metas, como a Amadora (48,8%), Carnaxide (44,8%), os bancários (41,0%), ou a Função Pública (36,6%). Significativo é também o exemplo do núcleo do CT Vitória (78,2%) e da SIP/DORL (35,15%). O Sector dos Transportes e Cascais já ultrapassaram os 30%, enquanto a meta conjunta dos concelhos do norte do distrito já vão a caminho dos 41 por cento. Com mais de 20% encontramos na informação do passado dia 24 os intelectuais, os seguros, a OLL e os sectores sindical e público

25 de Abril em Lisboa

É sair à rua e ver!

Ver dezenas de milhares de pessoas na Avenida da Liberdade a festejar Abril dá que pensar. É que um aniversário comemorado na rua por dezenas de milhares de pessoas ultrapassa, inequivocamente, o convencionalismo de um ritual. É impossível juntar tanta gente à volta de uma efeméride só por que o é, ou para que o seja. Mesmo tratando-se de importantes datas históricas na vida de um País, tais efemérides só mobilizam assim um povo se a vida corre, vibrante, por dentro delas. A vida que tem a ver com o quotidiano, com o tempo que passa ligando o ontem e o amanhã no hoje de todos os dias — um hoje que às tantas já passou 13 vezes por aqui, em cada uma delas arreando, em plena avenida, 365 dias de esperanças e de lutas quotidianamente retomadas. Garantindo, também de cada vez, o firme compromisso de encetar novos 365 dias de luta contra quem, quotidianamente, procura frustrar a esperança que Abril abriu e a Revolução pôs em marcha.



Dada esta nota, interessa responder ao que, às vezes, se pergunta a propósito das comemorações do 25 de Abril em Lisboa: que houve de novo?

Sim. Que novidade pode haver numa marcha que todos os anos repete a euforia da multidão desfilando entre o Marquês e o Rossio, gritando os mesmos *slogans*, empurrando as mesmas alegorias, eripunhando cartazes dum luta que não acaba e por isso continua a mesma?

A mesma. Pois é. A luta continua a mesma, mas não na mesma, e aqui temos a primeira evidência da individualidade de cada festa do 25 de Abril. Uma individualidade que se constrói ao longo do ano em cerradas lutas em defesa dos valores, conquistas e direitos construídos com a Revolução e desemboca na data do aniversário, em gigantescas manifestações que transformam a efeméride numa jornada concreta de luta e reivindicação.

Dá que este ano, embora estando presentes os mesmos *slogans* a vitoriar a Revolução dos Cravos e a reivindicar o Portugal de Abril, outros houvesse — em profusão de uma ponta à outra do

gigantesco desfile que demorou três horas a cumprir um trajecto de quilómetros — que denunciavam situações concretas do nosso quotidiano e pelejavam por questões políticas de aguda actualidade. O derrubado Governo de Cavaco Silva — ali desamparado da imensa rede demagógica que o procurou segurar como expoente de eficiência — sofreu, do Marquês de Pombal ao Rossio, uma das mais severas críticas públicas jamais feitas a um executivo. A grave situação socioeconómica em que o País mais se aprofundou sob a batuta do homem de Boliquireme, foi amplamente denunciada: falências em cadeia, aumento do desemprego, salários em atraso, exploração da mão-de-obra infantil, degradação da economia, da produção nacional, da agricultura, do ensino, da saúde, do poder de compra, etc. — todas estas brutais realidades, que vergastam o quotidiano português, saíram à rua e foram duramente denunciadas.

Ombro a ombro

Outra questão em destaque foi a da exigência da for-



mação de um novo executivo a partir da actual Assembleia da República. Em sintonia com a imensa multidão esteve a generalidade dos oradores, destaque para os representantes dos principais partidos democráticos que derrubaram o executivo de Cavaco Silva. **Blancal Telxela**, do PCP, advertiu que «dissolver a Assembleia da República sem sequer se ter indigitado como Primeiro-Ministro um representante da maioria que derrubou o Governo, não seria só um contra-senso e uma ofensa àquele tão importante órgão de soberania, seria também um atentado contra a democracia e o Portugal de Abril», enquanto **Manuel Alegre**, do PS, recordava que «um só partido reclama eleições: é o PSD. A maioria dos partidos com assento na Assembleia da República pronuncia-se contra a dissolução e por uma solução no actual quadro parlamentar», e **José Carlos de Vasconcelos**, do PRD, explicitava o desejo de que «o Presidente da República seja o Presidente de todos os portugueses, não apenas o Presidente dos que o elegeram e muito menos dos que o não elegeram».

Falámos atrás da indivi-

dualidade de cada festa do 25 de Abril, apontando de seguida os temas políticos que particularizaram esta 13.ª comemoração em Lisboa. Mas as coisas não se ficaram por aí.

Desde a multidão de crianças que abriu o desfile no Marquês de Pombal até à chegada da cabeça da manifestação ao Rossio, ao som da «Grândola» tocada pela banda de Talaíde, do concelho de Cascais, a que se seguiu um minuto de silêncio de homenagem a Zeca Afonso, muita coisa ocorreu a individualizar o desfile e a festa.

Se as crianças sorriam de espanto e entravam de seguida no bulício da festa que ali era tão grande e tão diferente, a saltar da larga avenida de onde os automóveis haviam sido expulsos, já os que eram crianças quando da madrugada libertadora de há 13 anos — hoje jovens, homens e mulheres — não estavam ali para embarcar em espantações. Organizados atrás de panos e targetas, à frente de grupos musicais, bem no meio do bulício da festa e do calor da luta, atraindo outros que bordejavam o desfile, os jovens desempenharam na primeira pessoa a contestação à política que sobre eles fez abater duras consequências, quer no campo do ensino e das carreiras académicas, quer na das saídas profissionais, com pesada fatia no que toca a desemprego e falta de primeiro emprego.

Militares de Abril, ombro a ombro com representantes de todos os partidos democráticos (em rigor, só não estavam oficialmente presentes o PPD e o CDS) galvanizaram a enorme multidão que, mais uma vez, bordejou todo o trajecto para aplaudir a marcha, acendendo a emoção que aqui e ali escorria em lágrimas de entusiasmo e incitamento.

Abril, de facto, não necessitou de escrutínios. Bastou sair com ele à rua e ver!

E só não vê quem não quer...





Milhares de pessoas na Baixa do Porto

A intensa chuva, na noite de 24 de Abril, não impediu que muitos milhares de pessoas fossem à Baixa do Porto «cantar Abril com Zeca Afonso e Adriano», nas vozes de Samuel e Manuel Freire, comemorar mais uma «passagem de ano da Liberdade» ao som de «Grândola Vila Morena» e com a cor e a alegria do fogo de artifício. Foi a arrancada das Comemorações Populares do 13.º Aniversário do 25 de Abril no Porto, com a participação viva das grandes e pequenas colectividades, do movimento popular e dos trabalhadores da cidade, bem patente nas várias iniciativas de carácter desportivo, recreativo e cultural que, durante dois dias, ocuparam a Praça da Liberdade, a Avenida dos Aliados e a Praça General Humberto Delgado.

A Corrida da Liberdade, no dia 25 de manhã, e as canções e actividades dedicadas às crianças, a grande Festa Popular, durante a tarde, com o espectáculo «Abril Sempre Jovem», em que participaram «Os Trabalhadores do Comércio» e os grupos de rock «X-Position» e «Octandrea», o palco de Música Popular Portuguesa, culminaram com o desfile do Cortejo de Carros Alegóricos. Este ano foram particularmente patentes a criatividade e imaginação da construção dos vários carros e a grande participação da juventude e dos seus problemas. Uma presença constante na grande manifestação popular, foi a reclamação de constituição de um governo democrático, a saída necessária para pôr termo à política de direita e ser empreendida uma política democrática que enfrente os graves problemas do País.

A defesa da Constituição e o protesto contra o recurso ao trabalho infantil, e a «desinformação» diária na RTP, as difíceis condições de vida e de trabalho, a defesa da Paz, as grandes preocupações dos portugueses, desfilaram nesta grande festa que, como afirmou a Comissão Promotora no comunicado lido e distribuído no sábado, «é bem o exemplo da vasta unidade que hoje está presente entre os trabalhadores, os democratas e o povo português» garantia de um caminho democrático para os destinos do País, único capaz de defender e realizar os ideais de Abril.

Apelo e homenagem

Outro momento importante das comemorações no Porto foi a leitura do Apelo às Comemorações Populares do 25 de Abril, subscrito por militantes e dirigentes do PS, do PRD, do PCP, do MDP, do Partido «Os Verdes», da UDP e do PSR e outros democratas sem filiação partidária e militares de Abril, que, como refere o documento, «para além das distinções de ideologia, crença ou militância política, em que se reconhecem, têm consciência de que cimentam, nessa pluralidade, uma convergência nacional e patriótica — porque democrática — em defesa do 25 de Abril. Trata-se de desenvolver e dar expressão às novas condições de convivência cívica, resultantes da derrota das forças restauracionistas nas eleições presidenciais».

O apelo dos democratas do Porto, muitos dos quais subiram ao palco da Praça general Humberto Delgado, foi demoradamente aplaudido pelos milhares de pessoas presentes nas Comemorações Populares.

Já no domingo, dia 26 de Abril, realizou-se, junto ao antigo edifício da ex-Pide/DGS, uma sessão de Homenagem aos Resistentes Antifascistas, promovida pela URAP. Entre as largas centenas de presentes, encontravam-se figuras destacadas da luta contra o fascismo, a eng.ª Virgínia de Moura, o dr. António Macedo, prof. José Morgado, arq. Artur Andrade, Maximiano Silva, Hernâni Silva e dr. Arnaldo Mesquita, que presidiram à sessão na qual o dr. Raul de Castro proferiu uma intervenção.

No resto do distrito do Porto, também o Dia da Liberdade foi largamente comemorado, com iniciativas de vária índole, desde os almoços e jantares promovidos por grupos de democratas em Gaia, S. Pedro da Cova/Gondomar, Lousada, Paços de Ferreira, Penafiel, Felgueiras, Valongo e Lordelo do Ouro/Porto, até às comemorações promovidas por colectividades ou grupos de colectividades nos vários concelhos e freguesias.



Do nosso enviado especial
Carlos Almeida



XX CONGRESSO DO KOMSOMOL (1)

Para um jovem português...

Desde há sensivelmente dois anos, os noticiários televisivos, as páginas da maior parte da imprensa, inundaram-se de notícias sobre a URSS, sobre o socialismo. Antes o mundo parecia resumir-se à metade ocidental e num ápice, eis que diariamente nos chegam imagens do povo soviético, discursos dos seus dirigentes. Semanalmente os vários, distintos e viajados soviétólogos, afadigam-se em encher páginas e páginas sobre as «mudanças em curso». Adriano Moreira, sempre preocupado com o declínio da «consciência ocidental», aproveita uma das muitas oportunidades que a RTP lhe dá para vociferar contra o tempo de antena conferido a esses temas. Tais factos fazem-nos perguntar o que terá mudado na atitude desses meios de comunicação social. Corresponderá a quantidade de notícias a um apuro da idoneidade da informação prestada, no respeito pelos mais elementares preceitos deontológicos? Ou antes, nada de substancial se alterou e o que se trata é de mudança fáctica da ideologia burguesa em recuo perante o agudizar da sua crise estrutural e o avanço da marcha dos povos para a liberdade, a paz e o progresso?

Quem hoje visita a URSS leva na bagagem estas interrogações. Diz-se que o socialismo está em revisão, insinua-se que as conclusões do XXVII Congresso do PCUS apontam para a falência do socialismo e para a necessidade da sua ultrapassagem. Quanto à juventude, especula-se com o seu alheamento da vida social, a sua marginalidade; fenómenos localizados ganham foros de grande tendência no movimento juvenil soviético. Assim se mente... assim se manipula...

Quem regressa da União Soviética, quem teve o privilégio de assistir ao XX Congresso do Komsomol, a União da Juventude Comunista Leninista, quem viu e falou com muitos jovens soviéticos regressa, antes, com a ideia de que prossegue na URSS o caminho da edificação do socialismo, de uma sociedade nova, livre da exploração, uma sociedade livre e democrática onde cada um dispõe de todas as possibilidades de realização dos seus anseios e capacidades.

Final, ao contrário do que afirma certa imprensa, o verdadeiro sentido de palavras como *perestroika* (reestruturação) e *glasnost* (abertura) resume-se, em bom Português, à expressão «mais socialismo».

Para um jovem português

A alegria transbordante que se respirava no Congresso, a crítica frontal e a exigência redobrada em fazer sempre mais e melhor porque o homem assim o exige e ele é o objectivo primeiro do socialismo, a grande determinação e confiança em levar por diante as tarefas fixadas nos documentos colectivamente discutidos e aprovados e, para além disso tudo, ainda e sempre, a alegria, o riso, a festa, tudo isto demonstra a enorme vontade da juventude de levar por diante a edificação da sociedade socialista na URSS.

Naturalmente que existem erros, deficiências, atrasos e tantos mais graves que são os próprios soviéticos a reconhecê-los, a apontar e a

críticar as responsabilidades e a empreenderem o caminho para a sua superação. E por isso mesmo, o actual momento comprova plenamente a grande vitalidade e enorme potencial do socialismo e do legado teórico e revolucionário do marxismo-leninismo. Não, não se trata de «crise» (Expresso de 28/2/87), mas sim de **revolução**, de continuar o histórico processo iniciado em Outubro de 1917.

Que pode um jovem português pensar quando ouve dizer da tribuna do Congresso que «um em cada três jovens trabalhadores aproximadamente, muda de empresa durante o primeiro ano do seu trabalho e necessita, em geral, de um mês (!!!) para ser colocado numa nova empresa. Só devido a isto, o país perde anualmente cerca de 4 milhões de rublos»? São problemas de outro nível, de um estágio qualitativamente superior de desenvolvimento. Esta sociedade, a sua juventude, empreende a aceleração do seu progresso científico-técnico, discute as formas de melhor responder às necessidades de desenvolvimento cultural e espiritual, de realização profissional dos indivíduos; esta é uma sociedade que já percorreu um longo caminho, um caminho de grandes conquistas.

O que se trata hoje, à beira do século XXI, é de prosseguir de forma renovada esse caminho e aí a juventude empenha-se totalmente, porque, como referiu o camarada Victor Mironenko, primeiro secretário do Komsomol Leninista, «no nosso país desapareceram para sempre a miséria, o desemprego, o analfabetismo e a opressão social e nacional que se abate sobre milhões de jovens no mundo contemporâneo. O socialismo deu à juventude a possibilidade de receber instrução e emprego, de acordo com os seus desejos e capacidades e deu-lhes uma vida segura e digna. O socialismo deu à juventude o que o capitalismo não lhe pode dar: o objectivo, o sentido da vida. Inspirou-nos na grande ideia de lutar pela liberdade e igualdade, pela justiça e o progresso social, contra a opressão, a exploração e a falta de direitos das nacionalidades». ■



Fábrica de malhas de Kocino. Aqui trabalham 1200 operárias, na sua maioria jovens mulheres

«Confiam mais na juventude!»

Na manhã do dia 19, os trabalhos do XX Congresso do Komsomol Leninista foram interrompidos para que todos os delegados e convidados estrangeiros que o desejassem, pudessem participar no tradicional sábado vermelho que todos os anos assinala a passagem do aniversário do nascimento de Lenine. Em 1986, os rendimentos provenientes destas jornadas de trabalho voluntário somaram cerca de 7 milhões de rublos e foram utilizadas, entre outros fins, no apoio às vítimas do acidente de Tchernobyl. Pelo nosso lado, acompanhámos uma brigada que trabalhou numa fábrica de malhas em Kocino, nos arredores de Moscovo, nas margens do rio com o mesmo nome. De visita à fábrica, olhando as cerca de 1200 operárias que ali trabalhavam, entendemos muitas das críticas e preocupações, muitas das esperanças que emergiram dos debates no Congresso. Hoje, 60 por cento dos trabalhadores soviéticos nasceram depois de 1950. As operárias que ali estavam ao nosso lado faziam, na sua esmagadora maioria, parte daquele número.

Acudiram-nos à memória as palavras daquela delegada que, da tribuna afirmava, «trabalho numa das ordenhas mecânicas mais desenvolvidas do país; perguntam o que podemos fazer mais e nós respondemos que podemos e queremos melhorar o trabalho; todos os dias, nas horas de lazer juntamo-nos, discutimos e sempre concluímos que é possível fazer melhor». Compreendemos melhor, naquela empresa cujo equipamento era totalmente renovado e com um elevado nível de informatização, a importância do trabalho e da participação social da jovem geração. Os cerca de 4800 delegados discutiram, ao longo dos quatro dias do XX Congresso, as tarefas da juventude na actual etapa de aceleração do progresso científico-técnico, à luz das conclusões do XXVII Congresso do PCUS. Mobilizar os jovens, abrir espaços à sua criatividade e iniciativa, aproveitar e desenvolver o grande capital humano e científico acumulado é, hoje, uma questão central e um objectivo estratégico do Estado e da sociedade soviéticos.

E porquê tanto empenho neste ponto? Porque, precisamente, a manifestação de certas tendências negativas no funcionamento do Partido (e também do Komsomol) e das instituições soviéticas provocaram, como afirmou Victor Mironenko, «um distanciamento entre o potencial da juventude e as possibi-

lidades reais para a incorporar na aceleração do progresso».

Muitos exemplos foram dados nas intervenções dos delegados. No sector do depósito dos produtos agrícolas que ocupa, só em Moscovo, mais de um milhão de pessoas, um grupo de jovens do Instituto de Investigação Científica da Batata e

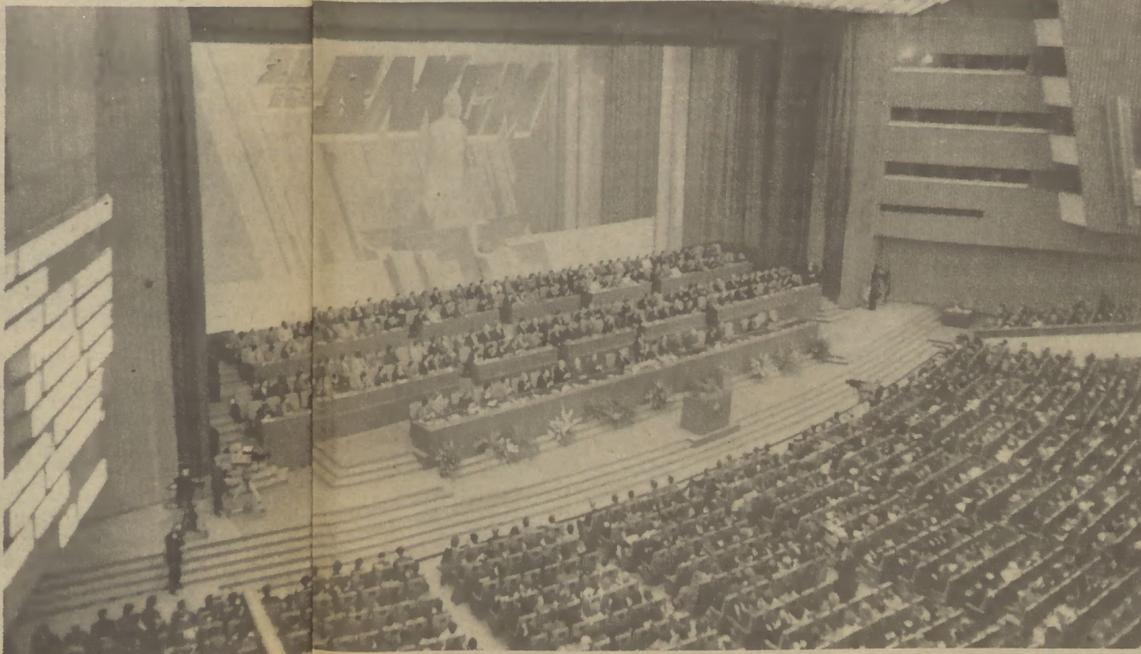
do Instituto de Engenheiros Agrícolas conceberam há quatro anos uma instalação automática para controlar a qualidade e seleccionar frutas e legumes. Em finais do ano passado, nas empresas moscovitas que despacham frutas e legumes deveriam funcionar dez instalações deste tipo mas apenas funcionava uma. Na prossecução do Programa Alimentar, o Komsomol desempenha um papel importante na mobilização de jovens quadros, técnicos e cientistas para kolkhozes e sovkhoses que aí desenvolvem um grande trabalho no apoio à produção e no melhoramento e modernização das estruturas de produção. No ano passado, mais de 50 000 jovens responderam ao apelo para tomar parte nestas jornadas, e contudo apenas mil puderam ser enviados por



Victor Mironenko, 33 anos, 1.º secretário do Komsomol Leninista, reeleito no XX Congresso da organização

JUVENTUDE QUER MAIS SOCIALISMO

O XX Congresso do Komsomol Leninista decorreu de 15 a 18 de Abril no Palácio dos Congressos em Moscovo



Mikhail Gorbachov
secretário-geral do PCUS

«Cabe-vos participar na renovação revolucionária da sociedade»

«Talvez nunca como hoje tenha sentido um desejo tão intenso de participar num Congresso do Komsomol». Com estas palavras iniciou a sua intervenção no segundo dia de trabalhos, o camarada Mikhail Gorbachov, secretário-geral do PCUS. De imediato ficou dada a nota de importância que o Partido atribuía a este XX congresso do Komsomol. De facto, essa importância seria ainda mais acentuada pelo importante discurso que o secretário-geral do PCUS proferiria.

Começando por afirmar que «a vocês, queridos amigos, cabe-vos participar na renovação revolucionária da sociedade socialista», o camarada Gorbachov enquadrou historicamente o actual momento dizendo, «para uma geração foi a revolução, a guerra civil e o cumprimento dos primeiros planos quinquenais; para outras, a Grande Guerra Pátria, a juventude de outras gerações coincidiu com os anos heróicos da recuperação do pós-guerra».

E qual a tarefa hoje? «Coloca-se-nos a tarefa de revelar e aproveitar na sua plenitude todas as vantagens e possibilidades do socialismo, o seu riquíssimo arsenal material e moral, o seu grande sentido revolucionário». Trata-se, como ele próprio referiu, de «mais socialismo». «Mais socialismo significa mais dinamismo e criação, organização e ordem, cientificidade e iniciativa na gestão económica. Mais socialismo significa mais justiça social, elevar o prestígio social do trabalho. Mais socialismo significa mais democracia, transparência e colectivismo na nossa convivência, mais cultura e humanidade nas relações com as pessoas», mais dignidade e respeito próprio do indivíduo».

Perante este caminho, colectivamente traçado e aprovado afirmou Mikhail Gorbachov, «não existem adversários políticos». «O que existem são as dificuldades da etapa inicial destas mudanças revolucionárias. Estas dificuldades afectam-nos a todos, numa ou noutra medida. Pois todos somos, por assim dizer, filhos do nosso tempo.»

Quanto à juventude, em primeiro lugar, «é preciso criar todas as condições para a participação massiva da juventude no processo de renovação e democratização, ajudá-la a aprender a cultura política do socialismo na prática». É em segundo lugar necessário, «preocuparmo-nos seriamente com a constante renovação e enriquecimento do potencial intelectual da sociedade». E por fim, «o desenvolvimento social da juventude». Em suma, «a principal preocupação do Partido consiste em abrir a mais ampla perspectiva para a juventude, abrir-lhe de par em par as portas em todas as direcções, do progresso científico-técnico, da criação social e do desenvolvimento espiritual. Dar ao jovem amplas possibilidades de actividade independente».

Sobre o lugar e papel do Komsomol, Gorbachov assinalou que «a vida fez sentir e com bastante agudeza que muitos comités do Komsomol estavam embrenhados em métodos burocráticos de funcionamento».

Relevando o elevado dever de todo o militante do Komsomol, o secretário-geral do PCUS concluiu afirmando, «o Komsomol deve, ligando, ao estilo leninista, o estudo com os factos, dar à juventude pontos de referência social correctos, torná-la apta para abordar criticamente os estereótipos e hábitos do modo de vida burguês, compreender e valorizar os fenómenos sociais a partir das posições científicas, marxistas-leninistas». ■

falta de estruturas nos respectivos locais de acolhimento dos jovens.

E os exemplos poderiam repetir-se nos mais variados sectores — da economia, exemplos relatados pelos delegados na tribuna do Congresso, ou pelo próprio 1.º secretário do Komsomol. Nas suas próprias palavras, são causas desta situação, «a orientação da economia para o desenvolvimento extensivo, a lenta introdução de novas técnicas e tecnologias, o abandono dos princípios democráticos na gestão da produção, por um lado e por outro, sérias deficiências no que respeita à educação laboral da juventude».

Para este último factor concorreram, em particular, os fenómenos negativos detectados no trabalho do Komsomol. «Os comités do Komsomol tentaram cultivar a atitude comunista perante o trabalho sem tomar em conta as condições reais da produção, utilizando formas de trabalho caducas».

Confiam mais na juventude

O grande valor e significado deste XX Congresso do Komsomol Leninista está no facto de que, na participação de cada delegado, lado a lado com a crítica aguda, esteve o esforço no apontar das formas e das vias de superação das dificuldades. Mercê da autocritica e de uma análise mais cuidada dos problemas e situações, foi já possível corrigir alguns pontos e lançar o trabalho com vista à aceleração do progresso.

Várias iniciativas estão já em marcha, como uma experiência considerada colectivamente como muito importante, dos colectivos de jovens investigadores, «funcionando como unidades independentes».

O relatório ao Congresso do CC apela nomeadamente para que estes colectivos sejam apoiados e que «a solução dos problemas científico-técnicos mais difíceis sejam encomendados precisamente a esses colectivos». Recentemente, aliás, o Comité Central do Komsomol propôs ao Partido a criação de um único sistema social e estatal de criação científico-técnica da juventude.

O próprio Mikhail Gorbachov, secretário-geral do PCUS, referiu o exemplo do colectivo juvenil de cientistas de Novosibirsk que trabalha, neste momento, na concepção de superminicomputadores de nova geração, em conjunto com o colectivo juvenil do agrupamento produtivo de Minsk, «Integral».

Por outro lado, e no tocante à habitação, um dos problemas mais sentidos pela juventude, o XX Congresso apontou para a dinamização de organizações juvenis autogestionárias, na base dos já existentes colectivos juvenis de habitação e a exemplo do que já sucede em Leninegrado e Najodka, como forma de aprimir a resolução gradual do problema.

Ao mesmo tempo que a juventude se envolve cada vez mais na estratégia da aceleração do progresso, igualmente ela reivindica cada vez mais direitos. Hoje, na URSS, cerca de 2000 autos e regulamentações legislativas asseguraram rigorosamente amplos direitos à participação cívica dos jovens em todas as esferas da vida social. Dificulda-

O novo órgão

Com esta crise política, os portugueses, que acreditavam ter a casa arrumada do ponto de vista institucional — com os respectivos órgãos de soberania agindo dentro da esfera das suas competências e determinando assim o correr dos processos democráticos que a Constituição estabelece — tiveram várias surpresas. Uma delas, muito falada, foi a argumentada possibilidade de, em consequência da censura a um Governo, ver dissolvida a Assembleia da República. A outra, não menos espantosa, é que tal decisão, antes de ter sido tomada pelo órgão competente, Presidente da República, antes mesmo de ouvido outro órgão competente, o Conselho de Estado, e mesmo, à revelia da opinião maioritária dos partidos, e do povo, foi sendo tomada... nas páginas de vários jornais e semanários que veiculam a

opinião minoritária do... Governo! Assistiu-se, nestas últimas semanas, ao aparecimento de um novo «órgão de soberania», dando, ao que parece, razão àqueles que chamam à comunicação social o «quarto poder». E de tal modo assim tem sido que, por exemplo, o «Expresso» do último fim-de-semana até marca as datas da «dissolução da AR» e das «eleições»! Não se trata, claro, de qualquer poder a mais. Mas daquele poder que, contra a maioria, o Governo continua a ter.

As promessas

O ministro da Educação afirmou há dias que o ingresso de alunos no ensino superior atingirá cerca do dobro em 1994 abrangendo então 20 por cento da faixa etária dos jovens com idades entre os 18 e os 22 anos. Visivelmente que o ministro João de Deus Pinheiro já entrou em campanha

Pontos Cardeais

eleitoral. Vai daí trata de apelar aos jovens para que votem nele e nos seus até 1994 que pode ser que haja um lugarzinho na faculdade. Disse, por outro lado, sobre as instalações da Universidade de Lisboa que «existe um plano que passa pela ocupação dos terrenos junto à área do Centro Hípico do Campo Grande e a construção de um conjunto de edifícios, junto à Faculdade de Ciências». Revelação curiosa. Se tais instalações forem construídas à velocidade e com o mesmo empenho que o sr. ministro tem posto em relação à construção da nova Faculdade de Ciências (pronta, a continuar com este ritmo, apenas lá para o ano

dois mil e tal, e isto é a sério) podemos estar descansados... Nunca mais teremos novas instalações para a Universidade de Lisboa.

Negócios

Dois em cada três empresários — estejam descansados que não vamos anunciar nenhuma marca de sabonete a disfarçar o mau cheiro — pronunciam-se contra a... «instabilidade política». Isto diz o «painel empresários/Expresso». E lá terá as suas razões. O «painel» averiguou ainda que a «instabilidade política afecta negócios» e que, nas primeiras semanas de Abril, se constatou «uma degradação do clima empresarial». Isto tudo, evidentemente, por causa da moção de censura. Quer dizer: quando uma maioria democrática decide democraticamente no órgão competente da democracia censurar um Governo minoritário, os negócios vão por água abaixo. Que negócios? Que negociantes são estes, do «painel»? Os pequenos e médios empresários que sofrem com a política de destruição da direita que afecta em primeiro lugar os trabalhadores? Ou os grandes da negociata que o Governo tem favorecido?

Derrapagens

Alarmado com os últimos resultados económicos publicados que revelam a fragilidade dos supostos êxitos da política económica do Governo, o ministro Miguel Cadilhe tem-se afadado em desmentir tudo o que possa, ainda que levemente, permitir tais conclusões. Desta feita, foi um colóquio na Universidade Católica. Tal o afã do ministro que, provavelmente, nem se deu conta do que disse. Assim, segundo se pode ler no Correio da Manhã, «o carácter não-expansionista da política monetária para 1987 está decidido desde o início das funções do Governo». A gente é que não tinha percebido, mas lá o Cadilhe tinha tudo previsto. Conclui-se, por estas afirmações que afinal sempre há «derrapagem», só que calculada a longo prazo pelos nossos brilhantes ministros. Contudo a baralhação instala-se mais adiante quando de novo o ministro Cadilhe diz que afinal, «tal como não houve derrapagem orçamental em 1986, não haverá derrapagem monetária de outro tipo em 1987». Ficamos sem saber o que se irá passar. Uma coisa pelo menos é certa. Que as coisas não correm muito bem lá para as bandas do gabinete do ministro Cadilhe essa é uma verdade «inderrapável»...

Gazetilha

por *Ignotus Sum*

I

O hospital do Restelo ainda não está pronto. O Governo, porém, que não é tonto já lá foi com desvelo para a inauguração com a presença da televisão.

Tanta pressa, afinal (é evidente!) em querer o hospital prova que este Governo está doente

e que só há virtude em tratar-lhe depressa da saúde...

II

A direita não quer qualquer solução dentro deste Parlamento, isso não.

Que entre os partidos haja compromisso? Diz a direita: «Tudo menos isso!»

«Eleições! Eleições!» grita ela com acinte pois a próxima Assembleia é Constituinte...

Está à mostra o plano que nos espreita até um cego vê o que quer a direita...

Eleições com o Governo Cavaco a geri-las sonha o «antigamente» conseguiu-las...

O ladrão sonha ter, pra não se demorar, as chaves da casa que vai assaltar...

III

Do Marquês de Pombal desce o desfile. Há cartazes, bandeiras a cantar. Corre sangue vermelho, popular em cada cravo que desperta Abril.

Sobe um grito: «Nós somos muitos mil...» O povo é um mar que vai de amar à amar. A «Grândola Morena» pelo ar voa, com seu abraço juvenil.

Nuvens negras conduzem ameaças de fomes, de chicotes, de mordanças que a memória de alguns ainda alcança.

Mas este mar de povo é a garantia de que não morre a luz daquele dia que deu corpo ao futuro e à esperança.

IV

Tu ficas convocado para amanhã — é este o meu recado cidadão, cidadã!

Pela esperança que temos de legar vamos todos e havemos de chegar.

É este o meu recado: Nenhuma luta é vã. Tu ficas convocado para amanhã!

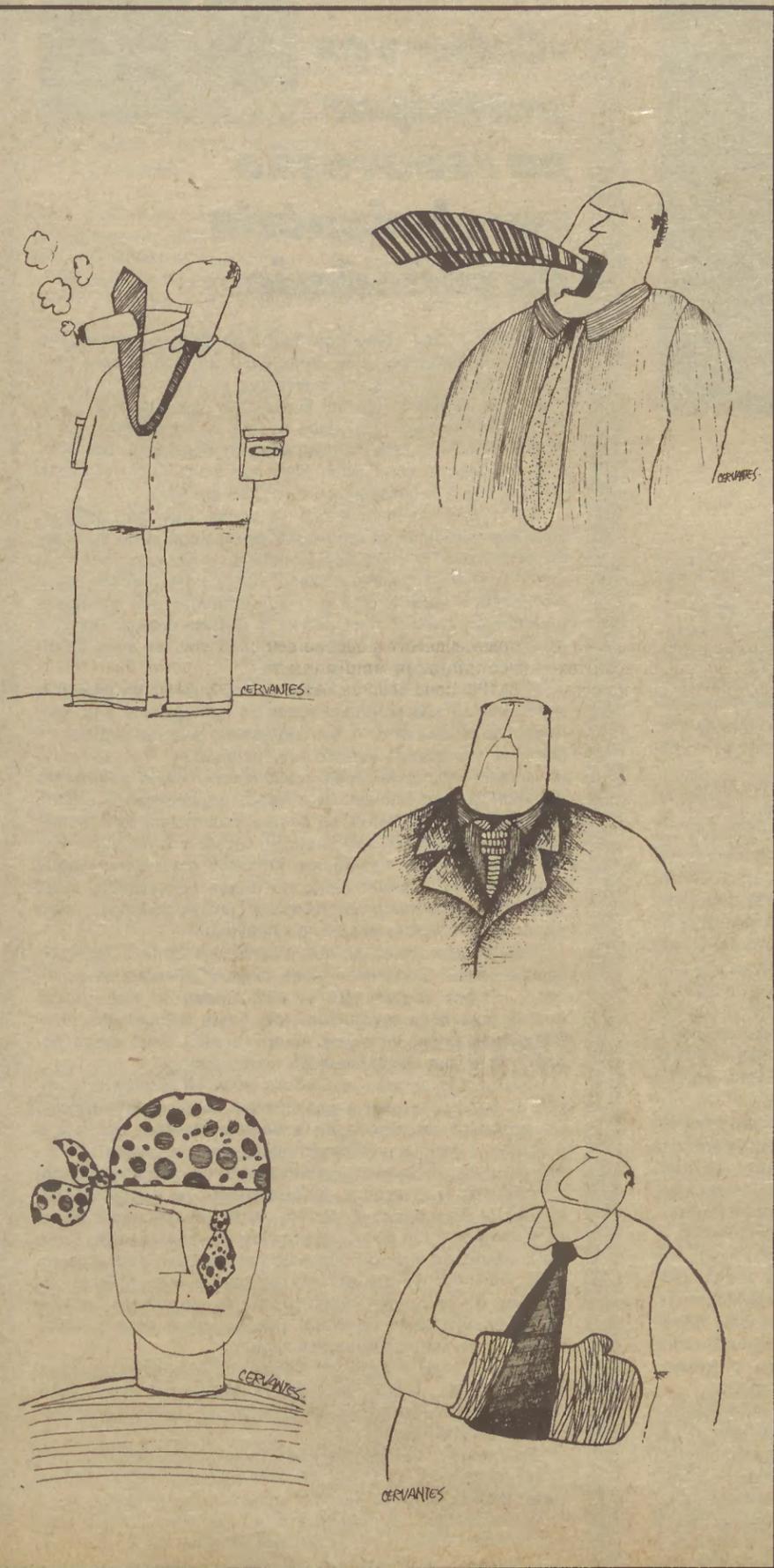
Nós temos em comum a força do abraço e cavaco nenhum nos vai tolher o passo!

Cidadão, cidadã é este o meu recado: para amanhã já ficas convocado!

A semear o trigo não faltará a ninguém. Traz outro amigo também!

Ninguém a nosso lado pensa que a luta é vã. É este o meu recado cidadão, cidadã para amanhã:

façamos deste dia o Dia que há-de ter poder de vencer a tempestade!



Agenda

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 696

30 de Abril de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Comício

9 de Maio no Cinema Alvalade

Para analisar a nova situação resultante da decisão do Presidente da República de dissolver a Assembleia da República e convocar eleições, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP realiza, no próximo dia 9 de Maio, às 21.30, no Cinema Alvalade, um comício no decorrer do qual intervirá o Secretário-Geral do Partido, Álvaro Cunhal.

Iniciativas do PCP

Lisboa

O camarada Vítor Neto, do CC, participa num debate sobre a situação política e as propostas dos comunistas, a realizar no próximo dia 6 (quarta-feira) em Lisboa. A iniciativa decorrerá a partir das 21 horas no Centro de Trabalho de Arroios e envolve as organizações de S. João de Deus, S. João, S. Engrácia, Penha de França, Alto Pina e Corroios.

Montijo

No próximo sábado, dia 2, vão realizar-se plenários de militantes na Atalaia (18 horas) e no Bairro do Areias (21 horas). No domingo, em Foros do Trapo (S. Isidro de Pegões) decorrerá um porta a porta durante todo o dia.

Porto

A Organização do Partido na SEPSA, que reúne a sua Assembleia às 9 horas

A Banca e a CEE

• Debate em Lisboa

Por iniciativa do organismo de direcção dos Bancários de Lisboa, e com o apoio do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, vai realizar-se na próxima terça-feira (dia 5), a partir das 17.30 horas, no Hotel Roma, um debate sobre «a Banca e a CEE». Participam Barros Moura, deputado no PE, e Octávio Telxeira, deputado na Assembleia da República.

Em análise estarão temas como as implicações da adesão à CEE, os resultados do primeiro ano de adesão, os seus efeitos negativos e a forma de os minorar, o significado do Acto Único Europeu, a livre circulação de capitais e a banca nacional, fluxos financeiros Portugal/CEE, fluxos económicos, fundos europeus — a propaganda e a realidade.

do próximo dia 2, no Centro de Trabalho da Boavista, no Porto, promove às 13 horas do mesmo dia um almoço-convívio, no mesmo local, com a presença de Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

Bencatel

«Reforçar o Partido, defender Abril» é o lema da 1.ª Assembleia da Organização do PCP na freguesia alentejana de Bencatel, que se vai realizar no próximo domingo, dia 3, nas instalações da Casa do Povo local, a partir das 9 e 30 horas, com a participação do camarada Lino de Carvalho.

Barreiro

Temas relacionados com a campanha organizativa em curso e com a preparação da 4.ª Assembleia da organização concelhia estarão em debate no plenário de quadros comunistas do Barreiro, marcado para o próximo dia 2 (sábado), no CT concelhio. O camarada Carlos Ramildes, suplente da Comissão Política do PCP, estará presente.



Quinta

AMARANTE
Festa da Juventude.

BARREIRO
Na Casa da Cultura dos trabalhadores da Quimigal, às 21.30 horas, espectáculo comemorativo: Paulo de Carvalho, Maria Guinot, Francisco Ceia e o grupo coral Amigos do Barreiro.

CANAS DE SENHORIM
Espectáculo na casa do pessoal das Minas da Urgeiriça.

ÉVORA
Sessão comemorativa no Monte Alentejano, às 21 horas.

PORTO
Romagem às campas dos trabalhadores mortos no 1.º de Maio de 1982, às 11 horas, no cemitério do Prado do Repouso. À noite, na Praça General Humberto Delgado, espectáculo evocativo, com o Grupo Raízes e Manuel Freire.

VIANA DO CASTELO
Espectáculo na Praça da República, às 22 horas, com Valdemar Lourenço e Félix Ribeiro, baile.

Sexta

ALCÁÇER DO SAL
Concentração às 15 horas.

ALJUSTREL
Concentração às 17 horas.

ALPIARÇA
Concentração às 15 horas.

AMARANTE
A partir das 15 horas, no Mercado do Povo, concentração/comício e festa popular

ANGRA DO HEROÍSMO
Concentração-manifestação.

AVEIRO
Atletismo, de manhã, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Às 15 horas concentração no Largo da Estação, seguida de desfile de carros alegóricos. Às 16 horas comício-festa no Largo do Cóiço.

AVIS
Manhã desportiva. Comício-festa às 15 horas, seguido de manifestação.

BARCELOS
Concentração às 15 horas.

BEJA
Concentração às 10.30 horas.

BELMONTE
Concentração às 19.30 horas.

BRAGA
Concentração às 15 horas.

BRAGANÇA
Alvorada com foguetes, manhã desportiva. Às 13 horas comício-festa.

CANAS DE SENHORIM
Manhã desportiva. No Largo das Quatro Esquinas, à tarde, música popular portuguesa.

CASTELO BRANCO
Concentração às 16.30 horas.

CEBOLAIS DE CIMA
Concentração às 16 horas.

CERNACHE DO BONJARDIM
Concentração-manifestação.

CHAMUSCA
Concentração às 15 horas.

CHAVES
Concentração às 15 horas.

COIMBRA
Concentração-manifestação.

COUÇO
Concentração às 15 horas.

COVILHÃ
Alvorada com foguetes e as bandas de Verdelhos e Covilhã. Atletismo infantil do Jardim para o Pelourinho, às 10 horas; às 10.30 partida da Aldeia do Carvalho para a Covilhã da Corrida 1.º de Maio. No parque da floresta convívio às 14 horas. Às 18 horas no Pelourinho comício e espectáculo com a Brigada Vítor Jara.

ELVAS
Na Praça da República: manhã desportiva, a partir das 10 horas; às 15 horas actuação de ranchos folclóricos e de artistas amadores da cidade, intervenção político-sindical.

ÉVORA
Alvorada com bandas e fanfarras. Concentração na Praça do Giraldo e comício, a partir das 10.30 horas. Desfile às 12.30. Às 15 horas convívio cultural e baile no Monte do Melrinho (estrada de Arraiolos).

FAFE
Concentração às 15 horas.

FAMALICÃO
Concentração às 15 horas.

FARO
Manhã infantil e desporto a partir das 10 horas, na Alameda João de Deus. Às 16 horas concentração e desfile no Jardim Manuel Bivar. Na Alameda João de Deus, a partir das 17 horas, canto livre e intervenções de dirigentes sindicais.

FELGUEIRAS
De manhã, atletismo. A partir das 15 horas, no Jardim frente à CM, concentração/comício e festa popular.

FIGUEIRA DA FOZ
Concentração-manifestação.

FREAMUNDE
Alvorada de foguetes e «Zés Pereiras», manhã infantil e corrida 1.º de Maio. À tarde, concentração/comício e festa.

FUNCHAL
Concentração-manifestação.

FUNDÃO
Concentração às 16.30 horas.

GRÂNDOLA
No Largo das Pal-

meiras, a partir das 18 horas, comício, seguido de espectáculo de música popular portuguesa.

GUIMARÃES
Concentração às 15 horas.

HORTA
Concentração-manifestação.

IDANHA-A-NOVA
Concentração às 18.30 horas.

LAGOS
Música popular e intervenções de dirigentes sindicais no Largo da Câmara, às 15.30 horas.

LAMEGO
Manhã desportiva. Às 15 horas concentração e espectáculo na Avenida.

LEIRIA
Comemorações no Largo do Papa (RN) com início às 16.30 horas.

MIRANDELA
Alvorada com foguetes, provas desportivas e recreativas. Às 17 horas concentração-festa.

OLHÃO
Festa popular na Avenida da República, às 21.30 horas.

PENAFIEL
Alvorada, corrida — de manhã. À tarde concentração no Campo da Feira.

PONTA DELGADA
Concentração-manifestação.

PONTE DE SOR
Manhã desportiva, almoço-convívio. Às 14 horas comício, seguido de desfile.

PORTALEGRE
Provas de atletismo às 9.00 e às 10.30 horas. Às 12 horas entrega dos prémios e intervenção alusiva ao 1.º Maio.

SAMORA
Concentração às 15 horas.

SANTARÉM
Concentração às 15 horas

SANTO TIRSO
Às 15 horas, no Parque de Carvalhais, concentração-comício e festa popular.

S. JOÃO DA PESQUEIRA
Manhã desportiva, com jogos populares. À tarde concentração e espectáculo.

SEIA
Concentração às 21 horas.

SETÚBAL
Alvorada com foguetes e fanfarras. Às 10 horas partida do Bonfim da Corrida 1.º de Maio. Às 14.30 Desfile do Bonfim à Avenida Luísa Todi, onde se realiza um comício/espectáculo com Francisco Ceia, ranchos folclóricos e grupos corais.

SILVES
Festa no Castelo a partir das 13 horas.

SINES
Concentração às 11 horas.

TORRES NOVAS
Concentração às 15 horas.

TORRES VEDRAS
Concentração às 15 horas.

TORTOSENDO
Concentração às 10 horas.

TRAMAGAL
Concentração às 15 horas

VIANA DO CASTELO
Jogos e desporto infantil no jardim público a partir das 10 horas. Na Praça da República: partida da Corrida 1.º de Maio às 14.30 horas; às 15 horas concentração/manifestação, seguida de espectáculo com Maria Guinot.

VILA DO CONDE
De manhã actividades desportivas e culturais. Às 15 horas, na Praça da República, concentração/comício.

VILA REAL
Concentração às 14.30 horas.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
Comício e canto livre na Praça Marquês de Pombal a partir das 16.30 horas.

VINHAI DA SERRA
Concentração às 17.30 horas.

VEISEU
Manhã desportiva. Concentração e espectáculo no Rossio a partir das 15 horas.

Sábado

COIMBRA
Debate sobre «Perspectivas para a juventude e a paz», às 20 horas, nos Escuteiros. Colóquio sobre a pobreza às 21 (União de Sindicatos).

ÉVORA
3.ª edição da prova de atletismo Corrida de Maio, às 9.30 horas.

Emprego
Desenvolvimento
Democracia
para uma Vida
Melhor!

Desfile
Martim Moniz
Alameda
14h

Na Alameda:
Manhã Infantil
Música Popular
Bares e Bazares
durante todo o dia

MAIO

1.º de MAIO 1987

TV **O Programa**

Quinta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho», 83.º epis.
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas», 78.º epis.
20.45 - Série: «ALF-Uma Coisa do Outro Mundo»
21.15 - Telemundo



21.45 - Série: «Primeiro Entre Iguais»
22.40 - 24 Horas
23.10 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Novo Amor», 48.º epis.
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio
20.05 - Série: «Hitchcock Apresenta»
20.30 - Série: «Uma Família às Di-reitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Série: «O Tempo e o Vento»
22.30 - Série: «África».

Sexta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Vamos Dançar
13.55 - Concerto das Nações para a Europa
15.25 - Desfile das Rosas
16.40 - Histórias Irlandesas
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 - A Arte de Bem Cozinhar

21.05 - Noites de Gala
22.35 - O Programa das Festas
23.05 - 24 Horas
23.35 - Remate
23.45 - Pela Noite Dentro: «A Cigana Vermelha».

RTP2

13.00 - Estádio 1 - Hóquei em Patins «Portugal-Bélgica»
14.15 - Telenovela: «Novo Amor»
15.00 - Agora Escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio 2
19.00 - Simon Show
20.00 - Série: «Hitchcock Apresenta»
20.30 - Série: «Uma Família às Di-reitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Clube de Jornalistas
21.55 - Montra de Livros
22.00 - Troféu
22.30 - Série: «Goya»
23.30 - Estádio 3 - Hóquei em Patins «Portugal-Inglaterra».

Sábado

RTP1

09.00 - Juventude e Família
10.00 - Série: «He Man»
10.30 - Série: «David e Gnome»
11.00 - Série: «Os Amigos do Tejo»
11.30 - Outros Mundos

RTP2

09.00 - Music Box
10.00 - Troféu
12.30 - Caminhos
12.55 - Novos Horizontes
13.20 - Troféu: Automobilismo - Grande Prémio de San Marino, Fórmula 1
15.30 - Entre Barreiras
16.00 - Troféu
18.00 - Série: «Miss Marple, Investiga»
19.00 - Concorde ou Talvez Não
20.40 - Arte e Artistas
21.30 - Cine-Clube: «Dia de Cólера», ciclo Carl Dreyer
23.00 - Top Video.

Segunda

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 - Telefilme: «Dragon Rapid - Um Avião Para Franco»
22.50 - 24 Horas
23.20 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Novo Amor»
15.00 - Agora, escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio
19.00 - Simon Show
20.05 - Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 - Série: «Uma Família às Di-reitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Teatro Estrangeiro: «Rei Lear».

Terça

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando

18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 - Primeira Página
21.45 - Série: «Dempsey e Makepeace»
22.35 - 24 Horas
23.05 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Novo Amor»
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio
19.00 - Simon Show
20.05 - Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 - Série: «Uma Família às Di-reitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Cinema Dols: «Ecce Bombo».

Quarta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.05 - Vamos Jogar no Totobola
20.30 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
21.00 - Lotação Esgotada: «A Filha do Mineiro»
23.05 - 24 Horas
23.35 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Novo Amor»
15.00 - Agora, escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
19.00 - Simon Show
20.05 - Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 - Série: «Uma Família às Di-reitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Série: «Paródia»
22.00 - Clube de Imprensa
22.30 - O Som da Surpresa: «Jazz»



12.00 - Série: «O Tempo e o Vento»
13.00 - Sumário
13.10 - Série: «As Vagas do Tempo»
13.35 - Parlamento
14.05 - Supertrinta
14.50 - 20 Anos
15.55 - Concurso: «A Quinta do Dois»
18.30 - Animal Crackers
18.55 - Descobrimientos Portugueses
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
20.50 - Boletim Meteorológico
20.55 - 7 Folhas
21.15 - Já Está
22.30 - Série: «Hill Street»
23.30 - Cinema da Meia Noite: «A Noite do Demónio».

RTP2

09.00 - Compacto Countdown
13.00 - Compacto Cambalacho
16.00 - Troféu
20.00 - Série: «Benson»
20.30 - Série: «O Desafio Mundial»
21.30 - RTP/Ano 30
23.30 - Troféu.

Domingo

RTP1

09.00 - Juventude e Família
10.00 - TV Mulher
11.00 - Missa e Bênção das Pastas - Queima das Fitas
12.30 - TV Rural
13.00 - Sumário
13.10 - Série: «Portugal de Faca e Garfo»
13.35 - Série: «Os Roberts»
14.00 - Arco Iris
14.55 - Primeira Matiné: «A Condessa de Hong-Kong»
16.45 - Documentário
17.30 - Clube Amigos Disney
19.00 - Série: «O Justicheiro»
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Série: «Portugal, Passado e Presente»
21.00 - Apresentação Prévia das Canções Concorrentes ao Festival da Canção Eurovisão/87
21.30 - Série: «Dallas»
23.30 - Domingo Desportivo.

Avante!

TABELA DE ASSINATURAS

	25 números	50 números
Continente	1150\$00	2250\$00
Regiões Autónomas.....	1500\$00	3000\$00
Europa.....	3650\$00	7250\$00
Angola, C. Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé	4000\$00	7950\$00
Outros Países.....	5100\$00	10 250\$00

Já à venda

A responsabilidade do jornalista na era nuclear

Revista Internacional

3 (152)

problemas da paz e do socialismo

revista dos partidos comunistas e operários

Preço: 50\$00

MARÇO 1987

América Latina: **Diálogo e cooperação entre marxistas e cristãos**



Valor imperecível dos ensinamentos de Lênine.
Por ocasião do 70.º aniversário da Revolução Democrático-Burguesa de Fevereiro na Rússia

STUCA:

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Balada da Praia dos Cães	—	★★★	★★	★★★	★★★
B	As Chaves do Poder	—	★★	★★	—	—
C	A Cor do Dinheiro	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
D	O Local do Crime	★★★	★★★★	★★★	—	★★★
E	A Manhã Seguinte	—	—	★★★	—	—
F	Matador	★★★	★★★	★★	—	★★
G	Perigosamente Juntos	—	—	★★	—	—
H	Platoon - Os Bravos do Pelotão	★★★★★	★★★★★	★★★	★★★	★★★★★
I	Sem Perdão	★★	—	★★★	—	—

Classificação de * a *

A — Real. José Fonseca e Costa — Cinestúdio ACS (15.30, 18.30, 21.30), Estúdio (14.30, 17.00, 19.30, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Sidney Lumet — Star (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 D — Real. André Techiné — Quarteto/3 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Sidney Lumet — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.15), Quarteto/4 (14.30, 16.40, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Pedro Almodovar — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Ivan Reitman — Cinebloco (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Oliver Stone — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Hollywood/1 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 23.45), Las Vegas/1 (15.15, 18.15, 21.30), Fonte Nova/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 I — Real. Richard Pearce — Castil (15.30, 18.30, 21.30), Império (15.30, 21.30), Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.10, 21.45, 23.45), Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa.

Exposições

• LISBOA

Alda Nobre, Madalena Coelho e Pedro Tutela — Pintura. Galeria Bertrand do Chiado, Rua Garrett.
Alvaro Gonzaga — Desenho. Codilivro, Pcta. Dr. Nuno Pinheiro Torres, 2-A. (Até 30/4).
Amaral da Cunha — Escultura. Galeria Quadrum, Coruchéus. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (excepto domingos).
António Araújo — Pintura. Galeria de S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00. (Até 30/4).
Auzenda Coelho Castro — Fotografia. Clube Cinquenta, Rua S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª. De 3.ª a 6.ª das 17.30 às 20.30, sáb. das 15.00 às 20.00 (Até 6-5).
Ben Nicholson — Pintura. Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.
I Bienal Infanto-Juvenil de Letras e Artes — Sociedade de Língua Portuguesa, Rua de São José, 41-2.ª (até ao fim de Abril).
Colectiva — Pintura — instalação. Espaço Poligrupo/Renascença, R. Ivens, 14.
Colectiva — Pintura de Bual, Guilherme Parente, Rocha Pinto e Rogério Amaral. Escada Centro de Arte, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 20.00. (Até 9/5).
Colectiva — Escultura, joalharia, pintura, desenho/serigrafia. Galeria Olharte, calçada do Cardeal, 18 (até 16/5).
Dominguez Alvarez — Pintura. Galeria Almada Negreiros. Secretaria de Estado da Cultura, Av. da República, 16.
Dorita Castel-Branto — Esculturas. Galeria de S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 175. (Até 9/5).
Ema Berta — Desenho. Sociedade Nacional de Belas Artes. Rua Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 20/5).
Espiga Pinto — Pintura. Triângulo 48. Av.

Vasco da Gama, 48-A (ao Restelo).
Gabriela Tomé — Vestuário como adereço. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor (ao Lumiar). De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.
Graça Antunes — «Dois alçados para uma construção encomendada». Galeria de Arte Moderna — SNBA, Rua Barata Salgueiro, 36. Diariamente das 14.00 às 20.00 (até 10/5).
Helena Pinto — Pintura. Galeria Monumental, Campo dos Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom., das 15.00 às 20.00. (Até 5/5).
Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).
«A Inquisição em Portugal» — bibliocógnográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb./10.00 às 17.00 (até 31/4).
Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).
João Filipe Vieira — Pintura. Cisterna da ESBAL (até 2/5).
João Vieira — Gua-ches. Atelier 2, Rua da Emenda, 66-3.ª. (Até 30/4).
Jorge Vieira — Escultura. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda 111, 1.ª. Encerra aos domingos (até 20/5).
Leonel Moura — Atelier de Troupa Real, Rua da Horta Seca, 11-2.ª dt.ª.
«Litoral» — Pintura e escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Diariamente das 14.00 às 20.00 (até 30/4).
Man — «Ciclo Natureza». Galeria IAM, Rua da Misericórdia, 92, 1.ª. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 11/5).
Manolo Ruibal — Pintura. Galeria de Arte da Livraria Bertrand (ao Chiado).
Manuel Nascimento Guimarães — Fotografia. Centro de Arte Moderna, Rua dr. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.
Matilde Marçal — Pintura. Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 1. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00, dom e 2.ª das 15.00 às 20.00 (até 23/5).
Maria Soares — Pintura. Atelier 15, Rua Freitas Gazul, 24. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 22.00 (até 30/4).
Mário Castanhiera — Cerâmica. Museu Nacional do Azulejo. Convento da Madre de Deus. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (31/4).
Miguel João — Pintura. Galeria de Arte do Hotel Alfa, Av. Columbano Bordalo Pinheiro. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 13.00 e das 15.30 às 19.30. (Até 4/5).
H. Mourato — Pintura. Galeria Paulo Ferreira. Rua Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 12.30 e das 14.30 às 19.00; sáb. das 9.00 às 13.00.
Museu Nacional de Arte Moderna — Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. Todos os dias (excepto 2.ª), das 10.00 às 12.00.
Nadir Afonso, pintura (retrospectiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).
Patrício — «Coisas mágicas, asteróides, serigrafias». Galeria Estúdio Cidade, Rua do Bocage, 59, 1.ª.
Risques Pereira — Pintura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. (Até 9/5).
Rui Sanches — Pintura — «Preto e Branco». Galeria Diferença, rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom., das 16.00 às 19.00. Inaugura hoje (até 3/5).
Transcendência, Postura & Organismos. Escola Nacional de Belas Artes, Cisterna. (Até 2/5).
Vitor Costa — Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.ª. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 4/5).
Victor Fortes — Pintura. Galeria Quadrum, Rua Alberto Oliveira, 52, Coruchéus. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 23/5).

leria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb., das 16.00 às 20.00 (até 6/5).
Marrucho — Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 3.ª a 6.ª, das 10.00 às 12.30 e das 15.30 às 19.30; sáb. e dom., das 15.30 às 19.30.
Paulo Neves — Escultura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. (Até 4/5).
Pedro Chorão — Pintura. Galeria «JN», Rua de Gonçalo Cristóvão, 195. De 3.ª a sáb., das 14.30 às 19.30.

• OUTRAS LOCALIDADES

Colectiva — Pintura. Loja de Arte, Largo Comandante Augusto Madureira, lote 89, loja dt.ª. Terça, sáb. e dom., das 15.00 às 20.00 — ALGÉS.
Portugal em Abril — Galeria Municipal. Das 15.00 às 23.00. (Até 3/5) — AMADORA.
Bartolomeu dos Santos — «30 Anos de Gravura». Galeria da Universidade, Av. Central, 61. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 18.00 (até 30/4) — BRAGA.
Colectiva. Galeria dos Milagres, Edifício Coimbra, lote 3-7.ª (Até 30/4) — COIMBRA.
«Horizontes Matemáticos» — Museu Nacional da Ciência e da Técnica, Rua Fernandes Tomás. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00 (até 30/4) — COIMBRA.
II Exposição da Primavera. Museu de Évora. ÉVORA.
Chichorro — Pintura. Pousada de Palmela — PALMELA.
1.ª Exposição Venda do livro sobre a Resistência Antifascista antes e depois do 25 de Abril. PENICHE.
Maurício Abreu — Fotografia. «Arrábida de Sebastião da Gama na poesia» — Casa do Bocage, Galeria Municipal — SETUBAL.
Nuno Henrique de Castro e Susana de Barros — Pintura e cerâmica. Junta de Freguesia de S. Julião. De 2.ª a 6.ª, das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 18.00. (Até 9/5) — SETUBAL.
Ourivesaria — Collecção do Palácio Nacional da Pena. (Até 31/5). Palácio da Pena — SINTRA.
José Alves e Rainer Mathemeir — «Tudo o que nasce e converge na Arte». Convento de Cristo. Diariamente das 9.30 às 18.30 (até 16/5) TOMAR.
Carla Marcelino — Aquarelas. Salão do Arquivo Municipal, Rua Reynaldo dos Santos, 18 — VILA FRANCA DE XIRA.
Fotografia Contemporânea Mundial — Centro Cultural Regional, Rua Tenente Manuel Maria Bessa Monteiro, 3 — VILA REAL.
Colectiva. Requite Galeria de Arte, Rua 21 de Agosto, 203. Diariamente até às 22.00 — VISEU.

• PORTO

Colectiva — Galeria Antiqua, Rua do Salgueiral, 62. Todos os dias das 16.00 às 20.00. (Até 11/5).
Colectiva de 3.ª Aniversário. Galeria EG, Rua Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb., das 15.00 às 20.00.
Colectiva — «Arquitectura Nova em Trás-os-Montes». Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.
Dário Alves — Pintura. Galeria EG. Caminho da Fonte Nova de Cima 33/130. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.
Darocha — Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80 (até 6/5).
Guarmon Palma — Escultura e desenho. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777, Loja 8. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 22.00, sáb. e dom. das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 6/5).
João Penalva — Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80 (até 6/5).
Júlio Resende — Óleos e aquarelas. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 3.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e 15.30 às 19.30; sáb. e dom., das 15.30 às 19.30.
Manuel Botelho — Pintura e desenho. Ga-

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

1.º Acto, R. Eduardo Augusto Pedrosa, 16-A, Algés. **Alzira Power**, de António Bivar, pelo Grupo Teatro Espaço, enc. de Águeda Sena.
A Barraca, rua Alexandre Herculano, 70. De 3.ª a dom. às 21.30. **O Diabinho da Mão Furada**, de António José da Silva, enc. de Helder Costa.
Casa da Comédia, rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom. às 21.30. **Electra ou a Queda das Máscaras**, de Marguerite Yourcenar, enc. de Filipe La Féria.
Centro de Arte Moderna rua Dr. Nicolau Bettencourt. 3.ª e 4.ª, às 18.30, 5.ª, 6.ª e sáb. às 21.00, dom. às 15.00. **Hamlet**, de William Shakespeare, enc. de Carlos Avilez, música original de António Pinho Vargas.
Companhia de Teatro de Almada/Geupo de Campolide. Almada. **O Fim da Enfermeira João**, de Franck Marcus, enc. de Artur Ramos. Estreia dia 30.
Grupo de Teatro da Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul — Av. D. Carlos I, 61-1.ª. **Morte no Bairro**, de Alfonso Sastre, enc. de Hermínio Fernandes. Sábado, às 21.30 e domingo às 16.00.
Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb., 20.30 e 22.45; dom., 16.00, 20.30 e 22.45. **Escrita em Dia**, nova versão de isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.
Teatro da Graça, pelo Grupo Teatro Hoje, junto à Voz do Operário. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O País do Dragão**, de Tenesse Williams, enc. de Carlos Fernando. Estreia dia

25/4 às 21.00.
Teatro Ibérico, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. Todos os dias às 11.00. **Quem Tem Favelas e O Pranto de Maria Parda**, de Gil Vicente, criação colectiva com coordenação cénica de Branco-Gil.
Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. Diariamente às 20.30 e 22.45; dom. às 16.00. **Cá Estão Eles!**, de César de Oliveira e Varela Silva.
Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3.ª a sáb. às 21.30; dom., às 16.00. **Anatol de Artur Schnitzler**, enc. Ricardo Pais.
Teatro do Triângulo

lo, rua da Cintura do Porto de Lisboa. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 17.00. **O Físico Prodigioso** de Jorge de Sena, enc. André Nuno.
Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom., às 21.30; dom., às 16.00. **Aqui Há Fantasmas**. Texto e enc. de Henrique Santana.

• PORTO

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. 5.ª e 6.ª às 21.30; sáb. e dom. às 16.30 e 21.30. **Merope — Liberdade ou Morte!**, baseado em textos de Almeida

Garrett, pelo TEAR. Recolha de textos e enc. de Castro Guedes.
Teatro Campo Alegre, R. do Campo Alegre, 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00 e 21.45. **O Motim**, de Miguel Franco, enc. de Norberto Barroca, mús. de Paulino Garcia, intérp. António Reis, Estrela Novais, Alfredo Correia, Luis Cunha.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, pelo Teatro de Animação de Setúbal, de 5.ª a dom. às 21.30. **Até Amanhã**, sobre textos de Jaime

Salazar Sampaio. **Auto da Barca do Inferno**, de Gil Vicente, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª, às 10.30 e 15.30, enc. de Carlos César.

Para Crianças

• LISBOA

TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb., dom. e feriados, às 15.30. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo. Às 17.30, sáb., dom. e feriados «O Avestruz Mecânico», histórias de José Lemos.

...e ainda

Música, debates, etc.

Cinema

Cinemateca Portuguesa, Rua Barata Salgueiro, 39. Dia 30, às 21.30, THX 1138, de George Lucas/1970; dia 4, às 21.30, American Graffiti, de George Lucas/1973; dia 5, às 18.30, **O Regresso do Cavalo Negro**, de Robert Daltva/1983.
Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. Diariamente às 19.00 e 22.00, sáb., dom. e feriados 16.00, 19.00 e 22.00. Dia 30, **O Clarim da Revolta**, de Harold Becker/1981 — **Ciclo Newman/Cruise**. Ciclo os Prémios de Cannes: dias 1 e 2, **A Noite de São Lourenço**, de Paolo e Vittorio Taviani/1981.
Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 45. **Ciclo de Cinema Brasileiro**: dia 4, às 18.30, **A Lira do Delírio**, de Walter Lima Jr./1978; dia 5, às 21.30, **O Homem que Virou Suco**, de João

Batista de Andrade/1980.

Música

Coliseu dos Recreios, Rua das Portas de Santo Antão. Dia 30, às 21.30, espectáculo com Carlos Paredes, Jorge Palma, Io Apolloni, António Pinho Vargas, **O Bombo da Festa**, Heróis do Mar e José Beato, entre outros. Este espectáculo é promovido pela Associação 25 de Abril. Nos dias 2, 3 e 4, às 22.00 «Totalmente Demais», com Caetano Veloso.
Fundação Gulbenkian, Av. de Roma, 45. **Grande Auditório**: dia 2, às 18.30, «11.ªs Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea» com o Ensemble Modern, dirigido por Ernest Bour e o Estúdio Ex-

perimental da Fundação Heinrich Strobel da Rádio Sudoeste Alemã sob a direcção de Hans Peter Haller. Obras de Emanuel Nunes e Schoenberg; dia 4, às 18.30 e 21.30, espectáculo com Zaans Cantate Koor (da Holanda) dirigido por Jan Pasveer e o Coro Infantil da Rádio Húngara, dirigido por Janos Remenyi sob a direcção-geral de Karlheinz Stockhausen. Participam Suzanne Stephens (cor de basset), Kathinka Pasveer (flauta e flautim), Michael Obst, Simon Stockhausen e Michael Svoboda (sintetizadores) e Andreas Boettger (percussão). Interpretam duas obras de Stockhausen, «Telemusik» e «A Magia de Eva», em 1.ª audição em Portugal.
Auditório Dois: dia 3, às 18.30, **O Estúdio Experimental da Fundação Heinrich Strobel da Rádio Su-**

doeste Alemã, Friburgo (Breisgau) sob a direcção de Hans Peter Haller com Michael Bach (violoncelo) e Jean-Claude Forestier (vibrafone) interpretam obras de Stockhausen, Bernd Alois Zimmermann e Boulez.
Teatro da Comuna, Praça de Espanha. Dia 3, às 21.30, «11.ªs Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea» com a Oficina Musical sob a direcção do maestro Álvaro Salazar. Interpretam obras de Claudio Santoro, Lopes-Graça, Boguslawski, António Pinho Vargas e Jorge Peixinho, três em 1.ª audição em Portugal e uma primeira audição absoluta.
Teatro de S. Luiz, Rua António Maria Cardoso, 40. **Ciclo Romântico**: dia 3, às 11, **O Trio Tritonus**, constituído por Ildio Gomes (violino), Teresa Rocha Allum (violoncelo) e Francisco Monteiro (pia-

no), interpreta obras de Dvorak; dia 5, às 18.30, «O Arco Romântico», pelo Quarteto Capela, com António Anjos e Vitorino Gomes (violinos), Bárbara Freidhof (viola), António Murcho (violoncelo) e a colaboração especial de Maria Tritinger (viola) e Andrea Askey (violoncelo). Interpretam obras de Brahms. Direcção artística e comentários pelo maestro José Atalaya.

Tempo Fim de Semana

Sexta-feira: céu pouco nublado, vento fraco, neblinas ou nevoeiros matinais.
 Sábado: céu pouco nublado, apresentando-se pouco nublado nas regiões Norte; períodos de chuva fraca, neblina ou nevoeiros matinais, descida de temperatura nas regiões Norte.
 Domingo: céu pouco nublado, vento fraco, neblinas matinais.

a TV

O ódio ao 25 de Abril não consente nem ao menos um minuto de tréguas!

Eu cá nem sei de nojo como o conte!
Leitor: eu até cuido, se não viste o telejornal, que não vais acreditar. Mesmo que tenhas alguma confiança em mim, temo que um bichinho fique a roer na tua cabeça: «Lá vem ele com exageros...»

Bom, leitor. Se tu estiveste no desfile do 25 de Abril terás visto como foi grandioso, impressionante, tudo aquilo. Não só no mar de gente, mas na sua determinação, na sua verdade, na sua capacidade de imaginação, de crítica, de luta.

Pois tu sabes quanto tempo lhe dedicou o telejornal? Vou dizer-te e tu apesar de tudo nem vais acreditar: **46 segundos!**

Ou seja: imensamente menos do que dá a qualquer reunião zeca dos compinchas deles.

Um analista sempre na lista

A provocação não ficou por aqui. No mesmo telejornal entrevistaram dois «analistas» políticos. Claro que há analistas políticos em diversas áreas ideológicas. Mas isso não interessa ao pluralismo da televisão. A televisão interessa-lhe exclusivamente, para honrar e homenagear e compreender o 25 de Abril, pessoas livres, independentes, inteligentes e cultas, sem qualquer espécie de vínculo partidário como por exemplo... José Miguel Júdice...

Indecente? Claro. Mas na RTP não se recua diante de nenhum escândalo...

Vejamos os critérios jornalísticos

Interessantes estes critérios jornalísticos... Por exemplo, e para nos reportarmos apenas à emissão do 25 de Abril. Três notícias do dia: a chegada a Viena de um «dissidente» há pouco libertado, uma manifestação contra a política dos Estados Unidos e aumento da violência contra as populações negras da África do Sul.

Pois bem: o ênfase da importância recaiu na máxima força sobre o dissidente o qual declarou não acreditar na boa-fé de Mikhail Gorbachov...

E mais não é preciso dizer sobre os critérios objectivos, jornalísticos, que regulam a informação na RTP. Afinal são os que vigoram em qualquer órgão da direita mais ou menos desavergonhada...

Dos muitos que há por aí.

Sondagens da opinião e opinião sobre as sondagens...

Às vezes fuge-lhes a língua para a verdade. Naquela notícia, por exemplo, sobre a adesão de Portugal à CEE.

Segundo a voz «off», «as consequências da adesão estão ainda por quantificar» e que ela representou «salto no escuro».

Depois vêm os resultados de uma sondagem segundo a qual, em 1985, apenas 35 por cento dos portugueses achavam que ela é boa, enquanto agora essa percentagem subiu para 64...

Uma pessoa não sabe que pensar de tudo isto. Ainda não contabilizaram as consequências.

Foi um salto no escuro. As informações foram desde o início e continuam a ser, incoerentes.

E com tudo isto, em 100 portugueses há 64 que consideram boa a adesão?

Oh senhoras sondagens, por favor! Não seria aconselhável terem perguntado os porquês da resposta?

A menos que as senhoras já saibam aquilo que todos entendem: ser tudo consequência da manipulação da propaganda levada a cabo principalmente pela televisão...

... E novamente somos levados a calar o que seria, em caso de eleições antecipadas, se a televisão ficasse entregue aos senhores que lá estão a comandar as operações...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Aniversários

Ao aniversário do 25 de Abril «O Seculo» prefere o aniversário natalício de Salazar. Só fica bem a quem considera que não houve fascismo e que a alvorada libertadora de 74 é para esquecer. Mas convém estar atento e perceber quem é quem e o que quer.

«Lá vamos que o sonho é lindo»

• «Não há assim motivo para que a mesma esquerda, que agora se agita no PS e no PRD, considere ter sido «traída» por Mário Soares, em caso de dissolução da AR. Soares estará apenas a devolver o assunto à sede própria numa situação de conflito essencial de legitimidade: o eleitorado. Quem se afastou das tradições basistas e arquidemocráticas foi a esquerda ortodoxa, que curiosamente se prepara para celebrar o 25 de Abril em nome do povo soberano.

Os estrategos do 25 de Abril andam a precisar de ler os clássicos estratégicos: nunca deveriam ter dito tanto mal das eleições antecipadas, pois estas podem vingar-se. E se a esquerda ficar submersa nalgum dilúvio nas urnas, só se pode culpar a si própria.

O dilúvio pode acontecer: basta que parte do eleitorado do PS adira à noção de eficácia do PSD, e que rejeite a velha esquerda de Constâncio; basta que o eleitorado do CDS, por compensação, retorne à direita e ao partido; basta que o PRD perca votos para todos. E estes cenários podem bem ser algo mais do que adereços de papelão e tinta.»

(«O Seculo», editorial de 24 Abril)

Objectivo: reabilitar o passado fascista

• «A socialização política é, em traços necessariamente muito largos, a transmissão intergeracional e intrageracional dos grandes valores «culturais» de um regime, permitindo a perpetuação do mesmo nas mentes e nos corações dos vindouros. É que os grupos sociais-etários que contróem uma ideia de organização da Cidade não vivem para sempre, nem permanecem eternamente nos cadeirões do Poder e no lugar da frente do automóvel da História.

Quem, por tarefa profissional ou a outro título, pode contactar largos extractos da juventude portuguesa, percebe facilmente que a nova geração nada tem já a ver com o «espírito de Abril», com os seus fantasmas e os seus heróis, com os seus santos e os seus demónios, com as

suas palavras de ordem e projectos.

Em Portugal, os homens do futuro pertencem a um grupo que teve de viver entre dois mundos. As suas fidelidades estão para além do presente e do passado próximo. Daqui surgem consequências visíveis.»

(«O Seculo», editorial de 27 de Abril)

O fascismo nunca existiu!

• «Passa hoje mais um aniversário natalício do professor Salazar, e ontem fez justamente anos a sua entrada para o governo como minis-

(«O Seculo», editorial de 28 Abril)

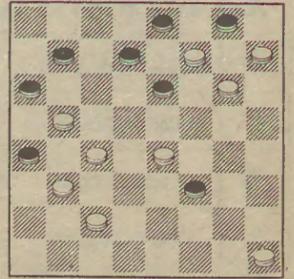
tro das Finanças. O aniversário não é um facto político transcendente, mas não se pode deixar correr o tempo sem voltar a lembrar que quase todas as acusações de que este homem foi objecto foram caindo paulatinamente pela base. A crítica de esquerda, longe de o atingir, tem revigorado o seu perfil através de estudos, investigações nem sempre isentas, e referências obrigatórias à sua acção governativa.

Realmente, o velho governante deixou pouco por onde lhe pegar. Os inimigos políticos que queriam encontrar um ogre, um especulador, um ladrão, um bandido ran-coroso, um chupador do povo foram incapazes de provar a sua tese, pese embora os esforços de tentar encontrar uma coisa chamada fascismo em Portugal. Mal informados e sempre teimosos na sua mania insondável foram colocando à luz do dia uns papéis que apenas comprovam a notável capacidade do primeiro e último «Rei da Quinta Dinastia» (como lhe chamou, com uma certa ironia, mas com uma penetração pouco comum, o pensador Pinharanda Gomes).»

Damas

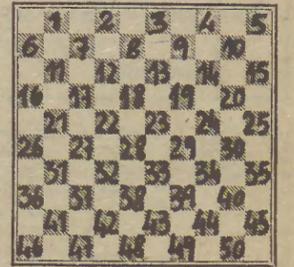
C - 30 de Abril de 1987
PROPOSIÇÃO INÉDITA N.º 100
Por: Govert Westerveld
Beniel (Múrcia)-Espanha
Pr: 10-16-22-24-27-28-29-30

Br: 1-7-12-14-15-20-21-25-26



Jogam as brancas e ganham

DAMAS INTERNACIONAIS
Numeração Manoury



GOLPE N.º 100

Por: Govert Westerveld
Beniel, 1986
1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 12-16, 32-28; 4. 9-13, 28-23; 5. 8-12, 21-18; 6. 13-17, 25-21; 7. 5-10, 18-13; 8. 1-5, 13-9; 9. 10-13, 21-18; 10. 6-10, 18-14; 11. 11-18, 24-20; 12. 7-11, 31-28? Perdedor! (Br: 2-3-4-5-10-11-12-13-16-17-18 Pr: 9-19-20-22-23-26-27-28-29-30) Jogam as brancas e ganham.

SOLUÇÕES DO N.º C

N.º 100 (GW): 7-11 e 1-5 e 14-18 e 15-19 e 21-26 e 25-29 +
Golpe N.º 100 (GW): 13. 12-15, 19-12; 14. 17-21, 26-17; 15. 10-14, 17-11; 16. 4-8, 22-13; 17. 8-31, 1-19; 18. 21-15 +

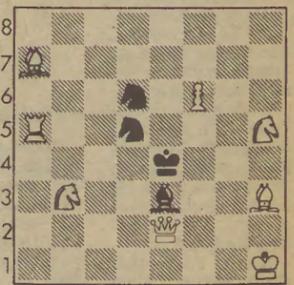
A. de M.M.

Xadrez

C - 30 de Abril de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 100
Por: J. Youngs
1.º Prémio «Providence Journal», 1947
Pr: (4) Cs. d5, d6-B63-R64

Br: (8) Pf6-Cs. b3, h5-Bs.a7, h3-Ta5-D62-Rh1



Mate em 2 lances

JOGO N.º 100

Kecskemet, 1927
Br: Alekhine - Pr: Tartakower
1. e4, c6; 2. d4, d5; 3. Cc3, d6; 4. C:b4, Cf6; 5. Cg3, e5; 6. Cf3, e:d4; 7. C:d4, Bc5; 8. D6+., B67; 9. B63, c5; 10. Cd4f5, 0-0; 11. Dc4, T68; 12. Bd3, b6; 13. 0-0-0, Ba6; 14. Ch6+, g:h6; 15. B:h7+, C:h7; 16. Dg4+, Rh; 17. Td8, T:g8; 18. D64, Cc6; 19. D:c6, Bf8; 20. Cf5, Bc4; 21. B:h6, Bd5; 22. Dc7, Ta8; 23. Df4, Tc6; 24. B:f8, T:f8; 25. D65+, Cf6; 26. Cd6 e abandonam as pretas.

SOLUÇÃO DO N.º 100

Chave: 1. Bb8!
1. ..., Cd6 joga; 2. Cg3 ++
1. ..., Cf5; 2. Bg2 ++
1. ..., Cd5 joga; 2. Bg2 ++
1. ..., Cf4; 2. Cg3 ++

A. de M.M.

VIII

SONETOS

de

ARY

DOS

SANTOS

um texto de
Manuel Gusmão
e
um desenho de
Rogério Ribeiro